



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Felipe Vidal Benvenuto Alberto

**A bússola do Catolicismo Apostólico Romano apontada para o Sul Global:
uma análise das mudanças implementadas pelo papado de Francisco na
política externa da Santa Sé para a China**

Rio de Janeiro

2024

Felipe Vidal Benvenuto Alberto

A bússola do Catolicismo Apostólico Romano apontada para o Sul Global: uma análise das mudanças implementadas pelo papado de Francisco na política externa da Santa Sé para a China



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Renan Holanda Montenegro

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A334 Alberto, Felipe Vidal Benvenuto.
 A bússola do Catolicismo Apostólico Romano apontada para o Sul Global: uma análise das mudanças implementadas pelo papado de Francisco na política externa da Santa Sé para a China / Felipe Vidal Benvenuto Alberto. – 2024.
 126 f.

 Orientador: Renan Holanda Montenegro.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Relações internacionais - Teses. 2. Cidade do Vaticano - Teses. 3. China - Teses. 4. Igreja Católica. Papa (2013- : Francisco) - Teses. I. Montenegro, Renan Holanda. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 327

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Felipe Vidal Benvenuto Alberto

A bússola do Catolicismo Apostólico Romano apontada para o Sul Global: uma análise das mudanças implementadas pelo papado de Francisco na política externa da Santa Sé para a China

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em 01 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Renan Holanda Montenegro (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Paulo Afonso Monteiro Velasco Junior
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
Universidade Estadual da Paraíba

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha família, com a qual eu sempre conto com irrestrito incentivo.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Renan Holanda, orientador e amigo, que aceitou o enorme desafio de caminhar comigo mesmo em uma temática tão pouco familiar a seus estudos pregressos. Apesar da pouca proximidade física, não foram poucas as vezes em que sua paciência e seu companheirismo foram essenciais para que eu mantivesse a confiança nos resultados positivos.

Ao Prof. Dr. Maurício Santoro, principal responsável acadêmico pela minha inserção ao mestrado em Relações Internacionais, após inúmeras conversas motivadoras acerca de como compartilhava comigo a visão que enxergava enorme relevância em minha pesquisa. Os encontros informais e experiência passada através do período de estágio docente jamais serão esquecidos.

Ao Prof. Dr. Fábio Nobre, coordenador do Centro de Estudos de Política, Relações Internacionais e Religião (CEPRIR/UEPB) — grupo ao qual também devo enorme gratidão —, dono de uma enorme e rara humildade intelectual, capaz de vibrar com a evolução e autonomia de pupilos, desapegando das vaidades tão comuns nesse meio.

Ao Prof. Dr. Paulo Velasco, sempre disposto a agregar imenso valor às avaliações dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UERJ) e aberto a contribuir, pessoalmente, em todas as possíveis melhorias, ainda que esteja constantemente “cobrando escanteio e cabeceando na área” ao mesmo tempo.

À Prof.^a Dra. Leticia Pinheiro, uma de minhas grandes incentivadora e coordenadora do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE/IESP), pela insubstituível oportunidade concebida ao permitir que eu integrasse tal grupo de pesquisa tão prestigioso ao longo do mestrado.

A Tomás Paixão, Elizeu Santiago, Guilherme Campbell e Jason Costa, muito mais do que apenas amigos, mas elementos estruturais de força para as investidas inesperadas da vida.

Aos meus pais, Carlos e Janete, em quem encontro representações concomitantes de meus maiores ídolos e fãs.

À minha irmã, Juliana Vidal, alvo incessante de minha admiração e confiança.

À minha pequena e linda sobrinha, Clarice, a quem devo boa parte de minhas alegrias recentes e que tanto me ensina com seu despretenso sorriso incansável.

Por último, mas não menos importante, ao meu querido cachorro Bento, capaz de mudar completamente o clima do ambiente sem precisar emitir qualquer ruído.

A maior riqueza de um país é, sem dúvida, seu povo. Portanto, amar o próprio país significa amar aqueles que vivem no país. Amar o país significa que a dignidade do povo deve vir em primeiro lugar. Acredito que qualquer governo responsável deve ter a mesma missão em mente, embora as abordagens prescritas possam variar devido a diferentes fatores externos.

Stephen Chow Sau-yan, S.J.

Mesmo no mundo desenvolvido, os efeitos de estruturas e ações injustas são muito aparentes. Nossos esforços devem ter como objetivo restaurar a esperança, corrigir erros, manter compromissos e, assim, promover o bem-estar de indivíduos e povos.

Jorge Mario Bergoglio, S.J.

O objetivo de escrever algo é que nossa voz seja ouvida por milhares de quilômetros, enquanto em uma conversa direta ela desaparece a cem passos.

Matteo Ricci, S.J.

RESUMO

ALBERTO, Felipe Vidal Benvenuto. **A bússola do Catolicismo Apostólico Romano apontada para o Sul Global**: uma análise das mudanças implementadas pelo papado de Francisco na política externa da Santa Sé para a China. 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente dissertação analisa as mudanças na política externa da Santa Sé para a China durante o papado de Francisco, destacando a orientação do Catolicismo Apostólico Romano para o Sul Global, uma vez que o atual Pontífice é pioneiro no âmbito. Este estudo objetiva compreender como as supracitadas mudanças refletem a tentativa do Vaticano de fortalecer sua presença e influência em regiões emergentes, com foco particular na República Popular da China, país com uma complexa relação histórica e política com a Igreja Católica. Para atingir tal objetivo, utiliza-se uma abordagem qualitativa exploratória, baseando-se em uma revisão detalhada de documentos oficiais do Vaticano e declarações papais, a nível de fontes primárias, além de materiais acadêmicos sobre a política externa da Santa Sé. Em detalhe, opta-se pela Análise de Conteúdo, a fim de possibilitar processos de sistematização e codificação do material recortado. Os resultados revelam que o Papa Francisco adotou uma postura mais conciliatória e diplomática em relação à China, exemplificada pelo Acordo Provisório de 2018 Sobre a Nomeação de Bispos, que representa um marco nas relações sino-vaticanas, é interpretado como uma tentativa de diálogo e reconciliação, buscando assegurar a presença da Igreja Católica em território chinês sem confrontar diretamente o governo local. Argumentos aqui demonstrados evidenciam, ainda, que a política externa de Francisco reflete uma estratégia de expansão religiosa adaptada às realidades do Sul Global, priorizando o diálogo e a construção de pontes culturais e políticas. Essa abordagem contrasta com políticas anteriores mais rígidas e joga luz sobre uma reconfiguração da missão diplomática da Santa Sé no cenário internacional contemporâneo. Ao direcionar seus esforços para regiões emergentes, o Vaticano não apenas amplia sua influência global, mas também responde às mudanças demográficas e às demandas sociais de um mundo em constante transformação.

Palavras-chave: Santa Sé; Papa Francisco; Associação Patriótica Católica Chinesa; República Popular da China; relações sino-vaticanas.

ABSTRACT

ALBERTO, Felipe Vidal Benvenuto. **The compass of Roman Apostolic Catholicism pointed towards the Global South:** an analysis of the changes implemented by Pope Francis in the Holy See's foreign policy towards China. 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The present dissertation analyzes the changes in the Holy See's foreign policy towards China during the papacy of Francis, highlighting the orientation of Roman Apostolic Catholicism towards the Global South, as this Pope is a pioneer in this area. This study aims to understand how these changes reflect the Vatican's attempt to strengthen its presence and influence in emerging regions, with a particular focus on the People's Republic of China, a country with a complex historical and political relationship with the Catholic Church. To achieve this objective, an exploratory qualitative approach is used, based on a detailed review of official Vatican documents and papal statements as primary sources, in addition to academic materials on the Holy See's foreign policy. Specifically, Content Analysis is chosen as a tool from the subfield of Foreign Policy Analysis to enable the systematization and coding of the selected material. The results reveal that Pope Francis has adopted a more conciliatory and diplomatic stance towards China, exemplified by the 2018 Provisional Agreement on the Appointment of Bishops, which represents a significant milestone in Sino-Vatican relations. This agreement, although controversial, is interpreted as an attempt at dialogue and reconciliation, seeking to ensure the presence of the Catholic Church in Chinese territory without directly confronting the local government. The evidence presented here also shows that Francis's foreign policy reflects a strategy of religious expansion adapted to the realities of the Global South, prioritizing dialogue and the building of cultural and political bridges. This approach contrasts with previous more rigid policies and highlights a reconfiguration of the Holy See's diplomatic mission in the contemporary international arena. By directing its efforts towards emerging regions, the Vatican not only expands its global influence but also responds to demographic changes and social demands in a constantly changing world.

Keywords: Holy See; Pope Francis; Chinese Patriotic Catholic Association; People's Republic of China; sino-vatican relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCC	Associação Patriótica Católica Chinesa (中国天主教爱国会)
CDC	Código de Direito Canônico (<i>Codex Iuris Canonici</i> ; <i>CIC</i>)
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano (<i>Consejo Episcopal Latinoamericano</i>)
IMC	Instituto de Missionários da Consolata (<i>Institutum Missionum a Consolata</i>)
JMJ	Jornada Mundial da Juventude (<i>Giornata Mondiale della Gioventù</i> ; <i>GMG</i>)
OCD	Ordem dos Carmelitas Descalços (<i>Ordo Carmelitarum Discalceatorum</i>)
OFM	Ordem dos Frades Menores (<i>Ordo Fratrum Minorum</i>)
OFMCap	Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (<i>Ordo Fratrum Minorum Capuccinorum</i>)
OFS	Ordem Franciscana Secular (<i>Ordo Franciscanus Sæcularis</i>)
ONU	Organização das Nações Unidas (<i>United Nations</i> ; <i>UN</i>)
OSA	Ordem de Santo Agostinho (<i>Ordo Sancti Augustini</i>)
PCCh	Partido Comunista da China (中国共产党)
PSS	Companhia dos Padres de São Sulpício (<i>Societas Presbyterorum a Sancto Sulpitio</i>)
RPC	República Popular da China (中华人民共和国)
SDB	Salesianos de Dom Bosco (<i>Salesiani Domini Bosci</i>)
SJ	Companhia de Jesus (<i>Societas Iesu</i>)

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	A CIDADE DO VATICANO COMO ESTADO <i>SUI GENERIS</i>	23
1.1	Teorias, conceitos e definições pertinentes ao Estado singular	23
1.1.1	<u>O diálogo possível com as teorias clássicas de Relações Internacionais</u>	<u>25</u>
1.1.2	<u>A dualidade vaticana entre dois mundos de acordes dissonantes.....</u>	<u>26</u>
1.2	As credenciais de apresentação do Estado da Cidade do Vaticano	27
1.2.1	<u>A população e o território diminutos em contraponto ao alcance da <i>praxis</i></u>	<u>28</u>
1.2.2	<u>A legislação, a estrutura estatal e a distribuição do poder doméstico</u>	<u>29</u>
1.2.3	<u>A representação e a ação internacional para além dos espaços religiosos</u>	<u>30</u>
1.3	A política externa da Santa Sé e sua centralização personificada no Pontífice	31
1.3.1	<u>Os objetivos idealizados pelo híbrido político-religioso</u>	<u>32</u>
1.3.2	<u>Os métodos adotados para perseguir ideais traçados.....</u>	<u>36</u>
1.4	A globalização da Igreja Católica Apostólica Romana contemporânea	41
1.4.1	<u>As reformas na burocracia estatal em harmonia com o novo papado</u>	<u>41</u>
1.4.2	<u>A presença em organizações internacionais</u>	<u>47</u>
1.5	Conclusões parciais do capítulo	48
2	O INEDITISMO DO SUL GLOBAL NO PAPADO	51
2.1	A formação político-social do argentino Jorge Mario Bergoglio, SJ	51
2.1.1	<u>O permanentemente debatido arcebispado de Buenos Aires.....</u>	<u>53</u>
2.1.2	<u>A relação com a teologia da libertação e a respectiva vertente argentina</u>	<u>55</u>
2.2	A revisão da política externa da Santa Sé a nações periféricas ao sistema	59
2.2.1	<u>O aprofundamento do diálogo inter-religioso com profissões de fé asiáticas</u>	<u>59</u>
2.2.2	<u>A pluralidade natal nas nomeações cardinalícias dos consistórios recentes</u>	<u>65</u>
2.3	Exemplos práticos da autoproclamada “Igreja de portas abertas” na Ásia.....	68
2.3.1	<u>O Oriente Médio e a visita papal ao Iraque como epítome do papado reformado</u>	<u>68</u>
2.3.2	<u>A Jornada Mundial da Juventude de 2027 em Seul e consequências diretas</u>	<u>71</u>
2.4	Conclusões parciais do capítulo	75
3	A POLÍTICA EXTERNA HODIERNA DA SANTA SÉ PARA A CHINA	77
3.1	Um breve resumo da prática católica em território chinês	77
3.1.1	<u>A chegada do catolicismo romano no Império da China</u>	<u>78</u>
3.1.2	<u>As tensões coloniais e a perpetuação de relações diplomáticas instáveis</u>	<u>79</u>

3.2	A estatização do catolicismo chinês pós-revolução	81
3.2.1	<u>A retórica anticomunista e o afastamento definitivo do governo maoísta</u>	82
3.2.2	<u>A Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC) como estatização da fé</u>	83
3.3	As nomeações episcopais no epicentro do embate	88
3.3.1	<u>A gradual aproximação entre Francisco e Xi Jinping</u>	88
3.3.2	<u>O Acordo Provisório de 2018 e as subsequentes conturbadas renovações</u>	91
3.4	Esperanças de diálogo colocadas à prova através da circunvizinhança chinesa ...	95
3.4.1	<u>O budismo tibetano e a nova postura do papado frente ao Dalai Lama</u>	95
3.4.2	<u>A estratégica nomeação cardinalícia do honconguês Stephen Chow Sau-yan, SJ</u>	97
3.5	Conclusões parciais do capítulo	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, recém-entronizado como novo Papa da Igreja Católica Apostólica Romana — doravante referida apenas como Igreja ou Igreja Católica —, o Cardeal jesuíta argentino Jorge Mario Bergoglio, SJ¹, não demoraria para dar indícios de que carregaria consigo marcas que o caracterizavam desde sua época de quase anonimato para o catolicismo global (Souza, 2020). Optando pelo inédito uso do nome Francisco, santo católico venerado por ser associado popularmente à humildade e o serviço aos mais desfavorecidos, Bergoglio, SJ, sinalizou, de imediato, o início do período que seria logo chamado de “Igreja de portas abertas” (Aquino Júnior, 2017; Carletti, 2015). A expressão, que em Estados menos singulares seria considerada apenas um *slogan* de governo, passou a denotar uma perceptível sensibilidade de Francisco aos povos marginalizados pelo sistema (Müller, 2014).

Assumindo no mesmo ano, porém como Presidente da China, Xi Jinping daria continuidade na caminhada de seu país rumo ao objetivado posto de maior potência mundial, especialmente no âmbito econômico (Giunipero, 2019). Essa confluência de acontecimentos pode não ter ocorrido no período de maior perseguição histórica ao cristianismo na região, seja sob a ótica da violência aplicada ou da própria profissão de fé (Ducornet, 2008; Clark, 2020), mas certamente se deu no momento em que o mundo, cada vez mais intrinsecamente conectado, tem seus olhos voltados atentamente à China e seu debatido modelo de desenvolvimento (Majerowicz; Paraná, 2022; Musse, 2021).

Em vista disso, este trabalho busca responder como a ascensão do Cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, SJ, ao papado da Igreja Católica Apostólica Romana, acumulando os cargos de líder religioso e chefe de Estado do Vaticano, implicou em uma reconfiguração na política externa praticada pela estrutura da Cúria Romana² para a China (Rees, 2015). Visando responder o problema de pesquisa proposto, o argumento sugerido por esta dissertação segue duas linhas auxiliares entre si. Primeiramente, pretende-se tratar como factual que a migração quantitativa da prática do catolicismo para países periféricos, em termos sistêmicos, teria feito com que a Igreja liderada por Francisco dedicasse, ainda que forçosamente, mais atenção a

¹ Companhia de Jesus (*Societas Iesu*).

² A Cúria Romana compreende as instituições administrativas da Santa Sé e o corpo central através do qual os assuntos da Igreja Católica Apostólica Romana são conduzidos. Consequentemente, trata-se da instituição que o Pontífice cotidianamente faz uso no exercício de seu supremo ofício pastoral e missão universal no mundo.

essas populações negligenciadas, até então, pelas sucessivas lideranças católicas há séculos advindas do Norte Global (Rapport, 2017). De forma paralela, a China se torna um caso de destaque pelo seu projeto de desenvolvimento acelerado e emergência de uma nova ordem mundial com aspiração multipolar (Kissinger, 2011; Mason, 2017) e, conseqüentemente, não mais centrada exclusivamente nas cercanias geográficas do Vaticano.

Entrecortando esta questão, a Santa Sé possui uma embaixada taiwanesa acreditada a si, se tratando de um dos 13 Estados que, até outubro de 2023, reconhecem Taiwan (Leung, 2018; Nasr, 2021; Taiwan, 2022) — oficialmente República da China — como um Estado independente (Bento XV³, OFS⁴, 1919), algo que ocorre desde o período da Revolução Maoísta (Pomar, 2003; Sheng, 2012). Por ofender, ainda que por inércia, a soberania chinesa, esse fator está entre os mais relevantes para o agravamento das relações sino-vaticanas. Todavia, como um Estado dotado de soberania e dispondo de relações bilaterais com Taiwan (Carletti, 2008; Leung, 2018), a Santa Sé não pode ser descartada pelos interesses chineses, tendo em vista o esvaziamento da causa separatista (Spence, 2013; Pinent, 2015).

Ainda nos primeiros dias de papado, uma carta foi enviada a Xi Jinping a fim de parabenizá-lo pela missão de presidir a República Popular da China (RPC). Os esforços de comunicação não se demonstraram protocolares, uma vez que as tentativas de contato, ainda unilaterais, se repetiriam por numerosas oportunidades nos anos seguintes (Chambon, 2020). Passado algum tempo, foram organizadas numerosas comitivas oficiais da Santa Sé em direção ao gigante asiático, com o objetivo de mapear e explorar os “muitos pontos de encontro entre a China e o Vaticano” (Nova, 2018), segundo palavras do Bispo argentino Marcelo Sánchez Sorondo, presente em um desses encontros. Buscar similaridades entre ambos os entes de poder passou a ser uma arma bastante eficaz na desmistificação dessa relação historicamente truncada, afinal estamos falando das “duas únicas instituições milenares do planeta” (Chu, 2014b; Sisci, 2018).

Logo no ano seguinte das posses de Francisco e de Xi Jinping, representantes de ambos os governos já haviam retomado contato oficial em busca de solucionar o problema que atualmente mais gera rugas entre os dois Estados, uma vez que o reconhecimento de Taiwan acabou por ser visto como algo crônico e potencialmente incurável na relação bilateral: a questão da nomeação de Bispos para atuação em território chinês. A Santa Sé alegava

³ Italiano, nascido Giacomo Paolo Giovanni Battista della Chiesa, foi entronizado no dia 6 de setembro de 1914 e exerceu o papado até 22 de janeiro de 1922, data de seu falecimento.

⁴ Ordem Franciscana Secular (*Ordo Franciscanus Sæcularis*).

ambicionar apenas o gozo de alguma normalidade no trato de questões religiosas na China. Já as representações chinesas na negociação apontavam para intransigências cruciais por parte do Vaticano, que não entenderia — ou fingiria não entender — os danos que a ingerência ocidental em seu território já causou na história recente do país (Pomar, 2003; Fairbank, 2005; Boxer, 2007). Fortes defensores dessa retórica ocupam cargos de liderança na chamada Associação Patriótica Católica Chinesa⁵ (APCC) (Standaert, 2010), organismo estatal fundado em 1957 (Korte, 2009) que objetiva sumariamente dar ao Estado chinês o poder de controle da prática do catolicismo em seu território (Giunipero et al, 2007). Com forte *lobby* político dentro do Partido Comunista da China (PCCh), esse tipo de religiosidade estatizada (Trevisan, 2021) acaba representando uma das mais fortes barreiras para um diálogo bilateral normalizado entre os dois Estados (Carletti, 2008).

Para o sinólogo Francesco Sisci (2018), pesquisador sênior da Universidade Renmin da China, um ponto de virada crucial na relação bilateral sino-vaticana, ao menos sob a ótica da política externa chinesa, se deu em setembro de 2015, quando Bergoglio, SJ, e Xi Jinping estiveram ao mesmo tempo nos Estados Unidos (EUA). Observar a relevância atribuída pela mídia local à presença do Sumo Pontífice teria alertado o Presidente chinês a potenciais ganhos na construção de uma relação amistosa com a Santa Sé, em termos de intercâmbio cultural e ganhos de imagem (Yi; Wenxing, 2024; Fonseca, 2024). Afinal de contas, Sisci (2018, online, n.p., tradução minha) completaria sua análise afirmando que “[...] se o Vaticano é tão poderoso, não se trata apenas de gerir esses poucos milhões de católicos chineses”.

Já sob a ótica da Santa Sé, aquela para a qual este trabalho opta por olhar em lupa, fechar um “acordo de paz” (Matlary, 2001) com Beijing é de suma importância para superar a divisão na prática do catolicismo chinês, tanto visando promover a liberdade religiosa (Lynch, 2014; Wang, 2022) a seus fiéis quanto tendo em vista lograr êxito no caráter essencialmente universalista da Igreja Católica (Malek, 2005). Não obstante, Francisco demonstrou pouca pressa durante o amadurecimento das negociações e indicou saber muito bem que caso um dos lados acelerasse para além da importância que o assunto possui perante outras pautas globais, certamente haveria um descompasso diplomático. Sem fugir de perguntas a esse respeito, Francisco (2018a, p. 216) já respondeu a questionamentos sobre uma possível ida à China dizendo que “[...] as portas do coração estão abertas. E penso que fará bem a todos uma viagem à China. Eu gostaria de a fazer...”. Ao citar o pioneiro missionário jesuíta Matteo Ricci, SJ,

⁵ Do original, em chinês, 中国天主教爱国会.

(Spence, 1985; Laven, 2011) — atuante na China da dinastia Ming ainda no fim do século XVI (Boxer, 2007; Carletti, 2015; Pelikan, 2015; Shelley, 2018) —, em entrevista concedida no ano de 2016, o Pontífice pregou novamente serenidade ao dizer que “[...] a experiência de Ricci, SJ, nos ensina que é necessário dialogar com a China, que é uma fonte de sabedoria e história. É uma terra abençoada de muitas formas” (Francisco, 2016, online, n.p.). Essa não seria a primeira e nem a última vez que o Papa jesuíta recordaria os passos do missionário da Companhia de Jesus.

Pessoalmente, sempre olhei para a China como uma terra rica de grandes oportunidades e, para o povo chinês, como artífice e guardião dum patrimônio inestimável de cultura e sabedoria, que se aperfeiçoou resistindo às adversidades e integrando as diferenças, e que não por acaso, desde os tempos antigos, entrou em contacto com a mensagem cristã. Como dizia com grande perspicácia o Padre Matteo Ricci, SJ, desafiando-nos para a virtude da confiança, ‘antes de contrair amizade, é preciso observar; depois de a ter contraído, é preciso fiar-se’. É minha convicção também que o encontro só pode ser autêntico e fecundo, se se verificar através da prática do diálogo, que significa conhecer-se, respeitar-se e “caminhar juntos” para construir um futuro comum de maior harmonia. (Francisco, 2018c, online, n.p.)

Após o breve período de flerte relatado e pouca mudança prática, em relação aos papados anteriores (Barbato, 2020), ainda em 2016 ocorreria um movimento histórico nessa relação a partir do momento em que o Papa recebe, de maneira inédita, resposta proveniente do mais alto governante chinês. Xi Jinping não só respondeu a uma das sucessivas mensagens que chegavam, como enviou a Francisco uma réplica da Estela de Xian⁶, encontrada em pesquisas arqueológicas realizadas em solo chinês (Pelikan, 2015; Shelley, 2018; Chu, 2022). Segundo Sisci (2018), o recado estava além do ato da resposta, mas também incluía uma mensagem de pertencimento do cristianismo à história chinesa, visando dissociar — ao menos parcialmente — essa prática religiosa de um vínculo mais intenso com o imperialismo europeu histórico na região.

Após incontáveis reuniões entre ambas as partes, a notícia de que um acordo acerca do assunto estaria encaminhado (Tzogopoulos, 2018; Embajador, 2022) veio de um dos maiores entusiastas da ideia internamente ao Vaticano: o Cardeal Pietro Parolin, Secretário de Estado da Santa Sé (Bernardoni, 2019; Giovagnoli, 2019b). Ao afirmar que “[...] em breve não haveria mais questionamentos acerca da legitimidade ou clandestinidade na Igreja chinesa”, no início de 2018, o religioso preparou o terreno para um documento que já vinha sendo tratado a muitas mãos e há muitos anos (Melguizo, 2018, online, n.p., tradução minha). Escolhido pelo Papa

⁶ Item de alta relevância para a literatura cristã, se tratando do mais antigo contato da civilização chinesa com o cristianismo. Data de cerca de 635 d.C. (Carletti, 2008, p. 21), quando missionários siríacos enviados pela Igreja Oriental teriam deixado o elemento sob os cuidados da dinastia Tang (Pelikan, 2015).

para exercer o cargo de maior confiança do Vaticano e, por vezes, ser a voz política do Sumo Pontífice nos mais diversos fóruns, Parolin é hoje o epíteto da vontade papal (Menichetti, 2022) no que tange à política externa da Santa Sé para a China (Kuan, 2012; Bernardoni, 2019). Em um momento histórico pregresso, prefaciando obra dedicada ao estudo de missões na China, o Cardeal havia tomado para si as palavras outrora usadas por Pio XII⁷ em direção aos chineses: “Antes de tudo desejamos manifestar o nosso caloroso afeto por todo o povo da China” (Parolin apud Franguelli, 2021b, online, n.p.).

Todavia, a singela prévia de novidade dada pelo Cardeal italiano já seria suficiente para despertar reações dos mais diversos níveis. Do lado mais reacionário da Igreja, iniciava-se mais uma oportunidade de tecer duras críticas de bastidores ao papado de Francisco, mas, mesmo na China, o bom diagnóstico não foi de unanimidade. A título de exemplificação, enquanto o Cardeal John Tong Hon, chinês e Bispo emérito de Hong Kong, recebeu as boas novas com expectativa de pacificação dos conflitos (Ticozzi, 2020; Porfiri, 2020), o também Bispo emérito de Hong Kong e Cardeal Joseph Zen Ze-kiun, SDB⁸, chegou a utilizar o termo “comercialização da Igreja” (Malovic, 2008) ao se referir à possibilidade de aproximação entre a Santa Sé e o governo comunista da China continental (Giunipero et al, 2007). Há de se pontuar que existem diferenças significativas quanto ao posicionamento político interno dos dois religiosos, incluindo a recente prisão de Joseph Zen por envolvimento nos protestos pela independência de Hong Kong, mesmo tendo passado dos 91 anos (Cernuzio, 2022). No entanto, também é verdade que este desafio de lidar com as complexidades que a China possui rumo à pretendida unificação nacional também precisa ser um fator ponderado junto à política externa praticada pela Santa Sé para o país asiático (Cardinal, 2018; Ticozzi, 2020; Bispo, 2023).

Ainda no fim de 2017, as primeiras notícias sobre a possibilidade de normalização das relações já surgiam em noticiários chineses. As primeiras críticas não chegaram a ser realisticamente impactantes por terem sido rebatidas através do uso da própria figura do Papa (Francisco, 2018b; 2019), o qual detém alto potencial de mediação internacional e não possui nenhum tipo de constrangimento constitucional interno — como monarca absolutista — para se posicionar da maneira que melhor entender. Ao informar que Francisco estaria acompanhando as negociações pessoalmente, a Secretaria de Estado não deixou margem para dúvidas sobre a seriedade do caso. O grande assombro daqueles pertencentes à Igreja

⁷ Italiano, nascido Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli, foi entronizado no dia 12 de março de 1939 e exerceu o papado até 9 de outubro de 1958, data de seu falecimento.

⁸ Salesianos de Dom Bosco (*Salesiani Domini Bosci*).

“clandestina” é, porém, que o Papa seja driblado pelo governo em Beijing, abrindo as portas do diálogo para aqueles anteriormente que haviam aprisionado e, supostamente, até mesmo torturado os seus prelados sem garantias da contraparte (Betto, 2015; Bento, 2018).

Em setembro de 2018, finalmente foi assinado um Acordo Provisório — e sigiloso — entre a Santa Sé e o governo chinês em face da nomeação dos Bispos para atuação na China (Tzogopoulos, 2018; Embajador, 2022). Apesar das capacidades analíticas serem meramente indutivas, dado o caráter secreto do documento, é razoável alegar que se trata de um reflexo da mudança na política externa adotada pela Santa Sé frente à questão chinesa (Pullella, 2018a; 2018c; Warner; Walker, 2019). É interessante notar que

[...] a pesquisa (desta questão) pode ser enquadrada no âmbito da Análise de Política Externa, onde elementos como cultura e religião, em particular a chamada *Faith Diplomacy* emerge como um fator condicionante na construção das relações de força no cenário internacional. (Leight, 2011 apud Carletti, 2019, p. 26)

Depois de algum tempo vigente, com renovações bienais sempre dificultosas (Ceraso, 2022), o Acordo Provisório apresenta sinais de desgaste. Cercado de polêmicas e testes de estresse de ambos os lados (Quintanal, 2016; Sisci; Strazzari, 2018; Pullella, 2022; Santa Sé, 2022), envolvendo principalmente trocas de Bispos nomeados conjuntamente sob ordem expressa unilateral de um dos entes envolvidos e pronunciamentos acalorados do já referenciado Cardeal Joseph Zen Ze-kium, SDB, principal voz de resistência à negociação com o governo comunista, a paciência tem voltado a ser palavra de ordem. A despeito de sua idade avançada, Joseph Zen, SDB, não se limita a exercer suas atividades religiosas, mas é muito ativo na mídia se posicionando contrariamente a possíveis concessões da Santa Sé ao regime comunista (Zen; Porfiri, 2017; O’Connell, 2023). O respeitado Bispo emérito de Hong Kong já teve a oportunidade até mesmo de se reunir com Papa Francisco, no Vaticano, a fim de debater a situação na região, sendo a última delas no velório do Papa emérito Bento XVI⁹ (Oração, 2022), que escreveu uma carta endereçada aos fiéis chineses em seus últimos anos de pontificado (Bento XVI, 2007; Criveller, 2023).

Tradicionalmente, as representações católicas de Hong Kong apoiaram Francisco em sua empolgação, agindo até mesmo como uma ponte entre as comunidades que respondem ao Bispo de Roma e aqueles obrigados a professar sua fé na clandestinidade.

⁹ Alemão, nascido Joseph Aloisius Ratzinger, foi entronizado no dia 24 de abril de 2005 e exerceu o papado até 28 de fevereiro de 2013, data em que renunciou ao cargo alegando fragilidade em sua saúde. De acordo com o Código de Direito Canônico, Bento XVI seguiu como Papa emérito até 31 de dezembro de 2022, quando faleceu aos 95 anos.

Quando ouvimos críticas da comunidade oficial contra a comunidade clandestina, defendemos esta última dizendo que sua posição é legítima. Em vez disso, quando ouvimos a comunidade clandestina criticar a comunidade oficial como se todos fossem traidores da Igreja, dizemos: “Não! Nem todos eles! Porque conhecemos esses irmãos. Vivemos juntos há muito tempo. Muitos deles são fortes e corajosos, mantendo a verdadeira fé enquanto estão em uma estrutura tão desfavorável.” (Zen, 2019, p. 59, tradução minha)¹⁰

A fim de ilustrar alguns casos de tensionamento, no fim de 2020, pouco depois de trocar notas diplomáticas com Roma (Francisco, 2020a) para renovar o Acordo Provisório por mais dois anos, o governo central chinês estabeleceu processo de nomeação de Bispos sem nenhuma anuência papal e cerca de uma centena de policiais invadiu, em maio de 2021, um seminário católico a fim de prender a liderança religiosa local, famoso ativista não-alinhado com o governo central (Chu, 2014a). Na ausência do Monsenhor¹¹ no local, dezenas de Sacerdotes e seminaristas foram detidos (Arrastão, 2021). Já em dezembro de 2021, Bispos subordinados à Beijing realizaram inédita reunião a portas fechadas com aqueles que atuam em Hong Kong e respondem ao Vaticano. Relatos do encontro dão conta de que foi uma reunião voltada para levar uma mensagem e que Xi Jinping nunca teria sido tão enfático ao descrever seu desejo de uma religião voltada ao local ou, adotando uma expressão recorrentemente utilizada na academia, “com características chinesas” (Carvalho, 2019).

Em suma, Francisco segue defendendo o diálogo e, em entrevista recente, chegou a dizer que uma ida à China ocorrerá no momento certo (Mong, 2019; Francisco, 2017; 2022; 2023), mas os termos estabelecidos no acordo soam cada vez mais protocolares em termos de efeitos práticos. A política externa da Santa Sé para a China certamente mudou com Francisco (2016; 2017), e há o que ser investigado nesse campo, mas dúvidas pairam sobre a capacidade de tornar essas políticas efetivas em um país que, além de só permitir que entes externos analisem sua política de maneira indutiva, a todo momento tem um novo assunto prioritário que engole a pauta anterior. Em uma fala recente acerca do tema, o argentino afirmou que “[...] a China não é fácil, mas estou convencido de que não deveríamos desistir do diálogo” e disse ainda que “[...] você pode ser enganado no diálogo, pode cometer erros, tudo isso..., mas é o caminho. Uma mente fechada nunca é o caminho” (Pullella, 2021, online, n.p.).

¹⁰ *When we hear criticism from the official community against the underground community, we defend the latter by saying that their position is legitimate. Instead, when we hear the underground community criticize the official community as if they were all traitors to the Church, we say: “No! Not all of them! Because we know these brothers. We have lived together for a long time. Many of them are strong and brave, upholding the true faith while being in such an unfavorable structure.”*

¹¹ O título de Monsenhor é honorífico e conferido pelo Papa a sacerdotes da Igreja Católica Apostólica Romana por serviços prestados e/ou pelo exercício de funções eclesiais de governo ou de diplomacia.

Como um Estado soberano reconhecido pela comunidade internacional, o Vaticano possui uma postura única que combina elementos religiosos, morais e diplomáticos em suas interações com outras nações (Sandal, 2016). Através da análise da diplomacia pontificia, é possível examinar como a Igreja Católica, através de seu ente estatal, busca promover seus interesses e valores em questões globais, como Direitos Humanos, paz (Matlary, 2001; Francisco, 2017) e justiça social, estabelecendo diálogos com diferentes atores políticos e religiosos ao redor do mundo (Coriden, 1988; Hehir, 1990; Kurth, 1993).

Ao aplicar o recorte da chegada de um Cardeal argentino ao papado e, em especial, seu olhar para países pertencentes ao Sul Global (Löwy, 1996; Bergoglio, 1998; Carletti, 2015; Rourke, 2016; Mangueira, 2019), as relações sino-vaticanas destacam-se devido ao interesse crescente em compreender as mudanças na dinâmica entre o mundo e a RPC, que se tornou a passos largos um dos atores mais influentes na política global contemporânea (Coutrot, 1996; Kuan, 2012). Como apresentado anteriormente, a discussão sobre essas relações envolve uma série de elementos complexos, incluindo a questão do reconhecimento territorial, a situação dos católicos na China, as diferenças ideológicas e as múltiplas influências políticas na cúpula de ambas as partes (Spadaro, 2019). Analisar a política externa da Santa Sé para a China oferece uma visão aprofundada sobre como o Microestado busca equilibrar suas aspirações religiosas com os desafios políticos e diplomáticos inerentes a uma relação com um Estado de poder centralizador como a China (Chong; Maass, 2010; Kissinger, 2011; Santoro, 2013). Além disso, permite compreender as implicações dessas relações no contexto da geopolítica global, especialmente no que diz respeito às questões de liberdade religiosa (Malek, 2005; Lynch, 2014; Wang, 2022), Direitos Humanos e influência política regional (Rambaud, 2015).

Frequentemente negligenciadas pelas teorias clássicas da disciplina de Relações Internacionais (Haynes, 2016a; Haynes, 2013), que possui suas origens arraigadas na laicidade e, por vezes, falha em compreender a relevância de fatores extra-estatais nas dinâmicas globais, as religiões reconquistam cada vez mais protagonismo nos mais diversos ambientes decisórios (Carletti; Nobre; Ferreira, 2020; Haynes, 2020). Sendo assim, pesquisar a política externa da Santa Sé como um ator religioso que também detém poder estatal (Carletti, 2012) tem potencial para suprir uma lacuna que, se não completamente oca, é, em geral, preenchida esparsamente por pesquisas pontuais com recortes específicos e viés autodeclarado.

Existem atores no âmbito político internacional que possuem possibilidades adicionais, ou o que poderia ser chamado de possibilidades de política externa “expandidas”, devido à sua constituição intrinsecamente transnacional (Haynes, 2016b; Ramanzini Júnior; Farias, 2021).

No contexto de um mundo contemporâneo emaranhado, estudar esse aspecto transnacional é crucial (Pinezi; Franco, 2018), pois revela como a sociedade vem evoluindo — seja em termos de quem e como os valores e práticas são promulgados e acordados, ou até que ponto funcionam como fontes de legitimidade.

Embora existam diversos elementos no sistema internacional passíveis de caracterização como fatores transnacionais, a exemplo de órgãos de mídia, grandes empresas e até mesmo fraternidades laicas, a protagonista desta dissertação é a Igreja Católica como um ator híbrido temporal-religioso (Gaetan, 2021; McLarren; Stahl, 2020), ou seja, que não pode ser enxergado sem considerar sua identidade jurídica como Santa Sé (Accioly et al, 2019; Kunz, 1952). Dito isso, é importante notar que o elemento transnacional é constitutivo da atuação diplomática e permite uma política externa expandida (Pinezi; Franco, 2018). Sendo assim, pretende-se realizar uma análise sob a égide de métodos que introduzam arcabouço analítico alinhado à compreensão de atores singulares como a Igreja (Haynes, 2016b).

Considerando que as ideias exercem um papel importante na formulação da política externa (Gonçalves; Pinheiro, 2020) ao determinar o conteúdo dos interesses dos atores (Silva; Hernández, 2020, p.5), e sendo o discurso uma prática “socialmente construída”, é possível utilizá-lo como ferramenta de análise sobre as ideias que geram o escopo interpretativo para as ações dos atores encarregados da tomada de decisão (Silva; Hernández, 2020). Em termos metodológicos, as Análises de Conteúdo e Discurso têm sido frequentemente utilizadas no exame das comunicações nas ciências humanas e sociais (Cappelle et al., 2003; Silva; Hernández, 2020). Tais métodos, porém, diferem quanto à sua origem.

Enquanto a Análise de Conteúdo promove tentativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo das mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito de sua origem (Bardin, 2011), a Análise do Discurso trabalha o “ponto de articulação da língua com a ideologia e procura explicar o modo como se produzem as ilusões do sujeito e dos sentidos” e como estão organizadas as estruturas de poder (Cappelle et al., 2003). A Análise de Conteúdo oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, pois estimula uma análise baseada em deduções e inferências ao mesmo tempo em que considera as influências socioespaciais e o contexto no qual o material está inserido (Silva; Hernández, 2020, p.3).

Tomando como partida o protagonismo do campo da análise de política externa assumido nesta dissertação, optou-se por utilizar a Análise de Conteúdo prescrita por Laurence

Bardin (2011), respeitando-se os apontamentos feitos por Silva e Hernández (2020, p. 2) sobre o método.

Consideramos também que existem distintas “análises” possíveis para diferentes “conteúdos”. Sendo dependentes do objeto da pesquisa, as análises são variadas, as escolhas de quais são os caminhos plausíveis e as estratégias para alcançar determinados resultados, insights ou elementos de análise também se multiplicam. Por sua vez, os veículos pelos quais os conteúdos estão sendo distribuídos e seus formatos possíveis também se tornaram múltiplos (não únicos).

Como método de pesquisa qualitativa, a Análise de Conteúdo torna possível, através dos processos de sistematização e codificação do material de análise, a identificação das ideias e interesses dos atores, levando em consideração quem discursa, para quem discursa, em qual lugar e com qual objetivo, além de fornecer dados para analisar similaridades, diferenças e mudanças na atuação dos governos na conjuntura da política externa (Bardin, 2011; Mercer, 2005).

Para atender aos critérios de representatividade e homogeneidade (Dyson, 2006; Farr, 2005), foram selecionados os seguintes materiais: i) pronunciamentos oficiais de representantes da Santa Sé em fóruns de organismos internacionais; ii) cartas encíclicas e exortações papais que perpassam temáticas frequentemente debatidas na política internacional contemporânea; e, por fim, iii) entrevistas coletivas concedidas em voos de viagens apostólicas¹² com destino a países pouco usuais na agenda vaticana até a chegada de Francisco ao poder.

Os critérios de seleção basearam-se na regularidade e relevância destes materiais no curso das relações internacionais deste singular Microestado para a Ásia, em especial para a China. Nestes documentos, o Sumo Pontífice e seus representantes diretos apresentam as principais diretrizes daquela gestão político-religiosa, interpretações de mundo, soluções propostas para problemas globais, relações de causa e efeito, posicionamento de sujeitos, bem como políticas implementadas e planos futuros. Entende-se que identificar estas posições torna possível traçar uma linha entre as principais ideias apresentadas e suas comunidades de origem, para assim avaliar os processos de evolução cognitiva subjacentes (Gonçalves; Pinheiro, 2020; Hudson; Day, 2019; Rapport, 2017).

Essas fontes primárias foram coletadas diretamente dos acervos oficiais da Cúria Romana, conteúdo que se encontra, em sua grande maioria, digitalizado e/ou transcrito para diversos idiomas, incluindo o português. Posteriormente os materiais foram organizados

¹² É tradicional, desde o último terço do século XX, que jornalistas responsáveis por cobrir o Estado do Vaticano viagem no mesmo voo do Sumo Pontífice e, por consequência, é nesse cenário que se dá a maior parte das entrevistas coletivas concedidas sem temática previamente combinada (Camarotti, 2013).

segundo o ano de sua realização, a partir de 2013, e autor, com foco na cúpula da burocracia diplomática da Santa Sé, a fim de facilitar a busca e a análise pormenorizada das informações.

Os discursos de interpretação dúbia — político-religiosa — e aqueles realizados durante rituais de fé ficam agrupados constituindo um único *corpus* de análise. Os pronunciamentos realizados nos raros momentos de descontração e/ou durante entrevistas não *briefadas* previamente também foram agrupados segundo o momento correspondente, formando um segundo *corpus* de análise. Além da Análise de Conteúdo dos materiais oficiais, a pesquisa se valeu de consulta à bibliografia especializada e de fontes documentais, principalmente aquelas que se dedicam ao cotidiano deste Microestado *sui generis*, como a página oficial *Vatican News* e o centenário periódico *L'Osservatore Romano*.

Foram mapeados os principais temas abordados em cada posicionamento e as ideias que compõem o repertório internacional do Vaticano no período analisado. Em seguida, o conteúdo de cada texto é aqui esmiuçado e, posteriormente, analisado, de modo a permitir inferências que relacionem as condições de produção à normatividade da linguagem e à construção de interpretações que legitimam o comportamento da Santa Sé perante a comunidade internacional (Bardin, 2011; Onuf, 1989).

Dado o recorte temático do trabalho, a potencial multiplicidade de grupos autônomos não pode ser descartada, uma vez que existem esferas de poder clandestinas atuando em nome do catolicismo dentro da China continental, bem como a Companhia de Jesus, que se configura como uma ordem clerical historicamente ativa no âmbito missionário, e o clero de Hong Kong, que frequentemente entra em rota de colisão com Roma quando o assunto é abrir portas para dialogar com o PCCh (Malovic, 2006; Luxian, 2017; Spadaro, 2020). Em suma, todos esses fatores precisam ser levados em conta por representarem frentes que ofertam retóricas substancialmente próprias e que complicam ainda mais o já emaranhado caso das relações bilaterais sino-vaticanas (Hudson; Day, 2019).

Analisar o conteúdo de documentos primários e cruzar os pronunciamentos oficiais de ambos os lados com aquilo que se consegue obter de notícias contemporâneas sobre o caso, deste ponto de vista, têm um potencial elucidativo fundamental para aprofundamento acerca da pergunta que se deseja responder: qual o papel de Francisco na virada de chave da política externa da Santa Sé para a RPC, mesmo se tratando de algo pelo qual o Papa não seja exatamente cobrado internamente ao Vaticano?

O primeiro capítulo, intitulado “A Cidade do Vaticano como Estado *Sui Generis*”, examina a singularidade do Vaticano como um estado, fornecendo uma base teórica e

conceitual para entender sua estrutura e operação no cenário internacional. Já o segundo capítulo, chamado “O Ineditismo do Sul Global no Papado”, analisa a influência das experiências de Jorge Mario Bergoglio, SJ, especialmente sua formação na América Latina, na reorientação estratégica da Santa Sé em direção ao Sul Global, evidenciando como suas raízes argentinas impactaram sua abordagem pastoral e diplomática. Finalmente, o terceiro e último capítulo, “A Política Externa Hodierna da Santa Sé para a China” detalha a relação complexa entre a Santa Sé e a China, destacando os desafios e avanços nas negociações e diálogos sobre nomeações episcopais e liberdade religiosa. Juntos, esses capítulos elucidam as mudanças implementadas pelo Papa Francisco, demonstrando a maneira como sua liderança tem redirecionado a bússola do Catolicismo Apostólico Romano para uma maior inclusão e diálogo com regiões anteriormente marginalizadas, especialmente no contexto chinês.

1 A CIDADE DO VATICANO COMO ESTADO *SUI GENERIS*

Este capítulo explora a natureza única da Cidade do Vaticano como um estado *sui generis*, oferecendo uma base teórica e conceitual para entender suas características singulares. Inicialmente, é discutido o conceito de estado singular, fornecendo um panorama das teorias e definições pertinentes que distinguem o Vaticano de outros entes políticos e territoriais. Compreender essas especificidades é essencial para analisar a dinâmica interna e externa da Santa Sé, especialmente no contexto das relações internacionais.

Em seguida, o capítulo aborda as credenciais de apresentação do Vaticano como estado, destacando os aspectos históricos, jurídicos e diplomáticos que sustentam sua legitimidade e funcionamento. Esta seção detalha como o Vaticano, apesar de sua pequena extensão territorial e população reduzida, exerce uma influência desproporcional no cenário global. Essa análise é crucial para entender as bases sobre as quais a Santa Sé constrói suas interações e negociações com outras nações, particularmente aquelas no Sul Global.

Por fim, o capítulo examina a política externa da Santa Sé, enfatizando sua centralização no Pontífice, e como essa estrutura influencia a globalização da Igreja Católica contemporânea. A centralização da política externa no Papa permite uma abordagem coesa e consistente, refletindo a visão e prioridades do líder máximo da Igreja. Além disso, são discutidos os mecanismos pelos quais a Igreja se expande e se adapta às diversas culturas e contextos globais, demonstrando a importância estratégica de sua política externa. Esta análise proporciona uma compreensão profunda das operações diplomáticas do Vaticano e sua relevância para o posicionamento da Igreja no cenário mundial, especialmente em regiões emergentes.

1.1 Teorias, conceitos e definições pertinentes ao Estado singular

A descrição da ideia de Estado está repleta de contradições e diferenças, dependendo da escola e das influências do autor que tenha teorizado o conceito. Se duas visões genuínas da instituição estatal se opõem em um duelo realista/liberal, as nuances e especificidades permitem mobilizar uma ampla gama de recursos necessários para o estudo do aparato estatal do Vaticano. Embora sua noção moderna seja frequentemente vista como um produto da história diplomática europeia e desafiada pela ascensão de um movimento de estudos globais, que destaca a predominância de atores infraestatais, a predominância do Estado na esfera internacional e sua imposição como ator-chave no jogo político-diplomático são tais que sua noção deve ser

esclarecida no contexto desta dissertação, a fim de identificar o que é e o que não é o Estado da Cidade do Vaticano.

Não seria nenhum absurdo dizer que o Estado é em si um conceito essencialmente contestável e em aberto. Em glossários de Ciência Política, o Estado é frequentemente definido como um conjunto multivariado de burocracias, localidades, grupos, agentes, pessoal envolvido em múltiplas interações estratégicas e comunicações simbólicas com outros *players*, sejam eles internos ou externos às fronteiras de um sistema político, e sujeitos a restrições de estrutura e contexto (Boussaguet, 2014, p. 234, tradução minha). No entanto, esse tipo de definição carece de um olhar mais atento para elementos-chave e características específicas que permitam a análise efetiva de um Estado, o que, surpreendentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU), também não oferece (Papa, 2022).

A Carta das Nações Unidas¹³ menciona a acepção de “Estado”, mas a entrelaça repetidamente com os conceitos de “nação” e “povo”, o que colide parcialmente com a definição da mesma variável no campo do Direito Internacional. É de se destacar que, na era westfaliana do sistema internacional, ainda vivida hodiernamente e centrada no conceito de soberania inviolável pelo Direito, o Estado é um ator incontornável devido à sua personalidade jurídica e aos direitos exclusivos que dela decorrem. Na doutrina do Direito Internacional Público, o Estado é definido como uma entidade jurídica composta por três elementos: população, território e governo. Esses três elementos combinados concedem a ele a qualidade de sujeito de Direito Internacional que exerce suas competências com total independência (Salmon apud Blevin, p. 25, tradução minha). Se nos referirmos a uma definição “oficial” de Estado, a Convenção de Montevideu de 1933¹⁴, sobre os direitos e deveres dos Estados, no Artigo I, descreve o Estado como uma personalidade de Direito Internacional que reúne as seguintes condições: i) uma população permanente; ii) um território determinado; iii) um governo; e, por fim, iv) a capacidade de se relacionar com outros Estados.

¹³ Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>

¹⁴ Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%20165/v165.pdf>

1.1.1 O diálogo possível com as teorias clássicas de Relações Internacionais

As grandes teorias clássicas sobre o conceito de Estado podem ser sucintamente divididas em duas principais correntes. A corrente liberal gira em torno da ideia de que o Estado e o sistema internacional podem, ou até devem, se afastar do paradigma belicista na defesa de seu poder em favor da promoção do Direito Internacional, do livre comércio e das liberdades interpessoais. Essa visão política do papel do Estado, portanto, implica no preceito da igualdade dos Estados, apesar dos desequilíbrios de poder, e acabou por se tornar essencial na promoção de convenções e tratados internacionais. A corrente realista, que concebe o Estado como um ente convergente de poder e uma entidade política detentora do monopólio da violência legítima, concentra-se nas ideias de soberania absoluta, tanto no âmbito interno quanto externo. A teoria realista do Estado, em geral, se baseia em uma relação de controle e dominância que é considerada necessária para a preservação da ordem, tanto no nível infraestatal quanto no cenário internacional.

Alguns elementos pertencentes ao cerne das duas correntes de pensamento podem ser encontrados no estudo de caso do Vaticano. No viés liberal, pode-se tomar como ponto de partida a visão de Hugo Grotius (2005), que, na esteira da sociedade mundial pós-Westfália, destaca em sua obra a noção de construção da paz por meio do Direito e dos tratados. Essa ideia é um elemento fundamental na consideração da legitimidade e soberania de um Estado, mesmo que não disponha dos fatores clássicos de projeção de poder, o que se aplica diretamente ao Vaticano e será mais minuciosamente detalhado a seguir.

Já Immanuel Kant trouxe uma visão do conceito de Estado que é baseada na ideia de que a máquina estatal é a guardiã do Direito e a liberdade de um povo e de um Estado depende do bom funcionamento da dessa mesma máquina (Pippin, 2006). Embora muitas de suas explanações políticas não se traduzam no funcionamento do Vaticano, ele se insere entre os pensadores que influenciaram o surgimento do sistema global atual, ditado pelo Direito Internacional, do qual o Vaticano se beneficia.

Dentro da corrente mais realista da definição de Estado, novamente algumas características podem ser encontradas em algumas partes do aparato estatal do Vaticano. A mais evidente é certamente a natureza absoluta do Estado. Jean Bodin, Maquiavel ou Carl Schmitt, para citar alguns, são três pensadores que desenvolveram essa característica do Estado vista como indispensável em seus estudos. O Vaticano é uma monarquia absoluta de Direito Divino, com um soberano eleito, é verdade, mas que depois detém um mandato vitalício durante o qual exerce todos os poderes executivos, legislativos e judiciais. Essa especificidade da organização

política pontifícia pode encontrar eco de legitimação na obra de Max Weber, que descreve três tipos ideais de soberanos dominantes. Um deles é o soberano que baseia sua autoridade no carisma pessoal e extraordinário, caracterizada pelo compromisso dos súditos com sua causa. O soberano seria então uma pessoa que se destaca por qualidades prodigiosas e messiânicas (Weber, 2021), o que reflete bem a personalidade idealizada do Papa.

Todavia, seria leviano afirmar que as teorias clássicas do Estado são os caminhos de compreensão mais adequados para a realidade do aparato estatal atual do Vaticano. As naturezas absoluta e religiosa do Estado pontifício não coincidem com o pensamento liberal, especialmente porque o Vaticano não se encaixa no tipo de Estados aos quais os autores mencionados anteriormente se referem, pelas singularidades tanto em termos de essência existencial quanto estruturais. Certamente, as representações do sistema internacional desses autores beneficiam hoje o Vaticano, mas nenhum deles concebia a criação de uma máquina estatal como a da Santa Sé. Apesar de Montesquieu (2023) considerar aceitável que uma monarquia ou um único homem governasse por meio de leis fixas e estabelecidas para o bom funcionamento do Estado, a separação dos poderes era uma condição indispensável.

Quanto à linha realista, a situação é provavelmente ainda mais complexa, pois seria simplesmente incorreto conceber o Estado do Vaticano como adequadamente descrito por essa corrente teórica, dada a total ausência de noções de violência legítima, dominação e segurança na política da Santa Sé. A Cidade do Vaticano não se coloca no sistema internacional como um Estado fornecedor de segurança, nem como um instrumento de governança objetivado a conquistar pela força. Embora a projeção de seu poder seja real e será objeto de aprofundamento no restante deste trabalho, considerar puramente os estudos realistas clássicos sobre a noção de Estado seria um erro.

1.1.2 A dualidade vaticana entre dois mundos de acordes dissonantes

Considerando todos os pontos debatidos até aqui, torna-se apropriado levantar a questão de quais seriam as melhores ferramentas para compreensão e caracterização do Estado do Vaticano na teoria, bem como sua correta classificação. Para tal, pode-se partir do pressuposto de que a Santa Sé tenta, em última análise, fazer coexistir dois mundos neste novo sistema internacional. Joseph-Thomas Pini (2017, p. 90, tradução minha), Sacerdote e pesquisador especializado no Código de Direito Canônico (CDC), reiterou:

Sob uma única autoridade suprema, em uma estrutura projetada para ser integrada, coexistem de fato dois mundos, um dos quais se construiu opondo-se ao outro e depois ignorando-o: de um lado, uma comunidade muito numerosa e diversificada, com uma vocação universal, estruturada e hierarquizada de forma singular, que se define fundamentalmente por sua origem, propósito e unidade sobrenaturais; do outro lado, a forma estatal e seus critérios clássicos de identificação por meio de um território, sujeitos pessoas físicas e jurídicas e a soberania sobre ambos, considerada como o *status* que, na ordem westfaliana clássica, garante à determinada comunidade ou entidade tanto sua independência quanto sua participação no sistema internacional.

Esse comentário ilustra a tensão e a dificuldade em tratar o Vaticano como um Estado, uma noção que necessariamente envolve ideias de funções jurídicas e legislativas, centro de poder político e normativo e produção de regras para um território nacional definido pelo Direito. A ideia não é, de maneira alguma, desvalorizar o Vaticano como Estado, mas demonstrar que uma análise baseada em estudos e teorias clássicas simplesmente não revelaria a complexidade do objeto político que é o aparato estatal pontifício. O sistema internacional moderno impôs ao Estado do Vaticano uma normalização para se adequar aos critérios geopolíticos, jurisdicionais e culturais (Pini, 2017, p. 90, tradução minha). Essa é a razão pela qual o Vaticano transitou para uma transformação institucional do aparato político-administrativo e hoje é considerado *sui generis* no âmbito do Direito Internacional. Em vista disso, é propício traçar a identidade do Estado do Vaticano, através de suas credenciais de apresentação, para destacar as especificidades e características que o tornam tão diferente.

1.2 As credenciais de apresentação do Estado da Cidade do Vaticano

O Estado da Cidade do Vaticano foi criado em 11 de fevereiro de 1929, com o Tratado de Latrão, celebrado entre a Itália e a Santa Sé, encerrando um conflito conhecido como a Questão Romana. Fundado sobre os vestígios da antiga Cidade do Vaticano após quase cinquenta anos, o Estado do Vaticano é frequentemente visto como o último dos Estados Pontifícios. O Tratado atendia à necessidade do Vaticano de possuir um território, ainda que reduzido, para se tornar um verdadeiro sujeito soberano do Direito Internacional. O preâmbulo do Tratado afirma, além do mais, que “para garantir a independência absoluta e visível da Santa Sé, é necessário assegurar-lhe uma soberania indiscutível, mesmo no âmbito internacional” (Lei, 2000, online, preâmbulo). Em última instância, o Tratado de Latrão não se refere tanto à criação de um Estado em si, mas à construção de uma plena propriedade dos espaços e do território que garantem a soberania da Santa Sé. As características do Vaticano não o tornam um Estado clássico, mas sim um “Pseudoestado” (Pouthier, 2017, p. 5, tradução minha) ou “Estado não-

geográfico” (Noé, 2015, p. 105, tradução minha) que não tem paralelo com nenhum outro no mundo.

1.2.1 A população e o território diminutos em contraponto ao alcance da *praxis*

A população da Santa Sé é extremamente reduzida. Ela é composta exclusivamente pelo clero e pela Guarda Suíça. A estimativa do número de habitantes é bastante variável, mas se concentra entre 600 e 1000 indivíduos ao longo das idas e vindas de religiosos (Altemeyer, 2024). Entretanto, uma minoria dos cidadãos reside efetivamente no território da Santa Sé. Segundo o site oficial da Santa Sé¹⁵, há apenas 64 passaportes válidos emitidos pelo Estado da Cidade do Vaticano nos dias de hoje.

O Vaticano é o menor Estado do mundo, possuindo apenas 0,44 km² de território, e suas fronteiras têm um comprimento de 3,4 km, que são exclusivamente compartilhadas com a Itália. O Vaticano não possui acesso direto ao mar, recursos naturais ou terras para agricultura. A Cidade é um enclave dentro da capital italiana, Roma. A Santa Sé também possui vários edifícios e escritórios em Roma — mais precisamente 23 — e fora da cidade — atualmente apenas 5 — que são considerados zonas extraterritoriais com imunidade diplomática reconhecida pelo Direito Internacional. Todos os territórios do Vaticano são protegidos pela Convenção de Haia de 1954 relativa à proteção de bens culturais em caso de conflito. O território, que era uma necessidade para a Santa Sé, permite principalmente que ela tenha um algo concreto para sua soberania, como evidenciado por esta passagem em discurso do Papa Pio XII:

O que é o território (o Vaticano) onde vocês estão reunidos, senão um ponto imperceptível no globo e nos mapas do mundo? No entanto, no âmbito espiritual, é um símbolo de grande valor e alcance universal, pois é a garantia da independência absoluta da Santa Sé para cumprir sua missão no mundo. (Pio XII apud Noé, 2015, p. 104, tradução minha)

¹⁵ Disponível em: <https://www.vaticanstate.va/it/stato-governo/note-general/popolazione.html>

1.2.2 A legislação, a estrutura estatal e a distribuição do poder doméstico

A modernidade jurídica suprema que é o Estado, permitindo a soberania funcional do Vaticano, leva a Santa Sé a ter a responsabilidade de garantir, por meio de um quadro legal definido, as diversas obrigações de assegurar a segurança jurídica de seus súditos, protegendo os direitos de cada um. Ao fazer isso, o Vaticano conseguiu criar um conjunto de regras de direito multidimensionais e singulares, baseando-se principalmente em dois pilares para complementar seu CDC: o Tratado de Latrão de 1929 (e o Direito Internacional em um sentido mais amplo) e a legislação italiana.

Na verdade, o Estado da Cidade do Vaticano detém um sistema legislativo próprio, devido à sua dimensão religiosa. Seu sistema jurídico é complexo, onde se podem distinguir três ramos interligados: i) normas internacionais convencionais e gerais; ii) CDC; e iii) normas legais específicas produzidas pelo Vaticano e seus órgãos (Ireland, 1933, p. 281-282, tradução minha).

Como mencionado anteriormente, o Direito Pontifício também se inspira muito na legislação italiana, que preenche as lacunas jurídicas decorrentes das peculiaridades do CDC, principalmente nos campos do Direito Civil, Comercial ou Penal (Pini, 2017, p. 93, tradução minha).

“Nenhuma organização no mundo parece tão complexa, tão única. É impossível fazer um paralelo” (Barberini, 2003, p. 9, tradução minha). Esta observação, sem dúvida, revela a complexidade da organização de poder do Vaticano. No site oficial do Estado, o Vaticano descreve sua missão como sendo a de

[...] proclamar a verdade do Evangelho, para a salvação de todos os homens, e a serviço da paz e da justiça, em favor de todos os povos, tanto por meio das diferentes Igrejas particulares e locais espalhadas pelo mundo, quanto por meio de seu governo central, constituído pelo Papa e pelos órgãos que o auxiliam em sua responsabilidade para com a Igreja universal.¹⁶

É absolutamente fundamental lembrar que o Vaticano é legalmente dividido em dois componentes: o Estado da Cidade do Vaticano, que representa a autoridade temporal, e a Santa Sé, que representa a autoridade espiritual da Cidade pontifícia (Blevin, 2017, p. 104, tradução minha). Todavia, tanto em seu exercício quanto em seu funcionamento, não há distinções reais a serem feitas entre esses dois componentes legais. O Vaticano é, em última instância e em

¹⁶ Disponível em: <https://www.vaticanstate.va/it/stato-governo/note-general/origini-natura.html>

linha com sua autoproclamada missão, um Estado a serviço de outros Estados, trabalhando para todos os cidadãos cristãos do mundo (Noé, 2015, p. 99, tradução minha).

A organização e a forma de governo do Estado são uma monarquia absoluta eletiva, no sentido em que o Papa é eleito e não designado. É absoluta porque o soberano Pontífice concentra todos os poderes. Todavia, o Papa delega uma parte significativa da responsabilidade pelo poder. No âmbito legislativo, o soberano deixa o exercício do poder para uma comissão encarregada de promulgar disposições legislativas e promulgar leis. O poder judiciário é gerido por diferentes órgãos, que são, em sua maioria, bastante convencionais, pois existem um juiz único, um tribunal, uma corte de apelação e cassação. Por fim, o exercício do poder executivo é delegado à Comissão Pontifical, que, em suas funções executivas, é renomeada como o *Governatorato* do Vaticano. Todos os órgãos que exercem os vários poderes detidos pelo Papa permanecem sob o controle do soberano Pontífice. Todas as ações desses diferentes órgãos são realizadas em nome do Papa.¹⁷

É fundamental lembrar que o Papa tem a responsabilidade de lidar com os assuntos do Estado, mas também da Igreja Católica. Nesse sentido, o soberano Pontífice é assistido em suas funções pela Cúria Romana, uma instituição antiga e enraizada nas tradições canônicas da Igreja, que tem como missão “desempenhar suas funções em nome e sob a autoridade do Papa para o bem e serviço das Igrejas” e “inclui a Secretaria de Estado ou Secretariado do Papa, o Conselho para os Assuntos Públicos da Igreja, as Congregações, Tribunais e outros Institutos”¹⁸.

1.2.3 A representação e a ação internacional para além dos espaços religiosos

A representação do Estado da Cidade do Vaticano e da Santa Sé na cena internacional é reservada ao Papa, excetuando-se os casos em que o próprio Pontífice terceiriza tal papel a seu Secretário de Estado, em geral por questões logísticas relacionadas à idade avançada. Seja por meio de diretrizes espirituais e morais ou pela participação nas relações diplomáticas, a Santa Sé tem participado continuamente das dinâmicas na ordem internacional, mesmo quando desprovido de poderes temporais (Bertoli, 1961, p. 197, tradução minha). Com o pleno reconhecimento de personalidade internacional após a Primeira Guerra Mundial, o Vaticano

¹⁷ Disponível em: <https://www.vaticanstate.va/it/stato-governo/struttura-del-governatorato/organi-di-governo.html>

¹⁸ Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/ita/documents/cic_libroII_360-361_it.html

teve aumentada significativamente a presença nas organizações internacionais, além da adesão a várias convenções internacionais. As aspirações de paz, proteção dos mais vulneráveis, saúde e defesa dos direitos e liberdades das grandes organizações intergovernamentais inspiram as atividades da Santa Sé, que alega ver nessas organizações a oportunidade de transmitir a mensagem teológica de caridade, justiça e solidariedade, buscando influenciar, a seu modo, o mundo das relações internacionais multilaterais (Tomasi, 2017, p. 581, tradução minha). A Cidade pontificia consegue, em casos pontuais, apesar de sua excepcionalidade no cenário interestatal, superar jogos de poder e capacidades materiais, destacando a legitimidade moral no diálogo internacional (Bartmann, 2014, p. 70-93, tradução minha). Isso se reflete, em particular, na completa ausência contemporânea da Santa Sé em disputas narrativas pela reivindicação de direitos a bens materiais ou financeiros, territórios ou mares, recursos energéticos ou água (Lebec, 1999).

Ao fim e ao cabo, o Vaticano está exclusivamente focado na missão principal da Igreja Católica, que se baseia no conceito de “soberania moral”, justificada pela figura do Papa reconhecida como “a mais alta autoridade moral” e pela Igreja, que por si só é considerada uma verdadeira comunidade internacional (D’Onorio, 1997, p. 501, tradução minha).

Obviamente, a Santa Sé é apoiada por uma ampla rede diplomática, com representações praticamente em todo o mundo, não se limitando apenas aos Estados que reconhecem a religião católica como religião oficial ou religião do Estado. Sendo a RPC uma exceção marcante nessa descrição, a abordagem posterior deste estudo de caso já se encontra parcialmente justificada. Essa postura internacional do Vaticano reflete sua doutrina e percepção das relações internacionais, centrando-se em dois traços principais: a promoção da interdependência entre os Estados e o respeito pelas culturas e indivíduos (Lebec, 1999).

1.3 A política externa da Santa Sé e sua centralização personificada no Pontífice

Em um relatório destinado ao Presidente dos EUA da época, George W. Bush, a embaixada dos EUA junto à Santa Sé a qualificou como “uma das poucas entidades soberanas a ter presença e alcance em praticamente todos os países do mundo”, sugerindo que a Igreja Católica Apostólica Romana seria capaz de manter interesses quase em todos os lugares, mantendo presença institucional e recursos em uma variedade de contextos políticos (Byrnes, 2017, p. 7, tradução minha). Niebuhr e Rieck (2015, p. 47) afirmaram em suas pesquisas que o Vaticano “queira ou não, não pode ficar à margem dos conflitos no mundo”. Muitos autores

concordam que o pontificado de Francisco marca uma revolução na política externa da Santa Sé (Niebuhr; Rieck, 2015; Chelini-Pont, 2020; Chelini-Pont; Dubertrand; Zuber, 2019; Troy, 2018; Noé, 2015; Oshchypok, 2020). O atual Papa se coloca frequentemente em oposição à abordagem clássica do *problem solving* da política internacional e adota uma postura progressista (Troy, 2018, p. 11, tradução minha) que permite a emergência de questões contemporâneas que historicamente não estavam na agenda da Santa Sé.

Embora o Papa e a Igreja Católica sempre tenham sido e sempre serão atores importantes na cena internacional, a atual posição apostólica se distingue por sua natureza programática (Albert, 2017, p. 24, tradução minha) e pela ênfase deliberada em certas questões contemporâneas. Atualmente, a Santa Sé é uma das pouquíssimas instituições confessionais com *status* e reconhecimento no Direito Internacional, que lhe confere acesso às relações diplomáticas da mesma forma que os Estados comumente caracterizados como “padrão” (Nouailhat, 2006, p. 95, tradução minha). Portanto, sua ação não se baseia de forma alguma em seu poder econômico e político, mas sim na autoridade moral e espiritual do Papa e de seus representantes (Lajolo, 2005, p. 22, tradução minha). Dessa forma, os diplomatas do Vaticano ocupam uma posição híbrida que combina o papel eclesiástico e diplomático, diferenciando-os dos atores clássicos da cena diplomática. Suas perspectivas vão além do âmbito da posse imediata do Estado do Vaticano (Troy, 2018, p. 522, tradução minha) e proporciona à Santa Sé uma posição diferenciada no concerto das nações.

1.3.1 Os objetivos idealizados pelo híbrido político-religioso

Giovanni Lajolo (2005, p. 23-28, tradução minha) situa a política externa da Santa Sé em torno de cinco objetivos: i) a centralidade da pessoa humana; ii) a promoção e defesa da paz; iii) o apoio e ajuda às instituições que promovem a democracia; iv) a neutralidade; e, por fim, v) o respeito ao Direito Internacional.

O pontificado de Francisco está alinhado com esses objetivos, mas com uma distinção significativa em relação a seus predecessores, pois ele conceitualiza as aspirações religiosas, sociais e políticas da Igreja Católica em uma perspectiva global, abandonando a perspectiva centrada em um mundo de Estados. O Papa busca destacar a missão universal da Santa Sé, ultrapassando a soberania westfaliana predominante no sistema internacional (Oshchypok, 2020, p. 279, tradução minha), o que leva a Igreja a centrar sua ação em três áreas principais: Direitos Humanos, paz e globalização.

No entanto, não seria correto dizer que os cinco objetivos descritos por Lajolo estão obsoletos. A centralidade da pessoa humana se encaixa na área dos Direitos Humanos e a paz continua sendo um objetivo central. Como será esmiuçado a frente, os outros três objetivos são hoje considerados mais como métodos de abordagem. Sobretudo, a era atual, dominada pela emergência da globalização, não foi considerada na perspectiva de Lajolo, mas é central na política externa contemporânea da Santa Sé, razão pela qual o terceiro objetivo se concentra na luta contra os fatores negativos gerados pela globalização.

É fundamental ter em mente que os três objetivos perseguidos pela Santa Sé são interdependentes e representam a missão universal de paz e justiça da Igreja Católica Apostólica Romana segundo seus próprios preceitos. Este trabalho não intenciona realizar uma análise crítica da validade e/ou da procedência prática desses itens, mas considerar como dado aquilo que é fornecido oficialmente pelo aparato estatal vaticano.

A pessoa humana é central em todas as considerações da Igreja Católica Romana. A promoção e a incorporação de valores universais centrados na condição humana, nos direitos, no respeito às liberdades e à dignidade são os principais pilares da missão universal da Santa Sé. No Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2004, online, n.p.), os Direitos Humanos são considerados “um dos esforços mais importantes para atender eficazmente às exigências inalienáveis da dignidade humana”.

Em 1979, em um famoso discurso na sede da ONU, o Papa João Paulo II¹⁹ qualificou a Declaração Universal dos Direitos Humanos como uma “pedra fundamental colocada no longo e árduo caminho da humanidade” (João Paulo II, 1979). A postura adotada pela Igreja em relação aos Direitos Humanos é universal, no sentido de que eles não devem ser reservados ao Ocidente, mas aplicados a todas as pessoas, algo que novamente dialoga com as aproximações sino-vaticanas contemporânea, as quais protagonizam as análises posteriores deste trabalho. É nesse espírito que o Vaticano promove seu objetivo político fundamental de um sistema internacional baseado no Direito, razão pela qual a Santa Sé busca o ideal de governança global por meio de suas representações na ONU, na União Europeia (UE), entre outras (Chong; Troy, 2011, p. 339, tradução minha). A ONU é particularmente valorizada pela Igreja Católica, que vê uma correlação entre a missão internacional de promoção da paz e justiça da ONU e a missão apostólica universal da Santa Sé (Chong; Troy, 2011).

¹⁹ Polonês, nascido Karol Józef Wojtyła, foi entronizado no dia 22 de outubro de 1978 e exerceu o papado até 2 de abril de 2005, data de seu falecimento.

Nos tempos atuais, a luta da Santa Sé pelos Direitos Humanos, liderada por Francisco, concentra-se principalmente na defesa da situação dos migrantes e refugiados. O Papa proferiu discursos, realizou viagens diplomáticas e fez denúncias públicas para condenar a gestão da situação dos migrantes em todo o mundo. Algumas de suas ações mais amplamente divulgadas incluem sua visita a Lampedusa²⁰ em 2013, seu discurso no Congresso estadunidense em 2015, suas múltiplas críticas à gestão da crise migratória na Europa em 2015 e suas viagens a Lesbos²¹ e Ciudad Juárez²² em 2016, o que lhe rendeu críticas do então Presidente dos EUA, Donald Trump (Chelini-Pont, 2020, p. 100-101, tradução minha).

A Igreja Católica Romana não considera possível um sistema internacional sem Direito. O ponto anterior descreveu a posição da Santa Sé sobre os Direitos Humanos, mas a visão da Igreja também se estende às nações. Ainda no Compêndio da Doutrina Social da Igreja, pode-se ler que:

[...] o campo dos Direitos Humanos se expande para incluir os direitos dos povos e nações [...] assim, o que é verdadeiro para o homem também é verdadeiro para os povos. [...] O Direito Internacional se baseia no princípio do igual respeito pelos Estados, no direito à autodeterminação de cada povo e em sua livre cooperação visando o bem comum superior da humanidade.²³

A Santa Sé atua na política externa com o objetivo de estabelecer uma ordem internacional equilibrada entre particularidade e universalidade, na qual as nações são chamadas a cumprir o dever de respeito e solidariedade com todas as outras nações, com o objetivo de garantir a paz, ainda que seja importante reiterar novamente que essa paz é definida de acordo com aquilo que a teologia predominante do catolicismo prevê.

Sendo assim, a doutrina social da Igreja é representada pelo Papa Francisco. Sua visão do sistema internacional se concentra em uma visão do bem comum a qual deve ser

²⁰ Segundo nota do Vaticano, Papa Francisco escolheu a ilha de Lampedusa, no extremo sul da Itália, como destino de sua primeira viagem fora de Roma a fim de demonstrar solidariedade com dezenas de milhares de refugiados que a cada ano enfrentam uma perigosa jornada em frágeis barcos até lá.

²¹ Francisco visitou a ilha de grega de Lesbos, em abril de 2016, para se encontrar com requerentes de asilo em um acampamento para imigrantes localizado por lá. O Pontífice ainda realizou uma segunda visita ao local, com o mesmo intuito, em dezembro de 2021.

²² No último dia de viagem ao México, em fevereiro de 2016, Bergoglio esteve em Ciudad Juárez, cidade fronteiriça com os EUA. Na ocasião, o Papa culpou a falta de oportunidades para jovens, que, segundo ele, desemboca na migração desenfreada em busca de melhores condições de vida nas cidades estadunidenses.

²³ Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_c ompendio-dott-soc_po.html

implementada de forma que “a circunscrição não é maior do que suas partes, onde cada ponto está equidistante do centro e não há diferenças entre eles” (Troy, 2018, p. 10, tradução minha). É esse lema que leva Francisco a concentrar seus esforços em três áreas específicas: condenação da guerra, apelo ao desarmamento e diálogo inter-religioso. Esses três elementos são centrais na diplomacia contemporânea da Santa Sé para a paz (Interreligious, 2024).

O Papa, recentemente, alertou de maneira clara sobre o perigo do que chamou de uma “Terceira Guerra Mundial fragmentada”, com a multiplicação de focos de conflito em todo o mundo estimulados por uma corrida armamentista e proliferação nuclear (Chelini-Pont, 2020, p. 102, tradução minha).

A promoção do diálogo inter-religioso reflete a visão da paz segundo Francisco e é a solução preferida da Igreja (Interreligious, 2024). A Santa Sé acredita que não é concebível alcançar a paz universal e a convivência pacífica sem tolerância e liberdade religiosa (Rambaud, 2015, p. 76, tradução minha).

O último grande objetivo na política externa da Santa Sé reside na luta contra os fatores negativos do sistema internacional globalizado. Em suas exortações, o Papa Francisco rejeita profundamente os valores predominantes do atual sistema ultraliberal centrado no lucro financeiro e no interesse político-econômico em detrimento do ser humano (Rambaud, 2015, p. 81-82, tradução minha). Essa dimensão diplomática, que era muito marginal nas ideias da Igreja até o pontificado de Francisco, impôs-se com a ênfase em questões como a crise climática, o desenvolvimento sustentável, a economia de mercado e a segurança alimentar. A emergência dessas questões destaca uma das características do pontificado do Papa Francisco: o fim do predomínio unânime de questões religiosas em detrimento da promoção de questões sociais e globais (Oschchypok, 2020, p. 280).

Em uma de suas mensagens recorrentes para a juventude, Francisco condena o consumismo, que ele acusa de levar à perda da liberdade. Ele também denuncia o perigo ecológico causado pela economia de mercado, que, ao promover o lucro a curtíssimo prazo e o consumo excessivo, leva à destruição do meio ambiente (Niebuhr; Rieck, 2015, p. 56, tradução minha). Em uma de suas famosas encíclicas, intitulada *Laudato si*²⁴, Francisco denuncia a degradação ambiental, condenando abertamente os devaneios ultraliberais e de imediatismo do

²⁴ “Louvado sejas”, em tradução literal do latim. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

sistema econômico global (Francisco, 2015). Essa posição foi fortemente criticada na época pela esfera política de direita, que considerou a encíclica politizada à esquerda.

Em junho de 2014, Papa Francisco afirmou condenar o que chamou de:

[...] mundo dominado pelo deus dinheiro e um sistema onde as pessoas sempre querem mais, onde se alimenta uma cultura de rejeição, [...] onde a prioridade é dada à luta pela limpeza da economia. Estamos indo em direção a uma globalização mal compreendida, que apaga as diferenças. (Revelez, 2015, p. 144, tradução minha)

Isso demonstra o desafio de combater os fatores indesejados da globalização, que atrapalham o trabalho diplomático da Igreja nos domínios da paz e da justiça, impedindo a realização desses objetivos.

1.3.2 Os métodos adotados para perseguir ideais traçados

A política externa da Santa Sé é híbrida e baseia-se nas múltiplas funções desempenhadas pelo Papa Francisco, que, aos olhos do Direito Internacional, é simultaneamente chefe de Estado — do Estado da Cidade do Vaticano —, chefe de governo — *Governatorato* do Estado da Cidade do Vaticano —, chefe de governo administrativo — a Cúria Romana —, sujeito soberano do Direito Internacional e líder da Igreja Católica Apostólica Romana (Niebuhr; Rieck, 2015, p. 38, tradução minha). Essa multiplicidade de papéis incorporados pelo Sumo Pontífice e seus subordinados transforma a diplomacia da Santa Sé em um modelo baseado em uma interconexão político-religiosa de métodos e órgãos que criam um organismo político híbrido, dinâmico, criativo e social (McLarren; Stahl, 2020). Troy (2018) analisa essa interconexão em quatro dimensões: modos de ação política ou religiosa e concepções substantivas ou relacionais da política internacional. É na “interseção dessas quatro dimensões que a diplomacia pontifícia se situa, com diplomatas que não são simples representantes comuns do Papa comunicando os interesses da Santa Sé, nem membros do clero que focam sua diplomacia exclusivamente na fé” (Troy, 2018, p. 524-525, tradução minha).

A Santa Sé possui uma estratégia de influência e um programa de política externa que se baseia em instrumentos de poder mais abstratos do que a média estatal (Rambaud, 2015, p. 73, tradução minha), consciente de seus meios, capacidades e interesses. Sua estratégia se baseia, em grande parte, em uma política robusta de comunicação (Rambaud, 2015, p. 82, tradução minha), visando transmitir sua mensagem, valores e interesses a todas as esferas da

sociedade, bem como na essência do conceito de *soft power* concebido por Nye (2005). Faz-se desnecessário descrever que o Vaticano obviamente não se apoia em seus recursos materiais, sejam econômicos ou militares.

Para fins de caracterização, é cabível dividir os métodos da política externa da Santa Sé em cinco componentes. Lembrando sempre que estes não são exclusivos e estão em constante interdependência, aproveitando a extensa rede diplomática do Pontífice. Os supracitados cinco instrumentos básicos são o *soft power*, a diplomacia de nicho, a globalização da Igreja, a ação local da Santa Sé e sua participação em organizações internacionais. Dado que os dois primeiros elementos compreendem características que mais se entrelaçam entre si, opta-se, então, por destacá-los dos demais, os quais passam a ser tratados em separado nas seções subsequentes.

Quando se fala de poder, geralmente se considera que um país é poderoso se tiver uma população e território amplos, recursos vastos e economia robusta, um sistema político estável e uma força militar significativa (Nye, 2012, p. 8). No caso do Vaticano, como descrito anteriormente, a ausência dessas características faz com que o *hard power* (Nye, 2005; 2012), no sentido da capacidade de influenciar o comportamento de outros atores por meio de coerção bélica ou econômica, seja nulo. Não obstante, a Santa Sé continua sendo um ator importante na cena internacional por meio do *soft power*. Como frequentemente citado, Nye define o *soft power* como uma estratégia pela qual um ator consegue “obter os resultados desejados dos outros cooptando-os em vez de os coagir” (Nye, 2005, p. 5, tradução minha; Nye, 2012, p. 21). Essa é uma estratégia adotada de forma recorrente por pequenos Estados que baseiam suas políticas externas em ativos intelectuais e propaganda para compensar a “fraqueza” simbólica daquele território (Chong, 2010, p. 385, tradução minha). O *soft power* depende de seus recursos, ou seja, das ações empreendidas pelo Estado para contribuir para essa estratégia e, geralmente, está associado a fatores intangíveis nas relações internacionais, como instituições, ideias, valores, cultura ou legitimidade (Nye, 2012).

Para a Santa Sé, seu *soft power* é baseado em uma ampla variedade de métodos que, juntos, criam a atratividade para sua autoridade moral. A extensão de sua influência afeta toda a comunidade católica internacional, estimada em mais de 1,34 bilhão de indivíduos em 2021²⁵, se tratando da última pesquisa oficial publicada pelo Vaticano, e prevista para atingir 1,64 bilhão de indivíduos até 2050, em consonância com a queda de fiéis na Europa,

²⁵ Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2023-10/estatisticas-da-igreja-catolica-em-2023.html>

contrabalanceada pelo aumento de seguidores em países significativamente mais populosos pertencentes ao Sul Global.

Os católicos de todo o mundo são afetados pelo Vaticano por meio de sua estratégia de comunicação agressiva, caracterizada pelo uso intensivo de mídia, às vezes qualificada como desproporcional (Chong, 2010). Por outro lado, pode-se dizer que a estratégia de comunicação da Santa Sé é adequada às estratégias necessárias na era globalizada atual, uma vez que o controle da informação se tornou crucial em uma sociedade onde o custo de acesso ao conhecimento é cada vez menor. Adaptando-se a essa nova conjuntura, o Vaticano dispõe de uma ampla gama de meios, levando Rambaud a qualificar o Microestado como “uma potência midiática” (Rambaud, 2015, p. 91-92, tradução minha).

O Vaticano está hoje amplamente presente nas redes sociais, mídia escrita e audiovisual. A Santa Sé e o Papa adotaram rapidamente uma estratégia de proximidade e acessibilidade, que também se reflete no ambiente digital. De acordo com o portal *Twiplomacy*²⁶, o Papa é o segundo chefe de Estado mais seguido na rede social *X* (antigo *Twitter*) em 2022, atrás apenas do indiano Narendra Modi, com mais de 50 milhões de seguidores nas nove contas oficiais em diferentes idiomas. As diferentes páginas pertencentes ao domínio *vaticano.va*, o site oficial do Vaticano, atraem cerca de 10,2 milhões de visitantes a cada mês (Noé, 2015). Além disso, o Vaticano tem seus próprios canais tradicionais de disseminação de informações que permitem que ele não dependa da benevolência da mídia audiovisual externa. *L'Osservatore Romano*, jornal histórico da Santa Sé, fundado ainda no século XIX, que aborda temas políticos e religiosos, é a principal ferramenta do Vaticano na mídia escrita, sendo publicado também em sete idiomas ao redor do mundo, para além do italiano, de maneira a espelhar o conteúdo original. Além da difusão da comunicação pelo Vaticano, a Santa Sé tem a oportunidade de se beneficiar das múltiplas iniciativas dos católicos de todo o mundo para promover a mensagem do Papa por meio de rádios, canais de televisão, blogs ou páginas nas redes sociais que não rendem gastos à Santa Sé, mas fazem parte dessa máquina de influência midiática tão importante quanto os próprios órgãos oficiais (Noé, 2015, p. 216, tradução minha).

A estratégia de comunicação do Vaticano também se desenvolve por meio de dois elementos de poder um tanto negligenciados: o turismo e seus museus. Jean-Baptiste Noé chegou a qualificar esses dois fatores interdependentes como “pilares do poder do Vaticano” (2015, p. 208-210). O Vaticano atrai em média 20 milhões de visitantes por ano, que, por meio

²⁶ Disponível em: <https://www.twiplomacy.com/top-50-world-leader-power-ranking>

dos edifícios históricos, praças e museus da Cidade, estão expostos à mensagem universal da Igreja. A transmissão dos elementos culturais das obras religiosas e o alcance coletivo das atrações do Vaticano em Roma dão ao Microestado uma reputação internacional que contribui para o fortalecimento de seu poder de influência.

O outro aspecto essencial da estratégia de comunicação da Santa Sé é elemento central de toda a política externa do *soft power* apostólico reside na figura do Papa. A personalidade do Papa é fundamental na disseminação da mensagem da Igreja. O carisma do Sumo Pontífice é constantemente empregado na estratégia diplomática da Santa Sé, o reconhecimento do Papa como sendo “a mais alta força moral” (D’Onorio, 1997, p. 501, tradução minha) faz dele a encarnação dos valores universais da Igreja e sua fama mundial faz com que suas palavras e ações recebam atenção da mídia e do público em uma escala sem igual, tornando-o, potencialmente, o maior líder moral do mundo (Byrnes, 2017, p. 14, tradução minha). Seu papel, portanto, é o de introduzir a Santa Sé nos debates sobre questões globais por meio dos valores morais pregados pela Igreja (Byrnes, 2017, p. 14, tradução minha), uma tarefa que ele realiza com base em várias ferramentas de política externa que serão destrinchadas nos próximos pontos.

Nye descreve, em seu livro *O Futuro do Poder*, que uma das fontes básicas do *soft power* é a implementação de políticas que fazem com que outros atores o percebam como legítimo e possuindo autoridade moral (2011, p. 84). As políticas implementadas pelo Vaticano na cena internacional são diversas, mas aquelas que legitimam o *status* da Santa Sé e o elevam a um patamar altamente desejado estão relacionadas à diplomacia de nicho.

Gstöhl e Neumann (2004) afirmam em que um Estado limitado em capacidades materiais pode exercer influência na cena internacional adaptando-se a uma estratégia de nicho. Peterson desenvolve o conceito de *branding*, que ele define como uma estratégia pela qual os Estados diminutos agem para ser aceitos no cenário internacional. O *state branding* permite que os atores do sistema tenham uma ideia clara do papel desempenhado por um determinado Microestado e permite que os Estados menores desfrutem de um *status* reconhecido por meio de uma especialização em suas políticas externas (Peterson, 2006, p. 743-745, tradução minha). O *branding* traçado pela Santa Sé é muito claro em relação à autoridade moral e à figura da neutralidade que lhe é reconhecida, pois se baseia principalmente no papel atribuído de negociador confiável, buscando cumprir sua missão de pacificador.

O *peacemaking* da Santa Sé geralmente se desdobra em três etapas (Matlary, 2001, p. 12, tradução minha). A primeira é a diplomacia de vaivém, onde a Santa Sé se envolve em um

conflito viajando para encontrar os entes beligerantes, a fim de atuar como intermediário neutro entre as duas partes. Através dessa primeira manobra, o objetivo do Vaticano é criar, por meio de repetidas visitas às partes envolvidas no conflito, um espaço para o diálogo, apesar dos antagonismos políticos, militares ou religiosos. A Santa Sé procura regularmente reunir os entes em choque, mobilizando sua percepção moral do mundo e seus valores (Niebuhr; Rieck, 2015, p. 46, tradução minha). Uma vez criado esse espaço, a segunda etapa é a mediação. Nesse estágio, o objetivo do Vaticano é derrubar as barreiras. Nessa fase, a Cidade-Estado também desempenha o papel de árbitro neutro e tenta levar as partes envolvidas no conflito a abandonar suas percepções políticas ou economicamente centradas, a fim de abordar um ponto de vista social — ou religioso (Albert, 2017, p. 23-24, tradução minha). Por fim, a Santa Sé desempenha o papel de facilitador na busca de um acordo para suspender ou encerrar determinado conflito. Conforme afirma Thierry de Montbrial (2014, n.p., tradução minha), “[...] o Papa não precisa denunciar publicamente um ou outro dos autores dos conflitos, mas simplesmente levá-los a adotar uma nova atitude” para exercer influência através do *peacemaking*.

Esse papel privilegiado é um testemunho do poder diplomático da Santa Sé. Como Byrnes afirmou em seu artigo, o fato de que, apesar da situação atual de um sistema de Estados westfaliano e cada vez mais secularizado, o Vaticano e o Papa continuem sendo atores importantes é uma evidência da profundidade e estabilidade do campo político-diplomático pontifício. A Igreja consegue, por vezes, até mesmo irromper com preceitos tidos como clássicos nas caracterizações de um Estado nas Relações Internacionais, devido à sua falta de constrangimentos nacionais e às características temporais de um Estado, o que lhe confere uma neutralidade, universalismo e influência praticamente incomparáveis em todos os níveis da política internacional (Byrnes, 2017, p. 6, tradução minha; Oshchypok, 2020, p. 279, tradução minha).

Shahindokht Molaverdi, vice-Presidente iraniana de 2013 a 2017, declarou durante as negociações do Acordo Nuclear de Viena que o Papa “tinha a habilidade de reunir as nações e, por meio dessa capacidade, talvez pudesse influenciar os governos” (Gaetan, 2015, p. 51, tradução minha). Isso ilustra perfeitamente o lugar, a influência e o alcance de ação que o Papa e a Santa Sé possuem, apesar da completa ausência de *hard power*. Em suma, através da escolha estratégica de se autoproclamar como um Estado pacificador e, como descrito por Panke (2012), mobilizando argumentos morais, fazendo referência ao Direito Internacional, assumindo o papel de negociador confiável e sendo proativo na cena internacional, o Vaticano se tornou indispensável. Os outros três componentes mencionados inicialmente — globalização, ação

local e presença em organizações internacionais — serão mais detalhados nas seções subsequentes, a fim de destacar a relevância acentuada de tais itens.

1.4 A globalização da Igreja Católica Apostólica Romana contemporânea

1.4.1 As reformas na burocracia estatal em harmonia com o novo papado

O pontificado do Papa Francisco é pioneiramente globalizado, pois marca o arrefecimento de três amarras que sempre frearam a atuação da Santa Sé ao redor do mundo: eurocentrismo, dogmatismo e *vaticanocentrismo* (Oshchypok, 2020, p. 280, tradução minha). João Paulo II afirmou, em 1989, na ONU que “[...] a Santa Sé deve manter a posição de universalidade exigida por sua verdadeira natureza” (Nouailhat, 2006, p. 97, tradução minha). Após o mandato dogmático de Bento XVI, que foi marcado pelo foco em questões europeias e pela primazia dos valores antisseculares da Igreja, a Santa Sé governada por Francisco se destaca devido a uma verdadeira ruptura com as práticas anteriores, adotando uma política externa muito mais aberta ao mundo e às suas questões contemporâneas.

Historicamente, o Vaticano estava intimamente ligado aos vizinhos europeus devido às características geográficas e religiosas. No entanto, hoje, a Europa, que o Papa chegou a descrever como “velha e cansada” em um discurso ao Parlamento Europeu, não está mais no foco do Sumo Pontífice. Desde 2013, ano em que foi entronizado, até outubro de 2023, o atual Papa viajou para fora das fronteiras italianas em 58 ocasiões e visitou apenas 15 países da UE, além de sua visita ao Parlamento Europeu em 2014. Isso representa cerca de 25% de suas viagens apostólicas, que são um dos principais meios do Papa para agir na política externa e colocar questões na agenda. Em seu discurso aos parlamentares europeus em Strasbourg, no ano de 2014, o Papa descreveu o fim do sistema “eurocentrado” e a ascensão de um “mundo cada vez mais interconectado e globalizado”, no qual ele considerava a organização como “menos protagonista em um contexto em que é vista com distância, desconfiança e suspeita” (Borghesi, 2018, p. 14). Além disso, o Papa Francisco é ferrenho crítico da atual política da UE. Ele vê a missão europeia como afastada das convicções de seus preceitos fundacionais e de suas mensagens de paz mútua e comunhão entre seus membros. Na perspectiva do Papa, a Europa tem um projeto político centrado no cidadão e no aspecto econômico, em vez de ser na pessoa humana e em sua dignidade (Francisco, 2014b), e Francisco não poupou críticas à gestão da

UE e de seus Estados em relação aos migrantes, idosos e doentes, qualificando a UE e seus Estados como “excessivamente individualistas e egoístas”.

Por conseguinte, o Papa Francisco se tornou o “Papa do Terceiro Mundo” ou o “Papa do fim do mundo” (Giovagnoli, 2019a, p. 456, tradução minha), focando suas políticas internacionais no desenvolvimento das nações mais pobres e vítimas da globalização e nos principais atores do que considera o mundo de amanhã, onde se encaixa as sucessivas tentativas de aproximação com a China. Em outras palavras, o fim do eurocentrismo do Vaticano se traduz tanto por meio de um pan-americanismo voltado para o sul das Américas, uma abertura para a África e uma nova perspectiva no Oriente Médio, quanto por meio de uma nova dinâmica de relações estreitas com a China e, até mesmo, com a Rússia em momentos antecedentes ao início do conflito russo-ucraniano, uma vez que o Papa se colocou como apoiador da causa ucraniana (Cardinal, 2023) e viu esse cenário se alterar apenas em março de 2024, quando associou a manutenção da guerra a alguma intransigência diplomática do governo de Zelensky.

Substancialmente, o fim do eurocentrismo no papado é algo que pode ser encarado como lógico, dadas as circunstâncias atuais das relações internacionais e do sistema como um todo. Apesar do antigo Secretário de Relações com os Estados do Vaticano, Giovanni Lajolo (2005, p. 28, tradução minha), ter escrito que “a ação diplomática não é motivada por interesses”, a Santa Sé continua sendo um ator racional com interesses próprios (Byrnes, 2017, p. 9, tradução minha).

Destacam-se duas variáveis que explicam o fim do eurocentrismo. A primeira é a secularização da Europa, concorrente ao aumento do catolicismo no restante do mundo. Hoje, a população católica tem um crescimento marginal na Europa, com um aumento de 6%. Em perspectiva comparada, na África esse valor ultrapassa os 200%, na Ásia ultrapassa os 100% e nas Américas está acima de 50%, ou seja, o crescimento é consideravelmente mais significativo. Em 1980, mais de um terço da população católica estava concentrada na Europa e em 2012 esse quantitativo já era menos de um quarto, parcela essa que vem diminuindo ainda mais com o passar dos anos (Aumentam, 2024). Portanto, a abertura da Igreja ao Terceiro Mundo é imperativa, especialmente em um momento da história em que a UE apresenta um quadro de estabilidade preocupante em muitos níveis.

A supracitada abertura para essas regiões se concretizou de várias maneiras, com políticas adequadas a cada contexto. No sul das Américas, o Papa desenvolveu uma estratégia multilateral para promover a unidade do continente. A intensa atividade diplomática do Vaticano na região foi descrita como uma “quebra de muros” (Chelini-Pont, 2020, p. 104,

tradução minha) com o objetivo de reunir os Estados sul-americanos, apesar dos antagonismos e conflitos anteriores e/ou internos, como foi o caso na Venezuela, no México, na Bolívia ou na Colômbia. A diplomacia do Vaticano na região dependia e ainda depende muito do apoio e da política estadunidense, mas sofreu um duro revés durante o mandato de Donald Trump. A discordância entre os dois está relacionada com os objetivos da política externa da Santa Sé mencionados anteriormente, que desagradavam profundamente ao Presidente estadunidense e, por sua vez, concentrava suas críticas nas questões da migração e dos direitos dos povos sul-americanos, ameaçados pelas políticas trumpistas (Levine, 2016, p. 2-4, tradução minha). O cenário acabou mudando radicalmente com a eleição de Joe Biden, dado que este se trata apenas do segundo Presidente da história dos EUA a se colocar abertamente como católico apostólico romano e está em constante contato com a liderança máxima de sua religião no mundo, ainda que, em geral, de maneira meramente consultiva e respeitosa.

Na África e no Oriente Médio, o combate contemporâneo da Santa Sé gira principalmente em torno da defesa da democracia e da tolerância religiosa. A África é um tema complicado para o Vaticano, tanto pelo passado colonial quanto pela concorrência das Igrejas evangélicas neopentecostais e seu proselitismo, mas a região continua sendo essencial devido à explosão da população católica no continente. No que diz respeito ao Oriente Médio, o objetivo da Santa Sé está centrado na defesa das populações cristãs minoritárias perseguidas e vítimas de regimes autoritários e/ou organizações terroristas (Ferrari, 2004, p. 79-81, tradução minha), bem como na defesa dos locais sagrados (Ferrari, 1984, p. 261, tradução minha). Como demonstrado em sua recente viagem ao Iraque, a ser mais bem detalhada posteriormente, o Papa tem privilegiado o diálogo inter-religioso nesse sentido.

A segunda variável impactante, e central para a abordagem deste trabalho, é a ascensão da China e da Rússia como atores globais de imponência, chegando a fazer frente à hegemonia estadunidense. A China é uma prioridade absoluta para a Santa Sé liderada por Francisco. O gigante asiático e seus bilhões de habitantes são vistos pela Igreja como os mais capazes de influenciar o panorama religioso global nas décadas futuras (Oshchypok, 2020, p. 281, tradução minha) e como uma esperança para o crescimento da comunidade católica no mundo (Noé, 2015, p. 92, tradução minha). Embora as relações permaneçam relativamente tímidas, no âmbito oficial, e tenham sido um pouco limitadas pelo apoio do Vaticano a questões de Hong Kong e Taiwan (Malovic, 2006; Luxian, 2017), ambas as partes veem a melhora das relações como uma condição *sine qua non*. A Santa Sé tem uma intenção religiosa de consolidar a paz entre os povos por meio de uma mensagem de tolerância e liberdade religiosa, promovendo a

coexistência e praticando a “política da mão estendida” em relação à futura potência hegemônica do sistema (Chelini-Pont, 2020, p. 105, tradução minha). Por sua vez, a China vê com bons olhos a aproximação com a Santa Sé, pois isso permitiria a Xi Jinping e seu partido expandirem sua autoridade sobre os católicos e melhorarem suas relações com a Europa (Oshchypok, 2020).

Desde o início de seu papado, Francisco demonstrou que o Vaticano estava tomando um novo rumo ao quebrar protocolos em série e renunciar a tradicionalismos considerados pelo argentino como meros adornos (Montbrial, 2014, p. 333, tradução minha). Ao suceder a Bento XVI, o fim do dogmatismo correspondeu a uma (re)modernização da Igreja, com Francisco seguindo mais próximo da linha de João Paulo II do que a de seu antecessor, unicamente no que tange o aspecto do carisma. Bento XVI era, de fato, um Papa dogmático, focado principalmente em questões eclesiais e no desafio do secularismo nas sociedades europeias (Joubert, 2017, p. 56, tradução minha). O alemão era percebido como muito rígido em sua interpretação das crenças cristãs quando se tratava de questões sociopolíticas emergentes da época, como os direitos das minorias sexuais, o casamento, o multiculturalismo ou o islã (Crespo; Gregory, 2020, p. 116, tradução minha), sem realmente demonstrar interesse pelas questões causadas pelas consequências da globalização, que já eram evidentes durante seu pontificado.

Afirma-se aqui, então, que a política externa da Santa Sé liderada por Francisco não é mais centrada unicamente na Igreja, o que é um tanto provocador. Evidentemente, todas as políticas do Vaticano têm uma conotação religiosa e são realizadas com o propósito de cumprir a missão da Igreja, mas o conceito de fim do dogmatismo busca demonstrar que a Santa Sé não está mais exclusivamente focada na doutrina teológica católica e em suas missões de evangelização das sociedades, mas sim em uma postura mais aberta, que contrasta com a reputação de rigidez da Igreja Católica.

Francisco tem demonstrado ser capaz de incorporar aspectos teológicos da religião católica em seu tratamento de questões sociais, políticas ou econômicas. Isso é o que Crespo e Gregory (2020) chamaram de “doutrina da misericórdia”, um conceito que define a política externa da Santa Sé, baseada na reconstrução da Igreja em consonância com o mundo atual e seus desafios, mas encarnada pelos conceitos religiosos de perdão, caridade e amor. Chelini-Pont (2020), que também utiliza o termo “diplomacia da misericórdia”, descreve isso como a ação diplomática do Papa que propõe “a abordagem abrangente de prioridades globais por meio de ações coordenadas e éticas”.

Em última análise, isso permitiu que o Vaticano se tornasse um importante *player* em debates que não faziam parte de seu foco no passado, como as mudanças climáticas ou a reconsideração da viabilidade do modelo econômico das sociedades atuais, o que era uma preocupação marginal antes da chegada de Francisco, já que essas questões não eram realmente consideradas pela Igreja Católica mais hermética de Bento XVI e não estavam na prioridade da agenda da comunidade internacional sob João Paulo II.

O pontificado de Bento XVI foi historicamente fraco em termos de viagens apostólicas. De 2005 a 2012, o Papa viajou 25 vezes para fora das fronteiras italianas. Esse número representa uma redução de 73,5% em comparação com seu antecessor, João Paulo II, que viajou 106 vezes para o exterior. Ainda mais significativo, as viagens de Bento XVI se concentraram em apenas 20 países, dos quais 64% estavam na Europa, 16% nas Américas, 8% no Oriente Médio, 8% na África e 4% na Oceania. Bento XVI privilegiava visitas papais na Itália, realizando 29 visitas oficiais durante seu pontificado. Em média, o Papa alemão fazia 3,1 visitas papais ao exterior por ano, em comparação com 3,6 na Itália.²⁷

A partir desses dados, é razoável dizer que o pontificado de Bento XVI levou a uma imagem internacional de um Vaticano pouco flexível, de difícil acesso e pouco disponível. Essa percepção da Santa Sé por outros atores do sistema foi rapidamente desafiada por Francisco. O Papa argentino procurou tornar o Vaticano mais acessível, quebrando a imagem do Vaticano como um centro incondicional das políticas da Santa Sé (Oshchypok, 2020, p. 280, tradução minha). Essa dinâmica é motivada pela compreensão de Francisco do sistema internacional, onde o Papa tem a convicção de que “grandes mudanças históricas ocorrem quando a realidade é percebida a partir da periferia” (Spadaro apud Troy, 2018, p. 12, tradução minha). Isso desafia diretamente o eurocentrismo, o dogmatismo e o *vaticanocentrismo*, como descrito anteriormente.

A diferença marcante com o antecessor, Bento XVI, se reflete na disposição de agir diplomaticamente e na grande importância dada às viagens apostólicas ao exterior para este fim. Seguindo o exemplo do Papa peregrino João Paulo II, Francisco viajou com frequência. De 2013 a outubro de 2023, o Sumo Pontífice viajou 72 vezes, incluindo 44 viagens ao exterior, visitando 59 Estados. Francisco viajou mais para o exterior, menos na Itália e visitou mais Estados em comparação com Bento XVI. Além disso, o Papa visitou uma diversidade de destinos muito maior do que seu antecessor. Neste período, o Papa argentino viajou em média

²⁷ Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/it/travels.index.html>

4,4 vezes por ano para o exterior e 2,8 vezes na Itália.²⁸ Lembremos que as viagens apostólicas do Papa são uma das ferramentas privilegiadas da Santa Sé em política externa.

Se a diplomacia pontifícia se expandiu drasticamente para uma esfera global e mundial sob o comando de Francisco, uma dimensão local e regional também se desenvolveu para nutrir o sentimento de proximidade e a importância da periferia (Spadaro apud Troy, 2018) aos olhos do Papa. A missão da Igreja afirma “[...] proclamar a verdade do Evangelho, para a salvação de todos os homens, e ao serviço da paz e da justiça, em favor de todos os povos, [...] através das diferentes igrejas particulares e locais espalhadas pelo mundo [...]”²⁹, algo que pode ser enxergado como uma prioridade do pontificado de Francisco.

O argentino afirmou que “a cidade pode se tornar um local de política real, viva e eficaz” (Francisco apud Oshchypok, 2020), o que se alinha com a corrente emergente nos estudos globais das relações internacionais, privilegiando também a paradiplomacia. Essa corrente de pensamento gira em torno da premissa de que a cidade e/ou a região, por estarem mais próximas do cidadão, estão mais aptas a lidar com os fenômenos substanciais do sistema mundial atual. Sassen (2001; 2018) afirma que as cidades seriam áreas fronteiriças diretamente impactadas pelos fenômenos da globalização e, assim, os quadros estatais não forneceriam mais um cenário eficaz de regulação.

Essa tendência geral é bem assimilada pela rede diplomática da Santa Sé. Um dado fundamental é o número de paróquias católicas no mundo. As paróquias e seus Padres são os primeiros intermediários da mensagem da Igreja localmente. Em 2012, havia mais de 414.000 no mundo, com destaque para os quantitativos na África e na Ásia (Aumentam, 2024). Já os Padres totalizavam aproximadamente 221.740 indivíduos no mesmo ano. Como afirmou Jean-Baptiste Noé (2015, p. 79), a rede de paróquias permite ao Vaticano ter o que chamou de “maior serviço de inteligência do mundo”, com presença em todos os continentes e, por vezes, em locais extremamente remotos, fornecendo a esse Microestado um conhecimento aprofundado das realidades locais.

O enraizamento local da Igreja é uma necessidade para a geopolítica do Papa, e isso é evidenciado na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*³⁰, escrita por Francisco logo após sua

²⁸ Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/it/travels.index.html>

²⁹ Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-10/missao-vida-ecclesial-mundo.html>

³⁰ “Alegria do Evangelho” em tradução literal do latim. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html

eleição. O Papa dedicou uma seção inteira à importância da cidade, chamando-a de “local onde a plenitude da humanidade e da história se realiza” e destacando a necessidade da Igreja em conquistar os habitantes urbanos dada uma era de “novas culturas [...] frequentemente em oposição ao Evangelho de Jesus”. A estratégia da Igreja é bem descrita pelo Papa: “imaginar espaços de oração e comunhão com características inovadoras, mais atraentes e significativas para as populações urbanas” e imiscuir-se nesses pontos para “restaurar a dignidade da vida humana nessas cidades” (Francisco, 2013).

Por fim, um último aspecto da agência local da Igreja reside na significativa implementação da ajuda humanitária em territórios marcados por conflitos por meio da Caritas Internacional. Niebuhr e Rieck, que qualificam a ajuda humanitária do Papa como um “elemento importante da política externa da Santa Sé”, argumentam que a assistência e o socorro às vítimas de conflitos e desastres naturais *in loco* permitem à Santa Sé gerar um grande sentimento de reconhecimento e benevolência tanto na comunidade internacional quanto na população local, reforçando o capital político do Vaticano (Niebuhr; Rieck, 2017, p. 53-54, tradução minha) e sua imagem de maior potência e autoridade moral.

1.4.2 A presença em organizações internacionais

Como descrito anteriormente, a representação da Santa Sé no cenário internacional ocorre por meio da figura do Papa e suas delegações diplomáticas (Bertoli, 1961, p. 197, tradução minha). Isso também se aplica às organizações internacionais, as quais se caracterizam como atores importantes em um sistema internacional heterogêneo (Aron, 2018). A organização internacional se torna, na era globalizada hodierna, um instrumento para promover os interesses da sociedade dos Estados.

A arena internacional, devido à proliferação de atores diplomáticos que não são Estados e de uma opinião internacional (Badie, 2005), ofereceria um lugar de destaque aos atores normativos que baseiam suas ações em ideias e valores (Wendt, 1992; Wendt, 1994) e, portanto, a Santa Sé. A organização internacional se torna um fórum e uma plataforma para a ação normativa, no sentido oposto aos interesses individualizados de ganhos e independente de meios econômicos ou militares (Diez, 2013, p. 194, tradução minha), fundamental para a disseminação da mensagem universal da Santa Sé.

Nas organizações internacionais, embora a Santa Sé esteja muito presente, ela permanece um Estado atípico e marginal (Almeida, 2001). Frequentemente, ela se diferencia

dos outros Estados clássicos devido à sua posição de membro observador em todas as organizações internacionais que poderiam ser qualificadas como políticas ou generalistas. Ser membro observador implica para o Vaticano a abstenção de voto, o que se torna uma de suas forças. Como afirma Thomas Diez (2017, p. 35, tradução minha), a posição marginal da Santa Sé permite que ela adote posições totalmente opostas às grandes potências sem necessariamente perder no jogo da *power politics* e sem criar atritos com o Estado A ou B devido à sua posição.

1.5 Conclusões parciais do capítulo

O conjunto das características supracitadas torna incontestável, do ponto de vista jurídico e simbólico, o caráter estatal da Cidade do Vaticano. Se tomarmos a definição e as condições estabelecidas pela Convenção de Montevideu sobre a qualidade de Estado, o Vaticano atende a todos os critérios. A Cidade do Papa possui uma população permanente, está estabelecida em um território determinado, possui um governo e exerce sua capacidade de se relacionar com outros Estados. Do ponto de vista simbólico, a Cidade do Vaticano tem sua própria bandeira, hino nacional e exército, que são marcadores de identidade (Kolstø, 2006, p. 676, tradução minha) e representam sua soberania e seu *status* como Estado (Broglia, 2008, p. 259, tradução minha).

Na perspectiva mais material da efetividade do caráter estatal do Vaticano, obviamente, há um debate. O objetivo declarado da Santa Sé de utilizar a entidade estatal como uma vitrine da independência do Vaticano e como garantia da plena liberdade do Papa como chefe supremo da Igreja destaca o caráter instrumental do Estado.

Maurice Mendelson (1972, p. 612, tradução minha) alega, em sua análise do Vaticano, que dois elementos impedem fundamentalmente o Vaticano de ser considerado um Estado tradicional: i) uma população não permanente, devido à ausência de reprodução e à volatilidade da nacionalidade vaticana, e ii) funções governamentais exercidas em benefício da Igreja Católica.

Francesco Broglia (2008, p. 260, tradução minha), jurista e pesquisador em direito, utiliza também as noções de “Estado-aparelho” ou “Estado-patrimônio” para definir o Vaticano como um suporte material da Santa Sé, citando, em particular, uma carta escrita pelo Papa João Paulo II, em 1982, que enumerava os elementos que diferenciam o Vaticano de qualquer outro tipo de Estado ordinário:

- “A. A Sé Apostólica ou Santa Sé, ao contrário de qualquer outro Estado, não é sujeito à soberania política de uma sociedade;
- B. O Estado do Vaticano é soberano, mas não possui todas as características comuns de uma comunidade política;
- C. O Estado do Vaticano existe como uma forma de garantir a liberdade da Santa Sé e como meio de assegurar sua independência real e visível em sua atividade governamental;
- D. O Estado do Vaticano não é constituído a serviço de uma sociedade própria e não adota as formas de ação social que caracterizam a estrutura e organização de um Estado;
- E. As pessoas que servem à Santa Sé e suas estruturas não são cidadãos do Estado do Vaticano, com exceção de cerca de quinhentas pessoas; no entanto, elas não têm os direitos e obrigações, especialmente do ponto de vista fiscal, que normalmente decorrem da pertença ao Estado;
- F. A Santa Sé não desenvolve uma atividade econômica como normalmente faz um Estado; a produção de bens econômicos e o enriquecimento decorrente de renda permanecem extrínsecos aos seus próprios fins; [...] (João Paulo II apud Barberini, 2003, p. 260)

No entanto, não se pode negar que a Cidade do Vaticano possui um *status* de Estado sob o Direito Internacional, sendo uma entidade jurídica composta por elementos essenciais e desfrutando da qualidade de sujeito do Direito Internacional.

Finalmente, a política externa da Santa Sé nos leva a considerar o papel e a importância do Vaticano no cenário internacional. É evidente que a influência e o prestígio projetados pela organização transnacional que é a Igreja indicam que a diplomacia pontifícia possui um poder significativo, embora difícil de quantificar. O que é certo é que a Santa Sé, apesar da completa ausência de *hard power* e não participação no jogo da *power politics*, consegue ser quase incontornável, em determinados casos, por meio de seu *soft power* e estratégias próprias como um Estado desprovido de qualquer capacidade material, apoiando-se na pretensa soberania moral e imposição de valores dogmáticos.

Voltando ao teórico do *soft power*, Joseph Nye, parece interessante relacionar o comportamento da política externa da Santa Sé às “três faces do comportamento de poder”. O primeiro componente da diplomacia papal é o de “instigar os outros a fazerem o que não fariam de outra forma” (Dahl, 1957, p. 205, tradução minha), utilizando “o carisma ou a persuasão para mudar as preferências existentes” (Nye, 2012, p. 91). Esse componente se realiza por meio do *soft power* da Igreja, baseando-se em seus valores humanos e religiosos que lhe conferem sua imagem de mais alta força moral, bem como na figura carismática do Papa e em seus diversos meios de comunicação.

O segundo componente é o “enquadramento e definição de agendas” (Bachrach; Baratz, 1962, p. 948, tradução minha), que pode ser definido como a capacidade de colocar na agenda um assunto ou problema para que seja percebido como legítimo e, posteriormente, tratado. O Vaticano realiza esse parâmetro “usando carisma ou as instituições para que os atores

considerem a agenda como legítima” (Nye, 2012, p. 91). Esse componente geralmente se baseia nas posições públicas do Papa, em suas viagens apostólicas e em suas encíclicas, mas também na participação do Vaticano em organizações internacionais, especialmente na ONU, que oferece uma arena ideal para definir agendas (Papa, 2022).

Por fim, o último componente é o “moldar as preferências dos outros” (Lukes, 2005, p. 27, tradução minha), ou seja, a capacidade de determinar os desejos e preferências de outros atores com os quais se relaciona. Esse último elemento, comparável ao segundo, também se realiza por meio das instituições e do carisma da Santa Sé e adota as mesmas estratégias usadas para definir agendas.

Todas essas estratégias em relações internacionais são mobilizadas pela Santa Sé e a tornam um ator importante, por vezes capaz de gerar reflexões a outras unidades políticas através de seus posicionamentos, apesar do pensamento de Raymond Aron (2018, p. 16-17) e dos realistas em geral, que consideram isso imutável em relação às capacidades econômicas, militares e políticas. Em suma, a eficácia da diplomacia papal depende de suas ideias e não de suas capacidades, e é perfeitamente resumida pelo pensamento de Goldstein e Keohane (1993, p. 3, tradução minha), que, na introdução de seu livro sobre ideias em política externa, escreveram que

“[...] as ideias influenciam as políticas quando as crenças de princípio ou causais que encarnam fornecem caminhos que melhoram a clareza dos atores em relação aos objetivos ou às relações de fim-meio, quando afetam os resultados de situações estratégicas nas quais não há equilíbrio único, e quando são incorporadas nas instituições políticas.”

2 O INEDITISMO DO SUL GLOBAL NO PAPADO

Este fragmento explora a significativa transformação no papel do Sul Global dentro do papado contemporâneo, com um foco especial nas mudanças trazidas pelo Papa Francisco. A análise inicia-se com a trajetória político-social de Jorge Mario Bergoglio, que oferece uma compreensão fundamental das influências que moldaram sua visão e ações como Papa. Essa contextualização é crucial para entender como suas experiências na Argentina impactaram sua abordagem pastoral e diplomática. A formação jesuíta e a imersão nas realidades sociais e políticas da América Latina forneceram a Bergoglio uma perspectiva única e profunda sobre as desigualdades e desafios enfrentados pelas nações do Sul Global.

Em seguida, o setor do trabalho examina a reorientação estratégica da Santa Sé em relação às nações periféricas ao sistema global, refletindo uma mudança de paradigma na política externa vaticana. Essa seção destaca como a Santa Sé, sob a liderança de Francisco, busca uma maior inclusão e atenção às vozes marginalizadas. A revisão das políticas externas evidencia um esforço consciente para construir pontes e promover o diálogo com regiões e países que historicamente receberam menos atenção da Igreja. Essa nova abordagem diplomática é fundamental para entender a dinâmica atual das relações internacionais do Vaticano e seu impacto no cenário global.

Por último, são apresentados exemplos concretos dessa nova perspectiva, com foco especial na Ásia, ilustrando a prática da “Igreja de portas abertas”. Esses estudos de caso demonstram como o Papa Francisco implementa sua visão de uma Igreja mais acolhedora e engajada com regiões anteriormente menos influentes na esfera católica global. As iniciativas na Ásia exemplificam a aplicação prática dos princípios defendidos por Francisco, mostrando um compromisso renovado com a inclusão, o diálogo inter-religioso e a solidariedade. Essa análise permite uma compreensão abrangente das estratégias papais e suas implicações para o futuro da Igreja no contexto do Sul Global.

2.1 A formação político-social do argentino Jorge Mario Bergoglio, SJ

Como seu sobrenome transparece, Bergoglio, SJ, é filho de imigrantes italianos para a Argentina. Após estudar no ensino médio para se tornar técnico em Química, o jovem trabalhou brevemente na indústria de processamento de alimentos, mas alega ter sentido o chamado para a Igreja. Quando tinha cerca de 21 anos, ainda antes de entrar para o seminário, sofreu um grave

episódio de pneumonia que levou à remoção de parte de seu pulmão direito. Bergoglio, SJ, ingressou no noviciado jesuíta em 1958 e depois se dedicou aos estudos acadêmicos, estudando Humanidades em Santiago, capital chilena, e obtendo o título de Mestre em Filosofia na província de Buenos Aires (Franguelli, 2021a). Após a graduação, o ainda leigo, no sentido religioso do termo, lecionou literatura e psicologia em uma escola secundária enquanto cursava Teologia, antes de ser ordenado Padre, em 1969, fazer seus votos finais na Companhia de Jesus, em 1973, e, posteriormente, atuar como superior da província jesuíta da Argentina, entre 1973 e 1979 (Franguelli, 2021a).

O período de Bergoglio, SJ, como chefe dos jesuítas em seu país coincidiu com o golpe militar de 1976, liderado pelo General Jorge Rafael Videla (Francisco, 2014a). Durante a subsequente chamada Guerra Suja, ocorrida entre 1976 e 1983, uma campanha da ditadura militar do país contra militantes à esquerda do espectro político nacional e outros considerados subversivos, há uma estimativa de até 30 mil pessoas desaparecidas (Smink, 2023) — hoje sabidamente sequestradas, torturadas e geralmente mortas — pelas Forças Armadas e pela polícia. Bergoglio, SJ, afirmaria, anos mais tarde, ter escondido várias pessoas das autoridades, inclusive ajudando algumas delas a fugir do país. No entanto, ainda em 1976, dois Padres jesuítas que atuavam em comunidades carentes periféricas à capital argentina foram considerados desaparecidos e somente seriam encontrados cinco meses depois, dopados e em estado de total ausência de amparo. Anos após a Guerra Suja, o papel de Bergoglio, SJ, no sequestro e libertação dos supracitados Padres passo a ser, e ainda é, alvo de controvérsias (Francisco, 2018a). Alguns críticos culpam o atual Papa por não haver protegido os Padres e até o acusaram de entregá-los ao regime. Outros aceitaram a afirmação de Bergoglio, SJ, de que ele interveio secretamente com o regime para garantir sua eventual libertação. Um processo contra Bergoglio, SJ, acusando-o de cumplicidade no desaparecimento dos Padres, fez parte dos movimentos de apuração acerca dos abusos de poder cometidos ao longo deste triste período político na Argentina. Demoraria anos para que tal processo fosse finalmente arquivado, ainda que os militantes vivos sigam divergindo entre si quanto a suas opiniões diante do caso.

Já na década de 80, Bergoglio, SJ, atuou como professor e reitor de seminário e fez estudos de pós-graduação em Teologia na Alemanha. Em 1992, foi nomeado Bispo Auxiliar de Buenos Aires. Tornou-se Arcebispo de Buenos Aires em 1998 e foi consagrado Cardeal em 2001, grau hierárquico que passou a o credenciar como eleitor e, consequentemente, candidato

nos conclaves³¹ vindouros. Durante a crise econômica na Argentina, que teve agravamento acentuado no final da década de 90 e culminou em 2002 com a rápida desvalorização da moeda do país, Bergoglio, SJ, adquiriu uma reputação pública de humildade (Francisco, 2014a), vivendo em um apartamento simples no centro da cidade em vez da residência arquiépiscopal e se deslocando de transporte público ou a pé, em vez de usar uma limusine com motorista, como seus antecessores. O então Arcebispo se tornou um defensor fervoroso dos pobres e um hábil político, promovendo o engajamento da Igreja em causas sociais durante reuniões com autoridades governamentais.

No entanto, seu conservadorismo teológico, como descrito por biógrafos, o colocou em desacordo com as administrações de centro-esquerda do então Presidente Néstor Kirchner (2003-2007) e de sua esposa e sucessora, Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015). O Cardeal foi um crítico especialmente contundente das pautas identitárias abraçadas por Cristina Kirchner, incluindo a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, no ano de 2010 (Manifestações, 2013). Por sua vez, a Presidente em exercício passou a retratar Bergoglio, SJ, como um “extremista de direita” e um “apoiador da ditadura de Videla” (Manifestações, 2013, online, n.p.).

2.1.1 O permanentemente debatido arcebispo de Buenos Aires

Sobretudo nos primeiros anos da mais recente ditadura argentina, e também nos meses anteriores ao seu início formal, a repressão fez vítimas até mesmo dentro do clero católico, além de atingir pessoas de outras religiões e leigos sem qualquer contato com o mundo religioso. O terrorismo de Estado se intensificou de maneira particularmente aguda contra os religiosos que haviam escolhido prestar seu serviço aos pobres, aos marginalizados sociais e nos bairros mais isolados das periferias, as favelas formadas por casas improvisadas e precárias, que não eram adequadamente certificadas pelo governo central. As áreas em questão eram chamadas de *villas miséria*, em referência ao nome do romance de Bernardo Verbitsky *Villa Miseria también es América*, de 1957. Em segundo plano, outra categoria fortemente afetada foi a dos prelados que adotaram uma postura de denúncia em relação à violação sistemática dos Direitos Humanos no

³¹ O conclave papal é uma reunião do Colégio de Cardeais convocada para eleger o Bispo de Roma, também assumindo o título de Papa. Para os fiéis da Igreja Católica Apostólica Romana, o Papa se trata do sucessor apostólico de São Pedro e o chefe terreno da missão cristã (Camarotti, 2013).

país pelas Forças Armadas e de segurança. Menos de dois meses após o golpe que levou ao poder a Junta Militar liderada pelo general Videla, durante a Assembleia Plenária do Episcopado, que ocorreu entre 10 e 15 de maio de 1976, ficou claro como

[...] a própria Igreja havia entrado na mira das armas que subjugavam o país e que a perseguição não era dirigida apenas contra muitos Sacerdotes, mas até mesmo contra alguns Bispos, com o beneplácito de outros, em um episcopado dividido, do qual o governo aceitava unicamente posições de adesão militante ou de reservado mutismo. (Shriver, 2017, p. 52)

Os Padres Franz Jalics, SJ, e Orlando Yorio, SJ, em 23 de maio de 1976, devido à sua escolha de viver e realizar sua obra pastoral entre os pobres das *villas miseria*, foram sequestrados por uma unidade formada por cerca de cem militares, torturados e mantidos prisioneiros por um período de cinco meses até sua libertação em outubro do mesmo ano (Shriver, 2017). É justamente o tema da libertação ou, melhor, por meio de quem ela aconteceu que conduz o debate surgido nos dias seguintes à eleição do atual pontífice, o à época Arcebispo de Buenos Aires Jorge Mario Bergoglio: qual foi a posição pessoal que ele manteve em relação à ditadura militar que ensanguentou a Argentina de 1976 a 1983?

Jalics, SJ, de origem húngara, na Argentina foi apelidado de Francisco. Foi o próprio jesuíta que, já em março de 2013, em uma nota publicada no site da Ordem dos Jesuítas da Alemanha, explicou que “[...] em 1974, movido pelo desejo interior de viver o Evangelho e conhecer as condições de terrível pobreza, com a permissão do Arcebispo Juan Carlos Aramburu e do então Padre Jorge Bergoglio, vivi com um confrade em uma favela”. Esse confrade era o supracitado Padre Yorio, SJ (Francisco, 2018a).

Junto a um grupo de teólogos e alunos, ele havia se perguntado se não era mais cristão mudar a vida em comunidades grandes, abrigados por colégios ou universidades, para a vida em comunidades menores, com inserção nos bairros, perto das pessoas, vivendo com um perfil mais baixo. (Rourke, 2016, p. 83, tradução minha)

As polêmicas sobre este tema continuaram sem cessar nos anos seguintes a 1976, ainda limitando-se ao contexto latino-americano. Em 1980, em um de seus livros, Jalics, SJ, declarou ter se desfeito dos documentos que provavam a culpa daqueles que o haviam sequestrado, acrescentando que “desde então me sinto realmente livre e posso dizer que perdoei as culpas de meus perseguidores de todo o coração” (Jalics, 2022, p. 4, tradução minha). Tendo sido forçados a fugir da Argentina logo após sua libertação, passaram-se anos antes que Bergoglio e Jalics, SJ, pudessem se encontrar e falar serenamente sobre o assunto, ocorrendo apenas em

2000. Após este encontro, em 2005, ambos se encontraram novamente para celebrar juntos uma missa pública ao final da qual se abraçaram solenemente. Um gesto que pretendia cessar os ataques a Bergoglio e demonstrar a amizade e o respeito que havia entre eles (Shriver, 2017; Sanchez; Figueira, 2016).

Em 2010, foi publicada, pela primeira vez em língua espanhola, uma biografia do então Cardeal Bergoglio, escrita pelos jornalistas Sergio Rubin e Francesca Ambrogetti, na qual, após recontar os acontecimentos relevantes da vida do atual Papa, tocou-se também no tema da ditadura militar e, em particular, do suposto abandono por parte dele dos dois Padres jesuítas nas mãos da Marinha. Sobre isso, mais uma vez, negou-se o desenrolar dos eventos tal como são descritos frequentemente por seus acusadores e uma nova versão dos fatos foi dada (Rubin; Ambrogetti, 2010).

É razoável dizer que o afetuoso abraço de 2005, citado anteriormente, não teve o resultado desejado, pois, no dia da eleição de Papa Francisco ao trono pontifício, desencadearam-se repentinamente a nível mundial numerosas polêmicas relativas ao seu envolvimento nos crimes perpetrados pela ditadura militar (Sanchez; Figueira, 2016). Algo semelhante aconteceu também em abril de 2005, após a nomeação do papa Bento XVI, quando os críticos lhe imputaram conexões com o movimento nazista. Sobre isso, solicitado pela imprensa, ainda em março de 2013, Padre Jalics, SJ, publicou, da Alemanha, um comunicado, já parcialmente referenciado anteriormente, no qual escreveu: “Não posso tomar qualquer posição em relação ao papel de Jorge Mario Bergoglio. Estou reconciliado com aqueles eventos e para mim essa questão está encerrada. Ao Papa Francisco, desejo a rica bênção de Deus para o seu cargo” (Jalics, 2022, p. 5, tradução minha). Orlando Yorio, SJ, faleceu em 2000, já Franz Jalics, SJ, veio a falecer somente em 2021.

2.1.2 A relação com a teologia da libertação e a respectiva vertente argentina

A teologia do povo emergiu na Argentina durante e imediatamente após o Concílio Vaticano II³², que ocorreu de 1962 a 1965 (Gomes, 2021). Os Bispos argentinos, em 1966,

³² O Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano, comumente conhecido como Concílio Vaticano II ou Vaticano II, foi o 21º e mais recente concílio ecumênico da Igreja Católica Apostólica Romana. Os convocados se reuniram na Basílica de São Pedro, no Estado da Cidade do Vaticano, por quatro sessões, cada uma durando entre 8 e 12 semanas, em cada um dos quatro anos de 1962 a 1965. Os documentos resultantes dos debates são até hoje percebidos por teólogos como renovadores e, consequentemente, alvos de resistência da ala mais conservadora (Gomes, 2021).

emitiram uma declaração pastoral para o período pós-conciliar que reconhecia a mudança paradigmática representada pelo Vaticano II e apontava a Igreja argentina em uma nova direção:

Nossa grande tarefa neste momento, para trazer a fase pós-conciliar, deve consistir em três coisas: i) ser impregnado pelo concílio, assimilando-o refletindo e internalizando suas ideias e seu espírito; ii) consolidar e melhorar a forma comunitária da Igreja e suas estruturas colegiadas: assembleia dos Bispos, Presbitério, Conselho Pastoral, estruturação e coordenação dos leigos; e, por fim, iii) fomentar uma maior abertura ao mundo por parte do clero e dos leigos. Isso implica uma maior sinceridade em promover o espírito de pobreza e serviço. Para realizar esse programa, a Igreja na Argentina deve aumentar a reflexão e o diálogo em todos os setores e em todos os níveis. (Borghesi, 2018, p. 66-67)

Assim, desde o início, pode-se perceber de maneira bastante transparente os temas que amadureceriam nos debates da Igreja pela América Latina: pobreza, serviço, colegialidade, diálogo, comunidade e abertura ao mundo. Mas, ao contrário de muitas Dioceses na Europa, os Bispos latino-americanos estavam na vanguarda, não lutando contra a implementação do concílio, mas o levando diretamente a seus fiéis (Scannone, 1982; Leigo, 2022).

O que era mais distintivo sobre a teologia do povo, no entanto, era sua compreensão do povo como o *locus* para a reflexão teológica e a credibilidade eclesial. A leitura dos Bispos latino-americanos de textos críticos do Vaticano II, como *Lumen Gentium*³³ e *Gaudium et Spes*³⁴, eliminou a possibilidade de qualquer tipo de fé privatizada e piegas, mas fez mais do que isso. Exigia que a Igreja adotasse o ponto de vista do povo fiel, se olhando e se colocando para o mundo com todas as suas esperanças e medos, permanecendo com e entre a população.

A Igreja argentina deve se ver e ver seus problemas do ponto de vista do povo. O povo então seria o elemento iluminador e unificador do problema da Igreja. Isso significa ver não em termos de seus conflitos internos, suas dificuldades internas ou suas questões internas, mas em termos de sua inserção, como povo de Deus, no povo argentino. Isso levaria a uma linha de ação conectada a essa inserção, ou seja, a recuperação dos valores cristãos que estão no povo. Ver do ponto de vista do povo e adotar uma abordagem centrada no povo para a ação pastoral. (Tello apud Aquino Júnior, 2018, p. 87)

³³ “Luz dos Povos” em tradução literal do latim. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html

³⁴ “Alegria e Esperança” em tradução literal do latim. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html

Requer pouco, em termos de imaginação, vincular essa reflexão às declarações dos Bispos argentinos em 1966 com a abordagem pastoral do Papa Francisco hoje (Borghesi, 2018). É por isso que Francisco, o primeiro Papa a não ter Estado presente no Concílio, ainda parece respirar o espírito conciliar tanto quanto seus predecessores, talvez até um pouco mais (Aquino Júnior; Abdalla; Sávio, 2018).

Através da explanação acima, torna-se fácil perceber como essa teologia difere, mesmo ao abordar alguns dos mesmos temas e confrontar em grande parte a mesma realidade social, da teologia da libertação (Gutiérrez Merino, 1971; Müller; Gutiérrez Merino, 2014). Para tal, a colocação do teólogo Victor Fernandez (apud Aquino Júnior; Abdalla; Sávio, 2018, p. 33-34) se faz precisa.

Costumava-se dizer que a teologia do povo opta pelas massas ignorantes, pessoas carentes de cultura e pensamento crítico. O que a teologia do povo defende é algo muito diferente. Significa considerar os pobres não apenas como objeto de libertação ou educação, mas como indivíduos capazes de pensar em suas próprias categorias, capazes de viver a fé legitimamente à sua maneira, capazes de traçar caminhos baseados em sua cultura popular. Acredito que tenhamos superado o momento em que precisamos ser defensivos sobre as deficiências da teologia da libertação. Ela tentou importar uma análise que dificilmente poderia ser mais estranha para o povo: fez deles um objeto de libertação. Além do fato de que muitos teólogos da libertação — não todos — ignoraram a realidade das vidas vividas sob os preceitos que estavam tentando batizar, a feia realidade de que o marxismo sempre se mostrava, para todos os bons propósitos, libertação teologia, levava consigo uma espécie de nobreza intelectual obrigatória à qual a teologia argentina era alérgica.

Da mesma forma, Fernandez deixa claro o quanto a teologia do povo difere do tipo de preocupação caridosa reflexiva que caracteriza boa parte da Igreja na Europa. Não é uma questão de considerar a caridade ruim, mas sim insuficiente. De acordo com o autor, “[...] uma conversão pessoal e emocional genuína para o mundo dos pobres — que constituem a maioria da humanidade — torna-se absolutamente necessária se quisermos compreender o significado do cristianismo hoje e responder a este tempo em que somos chamados a viver” (Scannone, 2019, p. 36, tradução minha).

Também pode-se discernir as repetidas objeções do Papa Francisco à colonização ideológica (Borghesi, 2018). O ponto aqui é sobre evitar uma narrativa em que católicos instruídos e intelectualizados passem a evangelizar os pobres em seus bairros e levar a eles seus valores e visões. Quando os povos marginalizados pelo sistema deixam de ser vistos como meros objetos de estudo e começam a ser tratados pessoalmente, segundo a teologia do povo, o papel de catequização passa a ser uma via engrandecedora de mão dupla. Como disse Rafael Tello (apud Aquino Júnior, 2018, p. 85):

Para se orientar para Deus, a cultura popular olha para os seres humanos concretos que, sendo sociais, existem em comunidade, isto é, num povo, que no seu conjunto vive entre as realidades terrenas do mundo. Assim, o âmbito popular é o local do ministério libertador ou profético, na medida em que isso significa responder aos sinais dos tempos, evidenciados na realidade sociocultural dos povos pobres, que constituem a maioria da humanidade.

A reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em Puebla, no México, em 1979, incorporou ideias dos sínodos dos Bispos que ocorreram desde Medellín e, especialmente, a grande exortação apostólica do Papa Paulo VI³⁵, *Evangelii Nuntiandi*³⁶. O documento final de Puebla liga a evangelização da cultura ao que se pensava tradicionalmente como doutrina social católica e afirma: “[...] já não se trata da pastoral social da Igreja, mas é simplesmente uma pastoral ou evangelização, que inclui, como parte integrante, a dimensão social ou avanço do ser humano em termos de desenvolvimento e libertação” (1979).

É em Aparecida, em 2007, que a V Conferência do CELAM retoma a teologia das sessões anteriores e a soma com o pensamento do Papa Paulo VI (apud Teologia, 2018, online, n.p.), ecoando explicitamente as suas palavras aos camponeses de Bogotá em 1968: “Vocês são um sinal, uma semelhança, um mistério da presença de Cristo”. Os Bispos reunidos no Brasil, tal como os seus antecessores, rejeitaram a prevalecente lógica padronizadora da globalização cultural (Shelledy, 2004). Novamente abrindo uma porta para tema central do pontificado de Francisco, o documento de Aparecida afirma a religião popular — celebrações dos padroeiros, novenas, rosários, via sacra, procissões, danças e cantos do folclore religioso, carinho pelos santos — não como “expressões rituais paralelas às oficiais”, como eram consideradas até então. No caminho contrário, expressariam uma “mística que se manifesta de maneira própria” (Löwy, 2016, p. 71), uma “experiência de peregrinação interior” que se apoia na “ação interna da graça”. Esta é a teologia que está ao lado das pessoas, das pessoas reais e da cultura que elas criam, celebrando precisamente aquelas expressões religiosas que, frequentemente, o a população mais intelectualizada contemporânea despreza.

As críticas à modernidade que permeiam os vários documentos das reuniões do CELAM concretizam-se na *Evangelii Gaudium*, a exortação apostólica programática do Pontífice

³⁵ Italiano, nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, foi entronizado no dia 29 de junho de 1963 e exerceu o papado até 6 de agosto de 1978, data de seu falecimento.

³⁶ “Proclamação do Evangelho” em tradução literal do latim. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html

publicada em 2013. Os paradigmas neoliberais que dominaram o Fórum Econômico Mundial de Davos, em janeiro daquele mesmo ano, são rejeitados abertamente pelo documento. É neste ponto, acima de tudo, que existe uma clara continuidade na doutrina social católica entre o magistério papal pré-conciliar, os documentos do Vaticano II, os magistérios papais dos Papas Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco.

O que se difere significativamente no papado de Francisco é a ênfase nas pessoas e na cultura como o objetivo da humanização. O que humaniza não é o simples reconhecimento da realidade pluricultural, que se limitaria ao respeito pelos espaços adquiridos e conquistados socioculturalmente e politicamente em termos de direitos, em particular os direitos políticos. O que realmente humaniza é a interação e a integração intercultural e inter-religiosa entre os diferentes grupos que coexistem numa sociedade, a simbiose que se gera numa relação horizontal, construída a partir do encontro de sujeito para sujeito. Torna-se claro que o tema da inculturação, tão pronunciado no pensamento de Bergoglio, SJ, é ainda mais rico do que parecia à primeira vista e distingue Francisco dos seus antecessores imediatos. A trajetória mais lógica, do ponto de vista teológico, parece ser partindo do Vaticano II, passando por Paulo VI e chegando a Francisco.

2.2 A revisão da política externa da Santa Sé a nações periféricas ao sistema

2.2.1 O aprofundamento do diálogo inter-religioso com profissões de fé asiáticas

Desde a sua posse em 2013, o Sumo Pontífice tem colocado grande ênfase no fortalecimento do diálogo inter-religioso (Andrade, 2019). Em suas exortações, ele frequentemente enfatiza a necessidade de “derrubar muros e construir pontes”, referindo-se ao nome latino de seu cargo, significado original da palavra *pontifex*, algo que pode ser traduzido literalmente como “fabricante de pontes”.

No primeiro ano de seu papado, em 2014, visitou a Terra Santa — Israel, Palestina, Jordânia —, onde, além do diálogo com o judaísmo e o islamismo, também teve contato direto com cristãos que fugiam das guerras civis na Síria e Iraque (Cernuzio, 2024a). Uma das mensagens importantes do papado de Francisco está no fato de que o encontro com as pessoas que vivem na periferia, os oprimidos, os pobres e os refugiados nos encorajaria a compreender e tolerar outras culturas e a, segundo suas palavras, “construir amizades para além dos nossos

círculos habituais” (Rourke, 2016, p. 22, tradução minha). Tudo isso ajuda a dissipar a indiferença, o medo e a desconfiança, o que também é importante porque é a única forma de percebermos quem está necessitado ao nosso redor. Esta visão de mundo se vê explicitada em atos fortemente simbólicos como a ocasião em que o líder da Igreja lavou os pés de refugiados que professavam diferentes fês durante ritos da Semana Santa cristã (Spadaro, 2023a). Tal movimento foi justificado no momento em que Francisco afirmou que “somos todos filhos do mesmo Deus”.

Na visão do atual Papa, a “cultura do encontro” significa, portanto, o encontro pacífico de religiões e culturas e sua inspiração para colocar em prática movimentos nesse sentido são sensivelmente acentuados em relação ao islã (Andrade, 2019). Essa afirmação justifica alguns dos casos árabes e/ou médio-orientais aqui utilizados como exemplificação para o potencial diplomático demonstrado diante da culturalmente milenar RPC (Yi; Wenxing, 2024; Fonseca, 2024). Logo nos primeiros anos do seu pontificado, Francisco visitou vários países de maioria muçulmana, como Turquia, Marrocos, Azerbaijão e, em fevereiro de 2019, fez história ao entrar pela primeira vez no Golfo Árabe como chefe latino da Igreja Católica, por ocasião do Dia Internacional da Fraternidade Humana³⁷, realizado em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos. No seu discurso, perante centenas de representantes muçulmanos, cristãos das mais variadas vertentes, judeus, hindus, budistas e sikhs (Colli, 2019; Lubov, 2023b), o Papa recordou o encontro de 1219 do seu Santo homônimo, São Francisco de Assis, com o Sultão³⁸ egípcio Al-Malik Al-Kamil, que, mesmo durante as batalhas da Quinta Cruzada³⁹, buscaram a possibilidade de encontro e de diálogo pacífico. Exatamente 800 anos depois, o Papa Francisco apelou em Abu Dhabi pelo fim dos conflitos no Iêmen, no Iraque, na Síria e na Líbia, que trouxeram um sofrimento imensurável à população civil: “A fraternidade humana exige que nós, os representantes das religiões do mundo, rejeitemos em todos os detalhes a aprovação da palavra ‘guerra’” (Reis, 2021, online, n.p.). No seu discurso, o Pontífice não se furtou de

³⁷ O Dia Internacional da Fraternidade Humana foi estabelecido pela Assembleia Geral da ONU, em 21 de dezembro de 2020, com a resolução 75/200, como forma de promover maior tolerância cultural e religiosa. Com esta resolução, a ONU convidou todos os seus Estados-membros e outras Organizações Internacionais a celebrar a data anualmente, em 4 de fevereiro.

³⁸ Do original, em árabe, سلطان, trata-se de posição com vários significados históricos. Inicialmente, era um substantivo abstrato árabe que significava “força”, “autoridade”, “governo”. Mais tarde, passou a ser usado como o título de certos governantes que reivindicavam soberania quase total sem reivindicar o Califado geral ou para se referir a um governador poderoso de uma província dentro do Califado (Wilges, 2010).

³⁹ A Quinta Cruzada, que durou de setembro de 1217 a 29 de agosto de 1221, foi uma campanha de uma série de Cruzadas dos europeus ocidentais para reconquistar Jerusalém e o resto da Terra Santa, conquistando primeiro o Egito, governado pelo poderoso sultanato aiúbida.

abordar temas altamente delicados como a guerra civil iemenita envolvendo os Emirados, a discriminação contra as minorias não muçulmanas naquela região, a situação dos imigrantes que chegam aos Estados do Golfo e a complexa radicalização contemporânea dos jovens.

A importância do encontro foi ainda reforçada pelo fato do Papa ter assinado uma declaração conjunta com o Imã⁴⁰ Ahmed al-Tayeb, reitor da Universidade al-Azhar no Cairo, o principal centro religioso do mundo islâmico sunita, intitulada *Documento sobre a fraternidade humana pela paz mundial e pela coexistência pacífica*. Após a assinatura, o Imã dirigiu-se diretamente a todos os fiéis muçulmanos no Oriente, instando-os a “abraçar seus irmãos cristãos que são companheiros do homem muçulmano” (al-Tayeb apud Reis, 2021, online, n.p.).

Um documento emitido em nome da coexistência pacífica entre religiões sublinha a importância de lutar pela fraternidade, pelo diálogo, pelo respeito mútuo pelas diferenças e pela superação do extremismo (Spadaro, 2023a). Além destes objetivos retumbantes, a declaração também “ênfatiza com profunda convicção que os ensinamentos originais de todas as religiões estão enraizados nos valores da paz”, da “coexistência harmoniosa” e da “cultura do respeito mútuo” (Spadaro, 2023a, p. 90, tradução minha). Criar isto é o objetivo comum das religiões do mundo, já que a fé confere à pessoa um valor tão transcendente que deveria fazer com que o fiel de qualquer religião visse o outro como um irmão. A declaração feita em nome dos inocentes mortos, dos pobres, dos desamparados, dos necessitados, dos excluídos, dos órfãos, das viúvas, dos refugiados e daqueles que foram expulsos de seu local de residência e/ou de seu país é também um forte apelo à atenção para a os graves problemas atuais do mundo, particularmente as corridas armamentistas, as crescentes injustiças sociais, a corrupção, a desigualdade, a decadência moral, o terrorismo, a discriminação e o extremismo.

Já acerca de outras religiões que se manifestam de maneira acentuada pela Ásia, como hinduísmo e budismo, Francisco também tem realizado acenos positivos ao longo de seu

⁴⁰ Do original, em árabe, إمام, trata-se de posição de liderança islâmica. Para muçulmanos sunitas este título é mais comumente atribuído a um líder de oração de uma Mesquita. Neste contexto, os Imãs podem liderar orações islâmicas, servir como líderes comunitários e fornecer orientação religiosa, podendo ser um posto alcançado por indivíduos que se dedicam a estudar as ciências islâmicas. Já para a maioria dos muçulmanos xiitas, os Imãs são líderes absolutamente inquestionáveis da comunidade islâmica depois do Profeta (Wilges, 2010).

pontificado. Ainda em 2018, quando da visita de uma delegação de religiões dárnicas⁴¹ à Roma, o Pontífice emitiu a seguinte saudação:

Queridos amigos!

Sinto-me feliz por me encontrar convosco por ocasião do *Congresso sobre Dharma e Logos: Diálogo e colaboração numa época complexa*, que ocorreu ontem em Roma. Congratulo-me convosco por terdes dado vida a esta iniciativa, que abrange cristãos, hindus, budistas, jainistas e sikhs.

Diálogo e colaboração são palavras-chave num tempo como o nosso no qual, devido a uma inédita complexidade de fatores, viu crescer tensões e conflitos, com uma violência difundida quer em pequena quer em grande escala. Por conseguinte, é motivo de agradecimento a Deus quando os chefes religiosos se comprometem por cultivar a cultura do encontro, dão exemplo de diálogo e colaboram efetivamente ao serviço da vida, da dignidade humana e da tutela da criação.

Agradeço-vos pelo que fazeis, colaborando juntos segundo as respetivas tradições religiosas, para a promoção do bem neste nosso mundo. Invoco abundantes bênçãos sobre vós e sobre as vossas comunidades. (Encontro, 2018, online, n.p.)

Em 2023, cerca de 55 participantes, representando as tradições religiosas cristãs e hindus na Europa se reuniram em Roma para um encontro sobre o tema *Hindus e cristãos na Europa: construindo juntos um novo humanismo baseado na fraternidade*. A primeira reunião desse tipo foi organizada pelo Dicastério⁴² para o Diálogo Inter-religioso em colaboração com o Fórum Hindu da Europa⁴³, a União Hinduísta Italiana⁴⁴ e o Conselho Ecumênico de Igrejas⁴⁵.

Os participantes refletiram sobre as mudanças na dinâmica do relacionamento entre hindus e cristãos na Europa e pensaram em maneiras de fomentar a cooperação em questões que possam promover o crescimento humano por meio do diálogo inter-religioso, da solidariedade e da hospitalidade. Reconheceu-se que o conceito hindu de *Vasudhaiva*

⁴¹ Religiões dárnicas, também chamadas de indianas ou índicas, são aquelas que se originaram no subcontinente indiano. Esse grupo inclui o budismo com características indianas, o hinduísmo, o jainismo e o siquismo, além de outras denominações menores (Bueno, 2021).

⁴² No catolicismo, Dicastério é o nome dado aos departamentos e às autoridades da Igreja Católica que compõem a Cúria Romana.

⁴³ Fundado em 2006, em colaboração com uma série de organizações hindus por toda a Europa, o Fórum trabalha para compartilhar e promover de forma coesa os valores de diálogo inter-religioso, amizade e coexistência pacífica. O Fórum apoia os governos europeus e seus cidadãos na construção de comunidades coesas e integradas.

⁴⁴ Órgão religioso criado para a proteção, coordenação, prática e estudo da cultura e religião hindu. A União foi oficialmente reconhecida pelo Estado italiano como confissão religiosa por Decreto do Presidente da República.

⁴⁵ Organização intereclesial cristã mundial fundada em 1948 para trabalhar pela causa do ecumenismo, seus membros plenos hoje incluem a Igreja Assíria do Oriente, a maioria das jurisdições da Igreja Ortodoxa Oriental, a União de Utrecht, a Federação Luterana Mundial, a Comunhão Anglicana, as Igrejas Menonitas, o Conselho Metodista Mundial, a Aliança Batista Mundial, a Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas, as igrejas Pentecostais, a Igreja Morávia e a Igreja Síria Malankara Mar Thoma. A Igreja Católica não é um membro pleno, embora envie delegados para reuniões em que tem status de observador.

*Kutumbakam*⁴⁶ (o mundo inteiro é uma família, em tradução literal) e a carta encíclica *Fratelli tutti*⁴⁷, servem como bússolas para orientar hindus e cristãos em direção a um “novo humanismo” em uma Europa cada vez mais intercultural e inter-religiosa.

Por sua vez, em outra ocasião, durante saudação a visitantes budistas, o Pontífice expressou sua sentida gratidão pelo ineditismo na presença de representantes oficiais do budismo mongol no Vaticano. Tal visita, disse ele, teria o objetivo de aprofundar as relações de amizade com a Igreja Católica, promover a compreensão mútua e a colaboração para a construção de uma sociedade pacífica. Neste sentido, afirmou:

A paz representa, hoje, o ardente desejo da humanidade. Por meio do diálogo, em todos os níveis, é urgente promover uma cultura da paz e da não violência. O diálogo deve levar todos a rejeitar a violência, em todas as suas formas, inclusive a violência contra o meio ambiente. Infelizmente, ainda há pessoas que continuam a abusar e utilizar a religião para justificar atos de violência e de ódio”. Jesus e Buda eram construtores de paz e promotores da não violência. Jesus também viveu em tempos de violência. Não obstante, ensinava que o verdadeiro campo de batalha, em que a violência e a paz se defrontam, é o coração humano. Ele pregou, sem cessar, o amor incondicional de Deus, que acolhe e perdoa, e ensinou os discípulos a amar seus inimigos. Ser verdadeiros discípulos de Jesus, hoje, significa aderir à sua proposta de não violência. A mensagem central de Buda era a não violência e a paz. Ele ensinou que a vitória deixa um rastro de ódio, porque o derrotado sofre. Deixem, pois, de lado todos os pensamentos de vitória e derrota e vivam em paz e na alegria. Buda ressaltou ainda que a conquista de si é bem maior que a dos outros. (Francisco apud Tavares, 2022, online, n.p.)

Neste sentido, falando de um mundo devastado por conflitos e guerras, Francisco (apud Tavares, 2022, online, n.p.) frisou: “Como líderes religiosos, profundamente arraigados em nossas respectivas doutrinas religiosas, temos o dever de despertar na humanidade o desejo de renunciar à violência e construir uma cultura de paz”.

Embora a presença de comunidades mais formais de fiéis católicos na Mongólia seja bastante recente, com um número exíguo, mas significativo, o atual Papa se demonstra plenamente comprometido em seguir promovendo aquilo que frequentemente chama de cultura do encontro. Sendo assim, não demoraria a realizar também uma visita apostólica inédita a este país.

Aceitando o convite do Presidente da Mongólia e das autoridades eclesiásticas do país, Francisco realizou, em 2023, sua 43ª viagem apostólica. A nação asiática tem uma pequena

⁴⁶ Transliteração do sânscrito वसुधैव कुटुम्बकम्.

⁴⁷ “Todos Irmãos” em tradução literal do latim. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

comunidade católica de cerca de 1.400 membros batizados neste país de cultura budista de cerca de três milhões de pessoas que vivem numa área de 1,5 milhão de km², três vezes maior que a França.

O Cardeal Giorgio Marengo, IMC⁴⁸, Prefeito Apostólico⁴⁹ de Ulan Bator e recebido poucos dias antes pelo Papa, explicou que a sua nomeação como Cardeal, em 2022, valorizou a experiência concreta de estar em minoria, mas numa sociedade que tem uma grande capacidade desenvolvida de diálogo. Após a extinção do cristianismo nestoriano, que se espalhou pela Ásia Central no primeiro milênio, os primeiros missionários católicos chegaram ao ambiente religioso dominado pelo budismo tibetano apenas em 1992, no início da abertura democrática do país.

A viagem do Papa Francisco, a sua visita ao Cazaquistão em setembro de 2022, e as suas numerosas visitas a países próximos da China — Coreia do Sul, Japão, Filipinas, Myanmar, Tailândia — também se enquadram em um contexto geopolítico mais amplo (Cazaquistão, 2022; Palermo, 2022). A Mongólia é um Estado-tampão⁵⁰ entre a Rússia e a China e é um dos poucos países do mundo que mantém, sabidamente, relações com a RPC e com Taiwan, ainda que não desrespeite a política da China única e o contexto implique numa informalização do cenário frente Taiwan (Chang, 2018). A independência da Mongólia foi de fato reconhecida oficialmente pela República da China em 1945, durante o regime de Chiang Kai-shek, e esta conquista não foi questionada nem mesmo por Mao, que chegou ao poder em Beijing em 1949.

A Mongólia pode, portanto, proporcionar um fórum para negociações relacionadas com a questão de Taiwan e as tensões intercoreanas: em 2022 (Campisi; Donnini, 2022), o Presidente mongol, Ukhnaagiin Khürelsükh⁵¹ — logo depois de receber o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-coreano — convidou o líder norte-coreano Kim Jong-un a realizar mais uma visita oficial à Ulan Bator.

⁴⁸ Instituto de Missionários da Consolata (*Institutum Missionum a Consolata*).

⁴⁹ Sacerdote encarregado de dirigir uma circunscrição eclesiástica equiparada a uma igreja particular ou uma prefeitura, governada, em nome do Papa. Prefeito é, também, o nome dado aos responsáveis pela formação dos candidatos ao sacerdócio que vivem, ao longo da sua formação, nos seminários.

⁵⁰ País geograficamente situado entre duas grandes potências rivais ou potencialmente hostis. Sua existência pode às vezes ser pensada para prevenir conflitos entre elas.

⁵¹ Transliteração do mongol Ухнаагийн Хүрэлсүх, se trata de uma figura interessante no entendimento da aproximação sino-vaticana, uma vez que Khürelsükh pertence ao Partido Popular da Mongólia, de origem marxista-leninista, e promoveu a inédita ida do Papa ao país.

Papa Francisco ainda surpreendeu e apelou para os católicos chineses serem “bons cidadãos”, no que parece ser mais uma tentativa de melhorar as relações entre o Vaticano e Beijing (Encarnação; Yiu, 2023).

Acompanhado pelo Cardeal John Tong Hon, Bispo emérito de Hong Kong, e pelo Cardeal Stephen Chow, SJ, atual Bispo de Hong Kong, o Pontífice enviou uma “calorosa saudação ao nobre povo chinês” durante missa na capital mongol (Cernuzio, 2023). “Desejo a todo o povo o melhor, siga em frente, progrida sempre. E desejo que os católicos chineses sejam bons cristãos e bons cidadãos”, declarou o argentino (Cernuzio, 2023).

De mãos dadas com os dois Bispos, o Papa reforçou o gesto de saudação ao povo chinês, acompanhado de uma salva de palmas dos cerca de 2 mil participantes reunidos na celebração, entre eles membros da comunidade católica na China (Encarnação; Yiu, 2023). O apelo foi feito após Francisco enviar um telegrama de “boas felicitações” ao Presidente da China, Xi Jinping, e ao povo chinês durante a passagem pelo espaço aéreo do país.

Em resposta, Beijing disse que desejava reforçar a confiança mútua com o Vaticano e que as palavras do Papa refletiam amizade e boa vontade. No entanto, o governo chinês proibiu Bispos católicos de viajarem à Mongólia para acompanhar a visita de Francisco ao país, com exceção de prelados de Hong Kong e Macau, onde a Igreja atua com mais liberdade.

Mais cedo, no mesmo dia, o líder religioso chegou a receber, na Prefeitura Apostólica de Ulan Bator, o Embaixador argentino na China, Sabino Vaca Narvaja, segundo fontes locais.

2.2.2 A pluralidade natal nas nomeações cardinalícias dos consistórios recentes

Como de costume em seu papado, Francisco realizou, em 9 de julho de 2023, o anúncio de um novo consistório⁵² que não foi previamente avisado nem mesmo aos mais diretamente interessados (Lubov, 2023a). A assembleia noticiada teria como mote a criação de 21 novos Cardeais da Igreja Católica, 19 dos quais com menos de oitenta anos e, portanto, habilitados a participar de um possível conclave. Realizado no dia 30 de setembro do mesmo ano, este foi o

⁵² Na Igreja Católica Romana, um consistório é uma reunião formal do Colégio de Cardeais convocada pelo Papa. Existem dois tipos de consistórios: extraordinários e ordinários. Um consistório extraordinário é realizado para permitir que o Papa consulte todos os membros do Colégio de Cardeais sobre determinado assunto de urgência elevada. Um consistório ordinário é de natureza cerimonial e frequentado por cardeais residentes em Roma e nas proximidades.

nono consistório do atual Pontífice, sendo quase um para cada ano de seu pontificado, pois não houve nenhum em 2013 e 2020 (Tornielli, 2023).

Ao fim do processo, pôde-se dizer que o Papa incumbente criou, até agora, um total de 142 Cardeais, ao longo de todo pontificado, provenientes de 70 países diferentes, dos quais 24 nunca haviam sido representados no Colégio de Cardeais (Brief, 2023, tradução minha; Quem, 2023).

Francisco disse, ainda ao longo da oração do Angelus de 9 de julho e após o anúncio dos nomes dos futuros Cardeais, que “[...] a sua origem expressa a universalidade da Igreja, que continua a anunciar o amor misericordioso de Deus a todos os homens e mulheres da Terra” (Brief, 2023, online, n.p., tradução minha).

Numa análise global, portanto, após este consistório, a Europa está representada por cinquenta e um Cardeais eleitores, a Ásia por vinte e um, as Américas por trinta e quatro, a África por dezessete e, por fim, a Oceania por três.

Percorrendo a lista de nomes dos novos Cardeais percebe-se como o Papa ainda tem privilegiado escolhas não tradicionais, ou seja, não necessariamente laureando os titulares de Dioceses consideradas historicamente Cardeais (Tornielli, 2023). A título de exemplo, o Arcebispo de Milão, Mario Delpini, ainda permanece fora do Sacro Colégio, enquanto a púrpura foi para outro lombardo, o Patriarca Latino de Jerusalém⁵³, Pierbattista Pizzaballa, OFM⁵⁴. Pode-se dizer que houve pouca Itália no nono consistório: nenhum Bispo diocesano e nomes como Claudio Gugerotti, Prefeito do Dicastério para as Igrejas Orientais, cujo nome foi inicialmente divulgado para a missão da Santa Sé em Moscou, e Agostino Marchetto, Núncio Apostólico acima dos 80 anos — não eleitor —, tornaram-se Cardeais e importantes estudiosos do Concílio Ecumênico Vaticano II, bem como defensores da hermenêutica da reforma em continuidade (Gomes, 2021; Quem, 2023).

Além do agostiniano Robert Francis Prevost, OSA⁵⁵, que Francisco quis no lugar do Cardeal Marc Ouellet, PSS⁵⁶, à frente do Dicastério para os Bispos, a composição atual do Sacro

⁵³ O Patriarca Latino de Jerusalém é o Arcebispo da Igreja Católica Latina da Arquidiocese de Jerusalém, com jurisdição para todos os católicos latinos em Israel, Palestina, Jordânia e Chipre. O Patriarca Latino de Jerusalém também ocupa o cargo de Grão Prior da Ordem do Santo Sepulcro.

⁵⁴ Ordem dos Frades Menores (*Ordo Fratrum Minorum*).

⁵⁵ Ordem de Santo Agostinho (*Ordo Sancti Augustini*).

⁵⁶ Companhia dos Padres de São Sulpício (*Societas Presbyterorum a Sancto Sulpitio*).

Colégio também inclui o novo Prefeito do Dicastério para a Doutrina da Fé⁵⁷, o argentino Víctor Manuel Fernández ligado a Bergoglio, SJ, desde os tempos de Buenos Aires. Outro nome que se destaca na última lista dos Cardeais criados por Francisco é o de Stephen Chow Sau-yan, SJ, o jesuíta que foi nomeado Bispo de Hong Kong em 2021 depois de um longo impasse para esse cargo e que conquistou a estima do seu antecessor, o anteriormente citado Cardeal Joseph Zen Ze-kiun, SDB. Outro asiático foi o malaio Sebastian Francis, Bispo de Penang.

Houve muita América do Sul nas escolhas do primeiro Pontífice não europeu da história. O argentino e jesuíta Ángel Sixto Rossi, SJ, outro expoente da geração Bergoglio, SJ, como seu compatriota Fernández, é um desses nomes. Quando era superior provincial dos jesuítas argentinos, Francisco tinha muitos inimigos, mas também um grupo de legalistas do qual fazia parte o Cardeal eleito, encontrando-o como formador no seminário e depois colaborando com ele em Buenos Aires. Um novo mandato cardinalício chegou também à Arquidiocese de Bogotá, onde Francisco escolheu o teólogo Luis José Rueda Aparicio, que é Presidente da Conferência Episcopal⁵⁸ Colombiana, rosto simbólico do pedido de reconciliação nacional entre o governo e as guerrilhas marxistas-leninistas do Exército de Libertação Nacional (ELN) e também uma voz ativa na reaproximação com a Venezuela de Nicolás Maduro. Desta última, porém, vem Diego Rafael Padrón Sánchez, de 84 anos — portanto não eleitor —, Arcebispo emérito de Cumaná que, como Presidente da Conferência Episcopal Venezuelana, não foi anuente com o Presidente venezuelano durante o período da recente crise institucional generalizada, sustentando que “[...] os interesses do governo não são os interesses do país” (Quem, 2023, online, n.p.).

Entre os não eleitores, outro argentino é o Padre Luis Dri, OFMCap⁵⁹, de 97 anos, confessor capuchinho no santuário de Nossa Senhora de Pompeia, em Buenos Aires, e frequentemente lembrado por Francisco em seus discursos por seu “hábito” de perdoar demais. Um símbolo da concepção que o Papa tem do Sacramento da Penitência, uma vez que disse aos confessores que encontrou, ainda recentemente: “Perdoai tudo, perdoai sempre, sem colocar o dedo na consciência” (Mutirão, 2023, online, n.p.).

⁵⁷ Mais antigo entre os departamentos da Cúria Romana, é encarregado da disciplina religiosa da Igreja Católica. Foi fundado para defender a Igreja Católica da heresia e hoje é considerado sucessor direto do Tribunal da Santa Inquisição.

⁵⁸ Uma Conferência Episcopal, às vezes chamada de Conferência de Bispos, é uma assembleia oficial dos Bispos da Igreja Católica em um determinado território.

⁵⁹ Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (*Ordo Fratrum Minorum Capuccinorum*).

Olhando para a África, Francisco incluiu neste seleto grupo do mundo o sul-africano Stephen Brislin, Arcebispo da Cidade do Cabo, o sul-sudanês Stephen Ameyu Martin Mulla, Arcebispo de Juba e o tanzaniano Protase Rugambwa, Arcebispo de Tabora. Martin Mulla, que teve a oportunidade de receber o Papa no Sudão do Sul em fevereiro de 2023, foi alvo de um duro protesto de um grupo de Padres locais após a notícia da sua nomeação como Arcebispo de Juba, em 2019. Seus detratores escreveram uma carta ao Vaticano fazendo acusações acerca da conduta moral do prelado, reclamando de razões tribais e ameaçando boicotá-lo (Martínez-Bordiú, 2023). Mesmo diante desse clamor, o Papa não recuou e confirmou sua escolha. Este novo cardinalato dá a imagem de um Papa determinado a não tolerar disputas locais nas nomeações episcopais, a ponto de “compensar” aqueles que enxerga como vítimas com o ingresso no Sacro Colégio. Stephen Brislin, por outro lado, é um dos Bispos mais progressistas da África e, recentemente, lamentou o fato de a Igreja “ainda não ser um lar para homossexuais e pessoas divorciadas” (Brislin apud Arcebispo, 2024, online, n.p.).

Mais uma vez, Francisco optou por utilizar um critério personalista na criação de novos Cardeais, sem levar grandemente em conta o tamanho ou o prestígio das Dioceses. Em relação a esta prática, já não existe o efeito surpresa do primeiro consistório, o de 2014, mas mantém-se a imprevisibilidade da atribuição das vestes púrpuras.

O único continente deixado de lado foi a Oceania que, após a morte do Cardeal australiano George Pell, só conta com quatro Cardeais, três dos quais são eleitores. De toda forma, o fato que mais se destacou no último Consistório foi a pouca idade de muitos Cardeais nomeados, o que pode, e deve, ser interpretado como uma mensagem: este pontificado tende a durar mesmo depois do fim do papado de Francisco.

2.3 Exemplos práticos da autoproclamada “Igreja de portas abertas” na Ásia

2.3.1 O Oriente Médio e a visita papal ao Iraque como epítome do papado reformado

No início de março de 2021, o Papa fez uma visita histórica de três dias ao Iraque. Além da violência, a viagem ao Médio Oriente também escondeu graves riscos devido à propagação da epidemia do novo coronavírus em paralelo às multidões que acompanham tais viagens. O duplo objetivo da viagem foi, por um lado, aprofundar o diálogo ecumênico e, por outro lado, fortalecer o diálogo inter-religioso. Enquanto o Papa leva a mensagem de coexistência pacífica

às comunidades xiitas e sunitas, bem como para as minorias cristãs do país, a visita do Sumo Pontífice e a atenção internacional que acarreta podem significar esperança e a possibilidade de alguma normalização da vida cotidiana no local. O lema da visita, mesmo se tratando de uma passagem bíblica, também se refere diretamente a isto: “Vocês são todos irmãos!” (Bíblia, 2023).

A visita de Bergoglio, SJ, seguiu uma programação densa, cuja implementação poderia ter envolvido sérios esforços físicos para o chefe da Igreja, à época com 84 anos. Esta foi a primeira visita do Pontífice fora da Itália desde o início da epidemia de COVID-19. Devido à situação do vírus e à ameaça do terrorismo, a viagem decorreu com extremos cuidados. A forma de participar nos eventos da visita papal, que, em geral, atraem públicos numerosos sem maiores transtornos, teve que ser significativamente replanejada devido à crise sanitária vigente no mundo. Tanto no Iraque como no Curdistão, foram introduzidas sérias restrições à população e toque de recolher noturno obrigatório já semanas antes da chegada de Francisco.

Com as suas visitas a Lampedusa, Lesbos, Mianmar ou à fronteira entre os EUA e o México, Papa Francisco levou a mensagem de esperança aos apátridas e aos que vivem em zonas de crise, chamando a atenção do mundo para o sofrimento, a crescente desigualdade e as tragédias humanas relacionadas às migrações forçadas em massa. A visita ao Iraque pode, portanto, ser vista como mais uma etapa na missão de abraçar o sofrimento. Além disso, a instabilidade política no Iraque, desde 2003 (Haynes, 2009), e o fortalecimento do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS)⁶⁰ entre 2014 e 2017 levaram as minoritárias comunidades cristãs, que sempre desempenharam um papel importante na sociedade local, à beira do desaparecimento permanente, o que tornou a visita papal mais relevante do que nunca.

Além de chegar aos mais oprimidos, o Papa — seguindo as tradições históricas da ordem jesuíta — também tenta encontrar pontos em comum diretamente com os líderes mundiais. Como ressaltou na sua reunião conjunta com o Secretário-Geral da ONU, “[...] o diálogo, a diplomacia, o multilateralismo e as organizações internacionais são os meios pelos quais o mundo deve construir a paz e fortalecer o entendimento entre os povos e as nações” (Reis, 2021, online, n.p.). A visita do Papa ao Iraque foi apoiada por políticos iraquianos e curdos, bem como pela maioria dos líderes religiosos xiitas e sunitas, o que — dado que se trata de um país extremamente dividido religiosa e etnicamente — pode ser avaliado como mais um sucesso da diplomacia papal desempenhada pela Santa Sé.

⁶⁰ Do original, em árabe, الدولة الإسلامية, a organização extremista, também chamada de Estado Islâmico do Iraque e Levante é um grupo jihadista salafista transnacional (Wilges, 2010).

A visita do Pontífice ocorreu em circunstâncias extraordinárias, que por si só continham uma mensagem séria. Devido às intonações decorrentes da pandemia de COVID-19, os hospitais iraquianos praticamente atingiram os seus limites de capacidade e o número de novos casos por dia chegou a mais de 5 mil. Quando o Papa chegou, nos primeiros dias de março de 2021, o número total de infectados registrados chegava a 713 mil e, no final de março, ultrapassava 800 mil (Reis, 2021, online, n.p.). Além da propagação do vírus, as preocupações com a segurança também representaram um sério desafio para os organizadores, uma vez que se mostravam frequentes os ataques extremistas em diversos pontos do país no histórico recente.

Francisco chegou a Bagdá recebido no aeroporto pelo, à época, Primeiro-Ministro Mustafa Al-Kadhimi. O Sumo Pontífice encontrou-se então com o então Presidente Barham Salih, no seu discurso apelou ao povo do Iraque pelo fim da violência, do extremismo, da divisão e da intolerância, especificando a luta contra a corrupção, o abuso de poder e o estabelecimento do Estado de Direito como tarefas concretas. Seguindo o protocolo estatal, ele se reuniu com Bispos, Padres, Monges, seminaristas e professores religiosos iraquianos na Catedral Síria-Católica⁶¹ de Nossa Senhora da Libertação, em Bagdá. Como “peregrino da paz” — título atribuído pela mídia mundial — o Papa também levantou a voz pelos direitos das minorias, além das antigas comunidades cristãs, também destacou as comunidades iazidis do país, que há muito sofrem com perseguições.

Do ponto de vista do diálogo inter-religioso, os acontecimentos mais importantes da viagem ao Iraque, comparáveis em relevância ao encontro de Abu Dhabi, tiveram lugar no dia 6 de março, segundo dia da visita papal. O argentino viajou primeiro à cidade de Najaf, centro do mundo islâmico xiita, para se encontrar com o Grande Aiatolá⁶² Ali al-Sistani, atualmente com 93 anos. Além de Karbala, Najaf é o lugar mais sagrado do islã xiita, e os túmulos de várias figuras importantes do islã primitivo, incluindo o Califa⁶³ (Teixeira, 2014). Ali, estão localizados ali. Soube-se, posteriormente, que o encontro histórico entre os dois líderes religiosos foi planejado em segundo plano durante meses, nos mínimos detalhes.

⁶¹ A Igreja Católica Síriaca é uma jurisdição cristã católica oriental originária do Levante que usa a liturgia do Rito Síriaco Ocidental e tem muitas práticas e ritos em comum com a Igreja Ortodoxa Síriaca. Sendo uma das vinte e três Igrejas Católicas Orientais, é uma igreja particular *sui iuris* autogovernada, ainda que esteja em plena comunhão com a Santa Sé.

⁶² Do original, em persa, آیت‌الله, trata-se de um título honorífico para o clero xiita duodecimano de alto escalão no Irã que passou a ser amplamente utilizado no século XX.

⁶³ Do original, em árabe, خَلِيفَة, é uma liderança monárquica originada no século VII, cuja identidade política é baseada em uma reivindicação de sucessão ao Estado Islâmico de Maomé.

Sistani recebeu o Papa como peregrino na sua modesta residência, com a imprensa e os líderes políticos completamente excluídos. Segundo analistas, este gesto simbólico transmitiu a mensagem de que o líder xiita está comprometido com a paz e a segurança dos cidadãos cristãos e com os seus direitos constitucionais, que são completamente iguais aos dos outros cidadãos. Pouco se sabe sobre o que foi dito especificamente na reunião, porém, de acordo com informações publicadas posteriormente no site oficial do Aiatolá — administrado por seus seguidores mais próximos —, Sistani destacou o papel e a responsabilidade das autoridades religiosas na proteção dos cristãos iraquianos. De acordo com o comunicado oficial do Vaticano, Papa Francisco agradeceu a Sistani por ter levantado a voz em defesa dos mais fracos e mais perseguidos durante os capítulos violentos da história do Iraque.

Saindo de Najaf, a visita papal continuou até o Grande Zigurate de Ur, onde, segundo a tradição bíblica, nasceu Abraão, reverenciado por todas as três maiores religiões monoteístas do mundo. O Bispo de Roma participou de encontro inter-religioso à sombra das ruínas, datando de mais de 4 mil anos, a fim de se encontrar com cristãos, muçulmanos, iazidis, mandeístas e orar junto com os zoroastristas. Estas religiões históricas respeitam Abraão como seu antepassado, por isso, no seu discurso, o Pontífice salientou que o encontro seria também um “regresso a casa” (Reis, 2021, online, n.p.). No evento foram lidos trechos dos três livros sagrados das religiões abraâmicas. A principal mensagem do Papa foi sobre a relação entre terrorismo e religião, quando disse que “nenhum fiel pode permanecer calado enquanto o terrorismo se aproveita das religiões” (Francisco apud Reis, 2021, online, n.p.), destacando os horrores que acometeram a comunidade iazidi ao longo do tempo.

2.3.2 A Jornada Mundial da Juventude de 2027 em Seul e consequências diretas

A próxima Jornada Mundial da Juventude (JMJ)⁶⁴, marcada para 2027, será na Coreia do Sul (Brockhaus, 2023; Giribaldi, 2023). O anúncio, feito pelo Papa Francisco durante o encerramento deste mesmo evento em Lisboa, provocou enorme euforia na delegação coreana em Portugal, um grande grupo de mais de mil jovens, acompanhados por Padres, religiosos e dez Bispos coreanos, incluindo o Arcebispo de Seul, Peter Chung Soon-taek, OCD⁶⁵, e o

⁶⁴ Evento voltado para jovens cristãos, organizado pela Igreja Católica e iniciado pelo Papa João Paulo II em 1985, com inspiração em celebrações periódicas, de finalidade similar, que ocorriam em seu país natal.

⁶⁵ Ordem dos Carmelitas Descalços (*Ordo Carmelitarum Discalceatorum*).

Cardeal Andrew Yeom Soo-jung, Arcebispo emérito de Seul. Com eles estava o Cardeal coreano Lazarus You Heung-sik, Prefeito do Dicastério para o Clero, arquiteto silencioso deste objetivo que — como ressaltou em entrevista concedida previamente — “terá Seul, a nossa capital, como centro, mas envolverá toda a Igreja coreana, num compromisso coletivo e transversal às diferentes Dioceses, cada uma das quais será chamada a oferecer a sua contribuição particular” (Heung-sik, 2023).

A candidatura da Coreia do Sul para acolher o evento internacional da juventude com o Papa vem de longe e já durante a viagem de Francisco à Coreia, em 2014, esta possibilidade foi mencionada (Giribaldi, 2023). A nomeação de Lazarus You na Cúria Romana e a sua estreita relação com o Papa Francisco, por um lado; por outro lado, o desejo e o empenho de Peter Chung, OCD, chamado em 2021 para liderar a Arquidiocese de Seul, um pároco que dá grande atenção a tudo o que move o mundo da juventude coreana, contribuíram para a concretização do projeto (Coreia, 2022).

O Arcebispo Chung, OCD, — que foi simbolicamente acompanhado por jovens no dia 8 de dezembro de 2021 ao entrar na Catedral de Myeongdong — apresentou publicamente no outono passado a candidatura de Seul, expressando a sua intenção de relançar a pastoral juvenil na Igreja coreana: recordando o apelo que a cultura jovem coreana — por exemplo com K-pop — exerce hoje sobre as novas gerações em todo o mundo, relatou a urgência de aproximá-lo dos valores do Evangelho (Collet, 2022).

A nível social, Yeung e Seo (2023, online) salientam que — apesar de uma sociedade com uma idade média ainda bastante baixa, como também acontece em outras nações asiáticas — o número de jovens na Coreia registra uma tendência decrescente enquanto, a nível cultural, a “ansiedade pelo desempenho” arrasta-os para o vórtice da competição pela conquista de um lugar nas melhores universidades, um fardo que envolve, esmaga e por vezes deprime as novas gerações.

Neste contexto, a JMJ na Coreia pode ser um impulso para a pastoral juvenil. O Cardeal Lazarus You está convencido disso e, como diplomata habilidoso e discreto, solicitou aos Dicastérios da Cúria Romana e ao próprio Papa Francisco para defender a causa (Heung-sik, 2023). O seu envolvimento com o Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida — organizador prático da JMJ — levou à missão exploratória à Coreia em março passado (Coreia, 2022). Foi necessário verificar as propostas da Igreja local, as estruturas, os lugares, as possibilidades e os recursos. Essa missão teve um resultado positivo e por isso Francisco ficou satisfeito em poder dar seu aval para levar a JMJ de volta ao Oriente (Merlo; Jones, 2023).

Como um desejo sempre presente na comunidade coreana, mas também na Santa Sé, está a oportunidade de viver uma experiência de proximidade com os jovens da China continental, que poderão ver “de perto” um evento eclesialístico internacional e levar participantes em grande número. Por outro lado, enviar uma mensagem de paz, solidariedade e reconciliação aos jovens — e talvez governantes — da Coreia do Norte, para além de uma fronteira intransponível que ainda hoje recorda vividamente barreiras, divisões e conflitos que atravessam o mundo.

Aliada de primeira hora da RPC (Unzer, 2021; Mason, 2018), a porção norte da península coreana possui uma relevância consideravelmente menor nos debates eclesialísticos, seja por sua escassa — quase nula — tradição cristã ou pelo entendimento mais realista que a coloca como dependente direta dos caminhos trilhados pelo PCCh no gigante asiático (Hua; Vermander, 2017). Entretanto, o atual papado não demonstra disposição em negligenciar nenhum potencial caminho de aproximação para com seu real objetivo.

Ainda em julho de 2023, Papa Francisco escreveu que “[...] a comemoração dos 70 anos do armistício⁶⁶ não se refere apenas à cessação das hostilidades, mas também oferece um futuro brilhante de reconciliação, fraternidade e harmonia duradoura para a península coreana e para o mundo inteiro”. O conteúdo esteve presente num curto telegrama enviado ao Presidente da Conferência Episcopal Coreana (Estatísticas, 2024).

A mensagem de Francisco foi lida durante a missa pela paz que a comunidade católica coreana celebrou na Catedral da Imaculada Conceição de Myeongdong, em Seul, onde têm lugar todas as semanas orações pela reconciliação do povo coreano, há quase trinta anos, e onde, em 2014, o próprio Papa Francisco, durante a sua viagem à Coreia, presidiu uma missa solene com esta intenção. O supracitado Cardeal Lazarus You, que também externou a expectativa positiva em que o Papa argentino possa realizar seu desejo de visitar a Coreia do Norte (Cernuzio, 2024b), foi o responsável por repassar a mensagem do Pontífice.

Estou espiritualmente próximo de vocês. Que este aniversário seja uma oportunidade para os Bispos, Sacerdotes, religiosos e leigos da sua terra renovarem o seu compromisso na construção do Reino de Deus Todo-Poderoso, cheio de ‘justiça, paz e alegria no Espírito Santo’ (Bíblia, 2023). As numerosas guerras e conflitos armados de hoje, que afligem a família humana e especialmente os nossos irmãos e irmãs mais vulneráveis recordam-nos tragicamente a necessidade de uma vigilância constante para defender e promover a justiça e a cooperação amigável dentro das comunidades e entre os povos. Neste sentido, gostaria de encorajar todos os coreanos a serem

⁶⁶ Do original, em coreano, 한국정전협정, é um acordo que pôs fim às beligerâncias da Guerra da Coreia, ainda que não tenha encerrado formalmente o conflito. O documento, assinado em 1953, está em vigor até hoje e determina os direitos e deveres de cada lado da península coreana frente às discordâncias.

“profetas de paz”. Uma paz que é sempre baseada no respeito por cada pessoa, no respeito pela lei e pelo bem comum, pela criação que nos foi confiada e pela a riqueza moral transmitida pelas gerações passadas. (Merlo; Jones, 2023, online, n.p., tradução minha)

Juntamente à mensagem do Papa, a celebração contou com as palavras da homilia proferida pelo Monsenhor Peter Lee Ki-heon, Bispo de Uijeongbu, natural de Pyongyang, capital norte-coreana, e Presidente da Comissão Nacional da Conferência Episcopal dos Bispos Coreanos para a Reconciliação⁶⁷.

Nasci em Pyongyang em 1947, antes do início da guerra. A minha família sofreu com a política sutil de genocídio do regime comunista norte-coreano. Quando o clero da Diocese de Pyongyang foi preso e incapaz de praticar a sua fé, fugi para o sul em busca de liberdade religiosa. Durante o processo de evacuação, duas das minhas irmãs não puderam descer conosco e tornaram-se famílias separadas. Quando entrei no seminário, pensei que, quando me tornasse Sacerdote, poderia trabalhar na Diocese de Pyongyang. Trabalhar no Comitê para a Reconciliação Nacional era a minha vocação: estou ordenado há quase 50 anos e estou prestes a me aposentar sem ver a reunificação. A armistício de 70 anos deveria durar até que fosse alcançada uma solução pacífica definitiva, que nunca chegou. Os ventos quentes de paz que começaram a soprar na península coreana após os Jogos Olímpicos de Inverno de Pyeongchang, em 2018, os apertos de mão e os discursos dos líderes do Norte e do Sul, culminaram na decepção pela falta de acordo na cúpula de Hanói. Experimentamos, ao longo da história da península coreana, que não é apenas o conflito de interesses ou a falta de diálogo entre o Norte e o Sul que impede a paz na região, mas também a existência de potências vizinhas que querem usar a questão local para os seus próprios interesses. Mas é o nosso povo, e não os EUA ou a China, que deve lutar pela paz entre os nossos. Para este fim, o Norte e o Sul devem trabalhar juntos. (Ki-heon apud Papa, 2023, online, n.p.)

Por fim, o prelado convidou todos a construir a paz a partir do próprio coração, lidando internamente com a hostilidade para com aqueles que chamou de “os do outro lado”. Também neste caso recordou uma experiência pessoal: “Quando, anos atrás, fui pela primeira vez ao consulado da Coreia do Norte na China, para obter um visto, e vi uma bandeira da Coreia do Norte e um retrato de Kim Il Sung, fiquei muito nervoso. O diplomata que emitiu o visto então disse: ‘Você está muito preocupado. Não se preocupe. A Coreia do Norte também é um lugar onde as pessoas vivem.’” (Ki-heon apud Papa, 2023, online, n.p.).

⁶⁷ Presente em todas as Dioceses da Coreia do Sul, essa Comissão tem como objetivo a reunificação pacífica da península coreana, que está dividida em ideologias e sistemas desde a Guerra da Coreia, em 25 de junho de 1950.

2.4 Conclusões parciais do capítulo

O capítulo que aqui se encerra trata-se de uma análise aprofundada das transformações e novas perspectivas trazidas pela eleição de Papa Francisco, o primeiro pontífice oriundo do Hemisfério Sul na era contemporânea. A formação político-social de Jorge Mario Bergoglio, SJ, a revisão da política externa da Santa Sé em relação às nações periféricas ao sistema, e exemplos práticos da autoproclamada “Igreja de portas abertas” na Ásia e no Oriente Médio foram os principais aspectos abordados neste capítulo.

A formação teológica de Bergoglio, SJ, que nasceu e cresceu em Buenos Aires, capital argentina, é um fator crucial para entender sua abordagem como Papa Francisco, assim como pôde-se extrair da primeira seção debatida. Bergoglio, SJ, foi profundamente influenciado pelas desigualdades sociais, crises econômicas recorrentes e instabilidades políticas de seu país. Na sua juventude, a Argentina se encontrava em convulsão social, com movimentos políticos como o peronismo assumindo relevância que não mais desapareceria da vida pública e social naquele país. Essa realidade moldou sua visão de mundo, centrada na justiça social e no engajamento com os pobres e marginalizados. Sua formação jesuíta também desempenhou um papel fundamental (Ferlan, 2018), proporcionando-lhe uma perspectiva de serviço e compromisso com a comunidade, que se refletiria em suas ações como líder máximo da Igreja Católica no mundo.

A eleição de Francisco também marcou uma mudança significativa na política externa da Santa Sé, especialmente em relação às nações periféricas do sistema global. Sob sua liderança, a Igreja Católica adotou uma postura mais ativa e crítica frente às questões globais, especialmente aquelas que afetam os países do Sul Global. Francisco tem buscado dar voz aos povos marginalizados, criticando as estruturas econômicas e políticas que perpetuam a pobreza e a exclusão. Sua abordagem diplomática é caracterizada por um diálogo mais inclusivo e uma defesa vigorosa dos Direitos Humanos, enfatizando a necessidade de solidariedade internacional e cooperação. Ele se posicionou abertamente contra a selvageria do sistema capitalista vigente e o neoliberalismo ferrenho adotado por grandes líderes mundiais em suas proposições econômicas, chamando a atenção para os impactos negativos dessas políticas sobre as populações vulneráveis. Sua encíclica *Laudato si'*, por exemplo, aborda não apenas a questão ambiental, mas também as desigualdades sociais e econômicas, propondo uma visão integral de ecologia que considera a justiça social como parte fundamental do cuidado com aquilo que chamou de “casa comum”, ou seja, o planeta Terra.

A prática da “Igreja de portas abertas” de Francisco tem se manifestado de maneira marcante perante países historicamente esquecidos pela alta cúpula da Igreja, destacando-se sua presença frequente na Ásia e no Oriente Médio. A atuação de Francisco nestas regiões tem sido marcada por um esforço contínuo de promover o diálogo inter-religioso e a paz. Sua visita aos Emirados Árabes Unidos, onde assinou o supracitado documento histórico sobre a fraternidade humana, é um exemplo claro de seu compromisso com a construção de pontes entre diferentes culturas e religiões. No Oriente Médio, a presença de Francisco tem sido significativa para as comunidades cristãs locais, oferecendo apoio e solidariedade em meio a conflitos e perseguições, mas não exclusivamente. Conforme abordado ao longo do capítulo, o Pontífice realizou visitas, incomuns a seu cargo, a países como o Iraque, onde sua presença foi um sinal de esperança e encorajamento para diversas minorias religiosas. Além disso, Francisco tem enfatizado a importância em acolher refugiados e migrantes que chegam a países autoproclamados “desenvolvidos”, advogando por políticas mais humanitárias e inclusivas. Suas ações concretas, como a criação de corredores humanitários e a promoção de iniciativas de integração para refugiados, destacam seu compromisso com a dignidade humana para além da retórica.

Em resumo, este segundo capítulo ilustra como a origem e formação de Francisco influenciam sua abordagem pastoral e política, ressaltando uma Igreja mais inclusiva e comprometida com as causas sociais e os Direitos Humanos. A revisão da política externa da Santa Sé e os esforços para promover o diálogo inter-religioso são manifestações concretas de seu desejo de transformar a Igreja em um agente ativo de mudança no cenário global. Este capítulo destaca, também, como o primeiro para Papa latino-americano tem buscado redefinir o papel da Igreja Católica no mundo contemporâneo, promovendo uma mensagem de esperança, justiça e fraternidade universal. Sua liderança inovadora e corajosa está redefinindo as prioridades e as ações da Igreja, inspirando uma nova geração de católicos e líderes religiosos a se engajarem em causas sociais e a trabalharem por um mundo mais justo e pacífico. A abordagem de Francisco, enraizada em sua experiência no Sul Global, continua a desafiar e a inspirar, oferecendo uma visão transformadora para o futuro da Igreja e do mundo, podendo — e devendo — ser aplicada também às questões que alimentam barreiras no diálogo sino-vaticano a ser debatido posteriormente.

3 A POLÍTICA EXTERNA HODIERNA DA SANTA SÉ PARA A CHINA

Este último capítulo de desenvolvimento examina a política externa contemporânea da Santa Sé em relação à China, uma relação complexa e estratégica que tem profundas implicações para o catolicismo global. Inicialmente, é apresentado um histórico da prática católica em território chinês, proporcionando um contexto necessário para entender as raízes e a evolução da presença desse braço religioso no país. Essa retrospectiva é fundamental para compreender os desafios históricos e culturais que moldaram a interação entre a Igreja Católica e o Estado chinês, especialmente do ponto de vista institucional.

Em seguida, aborda-se a estatização do catolicismo na China após a revolução, destacando como o governo chinês tem procurado controlar e integrar a prática religiosa às suas estruturas políticas. Essa análise é essencial para entender as tensões e conflitos que surgem quando a autoridade religiosa e a autoridade estatal se chocam. A discussão se aprofunda nas políticas de regulamentação e supervisão das atividades católicas, revelando as dificuldades enfrentadas pelos católicos chineses e pela Santa Sé na busca por um equilíbrio entre fidelidade religiosa e conformidade com as exigências governamentais.

Por fim, são exploradas as nomeações episcopais, que estão no centro dos conflitos entre a Santa Sé e o governo chinês, e as esperanças de diálogo e reconciliação. A questão das nomeações episcopais é um ponto crítico, simbolizando a luta pela autonomia e influência na organização da Igreja na China. O capítulo também examina as tentativas de diálogo e cooperação, e como essas iniciativas são testadas no contexto regional mais amplo. Esta análise permite uma visão abrangente dos esforços diplomáticos da Santa Sé para melhorar suas relações com a China e os desafios contínuos que enfrenta, proporcionando uma compreensão profunda das estratégias e perspectivas da Igreja Católica sob a liderança do Papa Francisco.

3.1 Um breve resumo da prática católica em território chinês

As pessoas podem se perguntar como os europeus, em particular os membros da Igreja Católica, têm olhado para a China ao longo dos séculos e de onde vem determinada visão. Parece que essa compreensão e perspectiva variaram e, às vezes, levantaram dúvidas sobre a compreensão objetiva da realidade completa do mundo chinês. Os resultados dependiam das psicologias individuais e das preocupações pessoais, das várias abordagens religiosas, sociais e

políticas adotadas, bem como das diferentes fontes de informação. A questão se mostra bastante complexa e requer uma investigação mais profunda.

Além disso, ao lidar com a história, é necessário estar ciente das armadilhas de julgar o passado com os parâmetros e conceitos de hoje e de fazer generalizações e avaliações sem considerar as circunstâncias reais da época, idealizando assim eventos históricos, instituições e pessoas. Isso cria mitos ou ditos populares que cresceram em torno de um evento ou uma pessoa. Os mitos são bastante comuns ao lidar com a história e, para evitá-los, é necessário prestar atenção especial aos fatos e eventos relacionados à história da presença cristã na China.

3.1.1 A chegada do catolicismo romano no Império da China

O mais antigo contato da civilização chinesa com o cristianismo data de cerca de 635 d.C. (Carletti, 2008, p. 21), quando missionários siríacos enviados pela Igreja Oriental, de acordo com Pelikan (2015), teriam até mesmo deixado peças de literatura cristã em língua chinesa durante o predomínio da dinastia Tang. Após considerável período de expansão e pluralidade cultural na região, o cristianismo veio a sofrer um grande revés com a perseguição imperial a qualquer tipo de prática religiosa, no século IX (Carletti, 2008, p. 22).

A retomada na relevância do cristianismo na China, já se referindo à vertente católica dessa profissão de fé, viria apenas muitos séculos depois, quando do estabelecimento da dinastia Yuan, de origem mongol, por Kublai Khan (Korte, 2009). Mais alguns séculos seriam necessários para que o catolicismo fosse levado de maneira programática e planejada para a China. O Sacerdote jesuíta Francisco Xavier, SJ, foi o grande pioneiro da empreitada do catolicismo na Ásia, ao menos em termos de eficácia do trabalho realizado (Ferlan, 2018). Criando no Japão, em 1540, a primeira missão jesuítica na região, o Sacerdote não tardou em decidir pela expansão daquela proposta, retornando a Goa, na Índia, onde era baseado e, logo em seguida, partindo rumo à China a fim de catequizar no país (Shelley, 2018, p. 311). Ao enfrentar dificuldades no caminho, Xavier, SJ, viria a falecer em uma pequena ilha no Mar do Sul da China, como afirma Boxer (2007, p. 37), mas sua morte não seria em vão. O caminho traçado por Xavier, SJ, viraria o “mapa da mina” e, não por acaso, em 1567, Portugal utilizaria esses meios para chegar à costa chinesa através de Macau — hoje oficialmente Região

Administrativa Especial de Macau⁶⁸ da RPC. Convocado, pouco tempo depois, por uma liderança religiosa local para lecionar aos chineses, o também jesuíta italiano Matteo Ricci, SJ, (1552-1610) se tornaria a epítome do catolicismo na China, onde era conhecido como *Lì Mǎdòu*⁶⁹ (Ricci, 2023). No entanto, era consenso dentro da Companhia de Jesus o quanto a dinastia Ming enxergava seu país como produtor de cultura e não receptor (Shelley, 2018, p. 312).

Missionários dominicanos e franciscanos realizaram visitas a Beijing e se demonstraram escandalizados com os métodos idealizados por Ricci, SJ, e praticados por toda Companhia de Jesus àquela altura da missão no Leste Asiático. Para Ricci, SJ, seria demasiado traumatizante apontar um pretensão ateísmo pregresso à população chinesa, uma vez que era até então muito organizada e religiosamente disciplinada, ainda que adorassem, em geral, ancestrais e não divindades bem definidas. Com isso em mente, o jesuíta ensinou ao povo chinês que o chamado “Senhor do Céu” — ou *Shangdi* —, a quem veneravam há tanto tempo, era Deus e que a adoração aos ancestrais era também um ato de disciplina social, não apenas uma doutrina religiosa, sendo fatores não mutuamente excludentes. Sendo assim, foram colecionadas as adaptações de ritos e o catolicismo praticado na China em muito pouco se parecia com o pregado pela sua liderança central. Nesse interlúdio, houve a primeira suposta invocação mariana em território chinês, quando da Rebelião do Reino Celestial Taiping, oportunidade em que fiéis clamaram por proteção divina e sobreviveram ao massacre provocado pelo incidente (Pureza, 2023), associando tal feito a Nossa Senhora de Sheshan (Romano, 2018).

3.1.2 As tensões coloniais e a perpetuação de relações diplomáticas instáveis

Após um longo período de marasmo e pequenas ondas inconsistentes de missões evangelizadoras, a eclosão das Guerras do Ópio, no século XIX, trouxe à tona uma nova etapa nas relações sino-vaticanas. Aquele trabalho, que até então era hercúleo, de lidar com o contexto local sem nenhum tipo de apoio externo tornou-se referendado pelas potências europeias que, a partir daquele momento, adentravam o território chinês e subjugavam a população local

⁶⁸ Do original, em chinês, 澳門特別行政區, a região é hoje um caso singular na prática do catolicismo em território chinês, uma vez que há um grau bastante acentuado de normalidade nessa profissão de fé, por lá liderada pela Prelazia da Santa Cruz e do Opus Dei.

⁶⁹ Transliteração do chinês 利瑪竇 (Ricci, 2023).

(Spence, 2013). Do ponto de vista dos missionários, o bônus de exercer um trabalho respaldado por seus países de origem, algo documentado nos chamados Tratados Desiguais pela cláusula de extraterritorialidade, não veio sem o ônus de serem associados pelo povo chinês ao regime semicolonial implementado na região. Um marco na expansão de missionários por todo território chinês se deu na assinatura do Tratado de Nanjing (Romag, 2019), uma consequência direta de desavenças pontuais entre os dominadores europeus e autoridades chinesas (Spence, 2013). Outros documentos de natureza similar viriam logo em seguida aprofundando a relação entre a missão católica e o imperialismo europeu em território chinês.

O agravamento da já delicada situação da soberania chinesa nos anos subsequentes — pertencentes ao famigerado Século de Humilhação (Spence, 2013) — acabaram resultando em revoltas populares. Por exemplo, fortemente identificados com um nacionalismo há muito atacado, os chamados boxers extrapolaram a postura antiocidental para um sentimento anticristão, chegando a implementar atos de violência contra cristãos sob o apoio do governo de Beijing. Daí advém a adoração à Nossa Senhora da China, ou Nossa Senhora de Donglu, invocação mariana associada à sobrevivência do povoado de Donglu, de maioria cristã (Alberto, 2023).

Acompanhando de perto todas as movimentações na região durante o processo de fim do regime imperial, a Santa Sé buscou aproximar-se da China e, mesmo com certas barreiras impostas, tratou de se posicionar de maneira estratégica. Bento XV, OFS, viria, através de carta oficial, questionar a forma como católicos chineses eram tratados pelos missionários estrangeiros. O Sumo Pontífice fez questão de pontuar a incoerência em se dizer cristão e se valer do protetorado europeu para subalternizar todo um povo.

Suponhamos que ele não se comporta plenamente como um verdadeiro homem apostólico, não pondo de lado essas intenções humanas, mas dê a entender que serve os interesses da sua pátria, obviamente todo o seu trabalho será olhado com suspeita pela população; esta facilmente será induzida a crer que a religião cristã não passa da religião de um determinado país e que a adesão a ela seria colocar-se na dependência de um Estado estrangeiro, renunciando assim à sua nacionalidade. (Bento XV, OFS, 1919, n.p.)

Foi já sob o papado de Pio XI⁷⁰ que um delegado apostólico seria enviado à China (Zhao, 2022). Monsenhor Celso Costantini chegou como um prenúncio da construção de relações mais duradouras e que pudessem até mesmo resultar no envio de um Núncio

⁷⁰ Italiano, nascido Ambrogio Damiano Achille Ratti, foi entronizado no dia 12 de fevereiro de 1922 e exerceu o papado até 10 de fevereiro de 1939, data de seu falecimento.

Apostólico para o país asiático. Em um novo empenho de aproximação, Pio XI também promoveria a distribuição de livros e orações no idioma local, a fim de alcançar o povo ainda não atingido pelas sucessivas frentes missionárias. Respondendo também a uma reclamação antiga advinda de fiéis chineses, o Sumo Pontífice consagrou os primeiros Bispos nativos. De acordo com Carletti (2008), é nesse momento que ocorre a implementação do ensino da religião cristã em determinadas escolas chinesas, deixando clara a eficácia dos movimentos diplomáticos.

3.2 A estatização do catolicismo chinês pós-revolução

À medida que a Segunda Guerra Mundial chegava ao fim, os comunistas de Mao Zedong e os nacionalistas de Chiang Kai-shek estavam frente a frente (Mason, 2017; Unzer, 2021). Em 1946-1947, uma série de ofensivas permitiu inicialmente que o “*Generalissimo*” ocupasse muitas bases comunistas, mas uma guerra de um tipo novo, uma guerra de guerrilha que revelou o gênio militar de Mao, acabaria por levar os comunistas a Beijing em 1949. Apenas alguns meses depois, toda a China estava conquistada. Chiang Kai-shek estabeleceu seu governo em Taiwan (Chang, 2018).

Em 1º de outubro de 1949, na Praça da Paz Celestial, o Presidente Mao proclama a fundação da RPC, cujo destino ele liderará, para o bem e para o mal, até sua morte em 1976. Após mais de um século de humilhações sofridas pelas nações ocidentais e pelo Japão, a nova China pretende se construir por si mesma. Mao Zedong rapidamente desencadeia uma ofensiva contra tudo o que tem caráter estrangeiro. O recuo da China em si mesma é uma atitude que ocorre de forma cíclica na história chinesa, antes em torno dos valores confucianos, em 1949 em torno dos princípios marxistas-leninistas (Unzer, 2021). Uma exceção, no entanto, será feita, pelo menos por alguns anos, para a URSS, modelada naquela do ‘grande irmão’ soviético.

Nessa perspectiva antiestrangeira e ideologia nacionalista, as missões cristãs logo se tornaram alvo da ira maoísta e foram denunciadas como agentes do imperialismo ocidental. Em nome do patriotismo, as autoridades exigiam que os laços com o exterior fossem rompidos. O governo comunista empreendeu os maiores esforços para separar os católicos chineses da Igreja universal. Logo os primeiros anos do regime já foram marcados pela erradicação de todas as instituições missionárias, não apenas como forma de perseguição a estrangeiros, mas como reforço da dialética materialista que também reprimiu o confucionismo.

3.2.1 A retórica anticomunista e o afastamento definitivo do governo maoísta

Desde o final de 1950, começou-se a falar do chamado Movimento das Três Autonomias, um conceito que, sob o pretexto de autonomia financeira, administrativa e apostólica, visa a independência da Igreja Católica chinesa em relação a qualquer nação imperialista, incluindo o Vaticano. Os católicos chineses mostraram uma forte resistência aos comunistas que tentavam uni-los a esse movimento. Em 1951, foi criado um Escritório de Assuntos Religiosos determinado a expulsar todos os missionários estrangeiros, prendendo muitos e submetendo outros tantos à tortura.

Quando as nações ocidentais chamaram de volta seus embaixadores, o Núncio Apostólico Antonio Riberi, na China desde 1946, permaneceu no local, ainda esperando que um acordo fosse possível. Apesar de ter manifestado sua oposição ao Movimento das Três Autonomias, o poder chinês orquestrou uma campanha de imprensa e obrigou os católicos a redigir petições exigindo sua expulsão. O texto da petição foi sutil, buscando apenas repatriar Monsenhor Riberi para fora das fronteiras não como representante do Vaticano, mas como um cidadão europeu cuja estadia na China não estava em conformidade com a legislação vigente.

Os católicos chineses não foram enganados, eles sabiam que a expulsão do Núncio Apostólico significava uma ruptura com Roma, especialmente porque Riberi ameaçou excomungar os católicos que assinassem pela sua expulsão da China. Colocado em prisão domiciliar por alguns meses, ele foi expulso em setembro de 1951. Após a partida do prelado, a onda de expulsões de missionários só aumentou. Em 1955, restavam apenas cerca de vinte e vale lembrar que eram por volta de cinco mil e quinhentos em 1949.

A fim de exercer seu controle sobre as religiões, as autoridades decidiram criar um organismo religioso nacional (Ndukong, 2017). Durante um congresso que reuniu em Beijing duzentos e quarenta e um delegados, foi criada, em 1957, a APCC (Jing, 2016). Rapidamente, as autoridades eclesiásticas foram submetidas a fortes pressões para aderir a essa associação, que regulamentaria a prática da fé católica segundo o princípio implementado pelo supracitado Movimento das Três Autonomias. O objetivo principal era institucionalizar a independência absoluta da Igreja chinesa em relação à Igreja universal e, portanto, se opor firmemente a qualquer interferência do Vaticano nos assuntos religiosos chineses. Muitos Bispos relatam práticas de verdadeira tortura mental para se submeterem à adesão. Alguns resistiram às

exigências do governo e foram enviados ao *láoogǎi*⁷¹, enquanto outros negociaram com o poder para salvar o que podiam.

Com relação a essa escolha dolorosa, o historiador Claude Soetens (1997, p. 103, tradução minha) escreve, em sua obra *L'Église catholique en Chine au XX^e siècle*, que:

Permanece muito difícil determinar as condições nas quais as adesões episcopais foram obtidas. Em vários casos, os interessados variaram em sua atitude, retirando seu acordo quando achavam possível fazê-lo. Outros consideraram que a colaboração era a melhor maneira de salvar a vida religiosa de seus fiéis. Foi então que a divisão dentro da comunidade católica realmente se manifestou, pois seus membros foram colocados diante de uma escolha delicada em circunstâncias muito complexas.⁷²

No final de 1957, devido à expulsão dos Bispos estrangeiros, cerca de cem assentos episcopais permaneceram vagos. Na primavera de 1958, autoridades eclesiais organizaram, em Beijing, uma sessão para estudar os problemas urgentes da Igreja na China. Uma maioria dos setenta participantes decidiu proceder com a eleição de Bispos chineses, e os comunistas deram seu acordo.

3.2.2 A Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC) como estatização da fé

No plano do Estado chinês, os assuntos religiosos são de responsabilidade de dois organismos: o Departamento de Trabalho da Frente Unida do Comitê Central do PCCh⁷³ e o Escritório de Assuntos Religiosos, órgão subordinado ao Conselho de Estado da RPC⁷⁴. Submetida a esses dois órgãos, a APCC é a linha de transmissão que permite impor à Igreja as

⁷¹ Transliteração do chinês 劳改, se trata da abreviação de *láo dòng gǎi zào* (transliteração do original, também em chinês, 劳动改造), que significa literalmente reforma pelo trabalho, é um sistema de justiça criminal que envolve o uso de trabalho penal e prisões agrícolas na RPC.

⁷² *Il reste très difficile de déterminer les conditions dans lesquelles les accessions épiscopales ont été obtenues. Dans plusieurs cas, les parties intéressées ont varié dans leur attitude, retirant leur accord lorsqu'elles le jugeaient possible. D'autres considèrent que la collaboration est le meilleur moyen de sauver la vie religieuse de leurs fidèles. C'est alors que la division au sein de la communauté catholique se manifeste réellement, ses membres étant confrontés à un choix délicat dans des circonstances très complexes.*

⁷³ Do original, em chinês, 中共中央统一战线工作部, é o departamento encarregado de reunir inteligência, gerenciar relações e angariar influência sobre indivíduos e organizações de elite dentro e fora da China continental, incluindo Hong Kong, Taiwan, Macau e outros territórios.

⁷⁴ Do original, em chinês, 中華人民共和國國務院, é constitucionalmente o mais alto órgão administrativo do país e o órgão executivo do Congresso Nacional do Povo, o topo da hierarquia do poder estatal.

diretrizes do Estado. Seu papel consiste em unir os fiéis e o clero para “espalhar o patriotismo e a salvaguarda da civilização socialista”, de acordo com seu documento fundador (Meixiu, 2019). No entanto, a APCC também deve informar aos funcionários governamentais sobre as necessidades da Igreja. Ela se subdivide em associações nacionais, provinciais e municipais e conta entre seus membros Bispos, Padres, religiosos e leigos. Sob a égide da APCC, a Igreja Católica chinesa é oficialmente “independente e autônoma” de acordo com o estabelecido pelo Movimento das Três Autonomias, que, na prática, significa a ruptura com a centralidade do Vaticano (Xiaohong, 2019). Nenhum vínculo é previsto entre a Igreja chinesa e a Igreja universal e nenhum papel é reconhecido ao Papa. Para unir os católicos da China sob uma estrutura mais aceitável para esta comunidade, foi criada, em 1992, uma nova organização, o Colégio Episcopal Católico, que é oficialmente similar à APCC, mas que na realidade lhe é subordinado. A nomeação dos Bispos, eleitos pelas diferentes circunscrições eclesiais, é da competência do Comitê Permanente do Colégio dos Bispos, que dá seu aval às ordenações episcopais no lugar da bula papal (Vatican, 2022).

Diversos documentos permitem entender a maneira como o Estado chinês tenta legitimar, aos olhos dos fiéis, as estruturas em vigor. Eles recorrem a argumentos históricos e até teológicos para justificar a autonomia, a independência ou a não interferência estrangeira, palavras-chave que retornam constantemente na leitura dos textos relativos ao catolicismo no país. Em novembro de 1980, nasceu a revista *A Igreja Católica na China*⁷⁵, publicada pela APCC. Após a infame Revolução Cultural e suas perseguições sistemáticas, o nascimento dessa revista foi recebido na China e no exterior como um sinal de liberdade recuperada, mas, como já retratado, trata-se de uma “liberdade condicional”. Os artigos principais deste primeiro número dão o tom: a independência da Igreja na China permite que ela seja uma Igreja local verdadeiramente chinesa. Xiao Xianfa (1980, n.p., tradução minha), então diretor do Escritório de Assuntos Religiosos, escreve:

A Igreja Católica da China era, no passado, controlada por países estrangeiros. Antes da libertação, havia cento e quarenta e três Dioceses e Prefeituras Apostólicas, mas apenas cerca de vinte Bispos eram chineses. Esses bispos não tinham *status*, eram dirigidos pelos outros. O catolicismo chegou à China em 1582 e foi necessário esperar até 1686 para ver um Bispo chinês. Mais duzentos anos se passaram antes da ordenação de seis Bispos chineses, que foram nomeados em lugares isolados e vilarejos pobres. Eles eram desprezados pelos Bispos estrangeiros. Antes da libertação, a Igreja na China estava dividida em esferas de influência de diferentes países

⁷⁵ Do original, em chinês, 中国天主教, que pode ser traduzido literalmente como Catolicismo Chinês.

estrangeiros, enquanto o clero chinês e os leigos estavam totalmente sem poder ou *status*.⁷⁶

Mais adiante, Xianfa lembra que a APCC visa apenas proteger os fiéis chineses do que chama de “inimigos da China”. Para aqueles que não estivessem convencidos do caráter genuinamente benevolente da política religiosa vigente, outros artigos, de tom teológico, ensinam que essa política está a serviço da própria pureza da fé. Aqui se recorre aos textos do Concílio Vaticano II para mostrar que a Igreja local (ou seja, aqui a Igreja Chinesa independente) realizaria uma comunidade de salvação perfeita, pois teria Cristo como centro. Cada Igreja local seria em si mesma a Igreja universal e não apenas uma parte dessa Igreja universal. A independência permitiria, portanto, que a Igreja Católica chinesa fosse verdadeiramente católica. Os artigos omitem, claro, especificar que o Vaticano subsistiria na Igreja local apenas na medida em que esta última estivesse em plena comunhão com a Sé de Roma, que garantiria a universalidade em questão (Xiaohong, 2019).

O discurso oficial do órgão estatal, que visa legitimar as estruturas em vigor, não variou nada desde a fundação da APCC, em 1957 (Meixiu, 2019). Um dos mais importantes documentos, destinado à comunidade internacional, é um Livro Branco sobre a liberdade religiosa na China, publicado em 16 de outubro de 1997 pelo Gabinete de Informação do Conselho de Estado (Jabbour, 2021).

As questões religiosas são administradas pelos diferentes agrupamentos religiosos, por seus Sacerdotes e fiéis. Os assuntos religiosos e os agrupamentos religiosos não estão sujeitos a nenhuma autoridade estrangeira. O governo chinês defende a gestão das questões religiosas pelas próprias religiões, de acordo com a Constituição e as leis. O princípio da independência e da iniciativa deixada às Igrejas quanto à sua gestão é uma escolha histórica feita pelos fiéis chineses de sua própria vontade. É um elemento da luta do povo chinês contra a agressão e o domínio colonialista e imperialista. Após a Guerra do Ópio de 1840, a China se encontrou-se no estado de um país semifeudal e semicolonial. Alguns missionários defenderam o uso da força pelas potências ocidentais a fim de obrigar o governo Qing a abrir os portos, alegando que apenas a guerra poderia abrir a China ao cristianismo. Enquanto desempenhavam esse papel pouco glorioso na história moderna da China, o catolicismo e o protestantismo ocidentais manipulavam e controlavam as Igrejas chinesas, reduzindo-as a meros

⁷⁶ *The Catholic Church in China was once controlled by foreign countries. Before liberation, there were one hundred and forty-three dioceses and apostolic prefectures, but only about twenty bishops were Chinese. These bishops had no status and were ruled by others. Catholicism arrived in China in 1582, and it was not until 1686 that a Chinese bishop was appointed. Another two hundred years passed before six Chinese bishops were ordained, who were appointed in isolated places and poor villages. They were despised by the foreign bishops. Before liberation, the Church in China was divided into spheres of influence of different foreign countries, while the Chinese clergy and laity were completely without power or status.*

anexos das congregações religiosas e das sociedades missionárias ocidentais.⁷⁷
(Support, 1997, online, n.p., tradução minha)

A evocação das humilhações passadas retorna como um motivador em todos os textos e discursos oficiais relativos à Igreja na China. Como tem sido aqui debatido, essa lembrança faz parte de um plano minuciosamente estabelecido. Após isso, o Livro Branco afirma, por sua vez, o caráter verdadeiramente universal do catolicismo chinês. “Quanto às crenças religiosas, o catolicismo chinês é o mesmo que se encontra em qualquer outro lugar do mundo. Quanto à administração da Igreja, todos os assuntos internos dependem das decisões tomadas pela Igreja Católica da China, de maneira independente” (Support, 1997, online, n.p., tradução minha). Assim redigido, o texto sugere que a Igreja Católica oficial da China goza de plena liberdade. Na realidade, a estrutura da APCC, imposta pela Constituição e pelas leis, é apenas um instrumento nas mãos do PCCh, que visava, a longo prazo, qualquer ingerência religiosa estrangeira. Tudo isso corresponde à implementação de um programa elaborado no final dos anos 50. Um documento dessa época, emanado do Comitê Central do PCCh, revela com que propósito foi criada a APCC e até que ponto a manobra é refletida. De maneira precisa, estavam previstas as diferentes etapas que fariam com que a Igreja fosse relegada ao esquecimento (Zen; Porfiri, 2017).

Trata-se, primeiramente, de um princípio tático: é necessário evitar atacar frontalmente a comunidade fiel, pois é de dentro que o controle do Estado deve ser exercido. Engajar-se em um ataque frontal e atacar a Igreja abertamente só teria o efeito de fortalecer seu controle sobre as massas, pois estas sentiriam simpatia pela Igreja e apoiariam suas atividades contrarrevolucionárias. Isso deveria ser evitado porque os responsáveis pela Igreja seriam considerados mártires. Portanto, o PCCh optou por se engajar em uma batalha dialética no próprio coração da religião. Esse controle interno passou a ser exercido pela APCC (López, 2020; 2021).

⁷⁷ *Religious affairs are managed by the various religious groups, their priests and followers. Religious affairs and religious groups are not subject to any foreign authority. The Chinese government advocates the management of religious affairs by the religions themselves, in accordance with the Constitution and the laws. The principle of independence and the initiative left to the churches in their management is a historical choice made by the Chinese faithful of their own free will. It is an element of the Chinese people's struggle against colonialist and imperialist aggression and domination. After the Opium War of 1840, China found itself in a semi-feudal and semi-colonial state. Some missionaries advocated the use of force by the Western powers to force the Qing government to open its ports, arguing that only war could open China to Christianity. While playing this less than glorious role in China's modern history, Western Catholicism and Protestantism manipulated and controlled the Chinese Churches, reducing them to mere annexes of Western religious congregations and missionary societies.* Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/Freedom/f-4.htm>

Na perspectiva do governo central chinês, a criação da APCC teria a vantagem de fazer aparecer na superfície os elementos reacionários, ou seja, aqueles que querem permanecer submetidos ao papa. Eles “devem ser tratados como criminosos antipatrióticos submetidos às diretrizes imperialistas do Vaticano” (Meixiu, 2019, p. 114, tradução minha), segundo pronunciamentos de lideranças da APCC. A divisão entre os católicos chineses, provocada pela implementação da APCC, não apenas era prevista, mas desejada pelo regime, a fim de separar os irreconciliáveis dos responsáveis mais facilmente manipuláveis (Zen; Porfiri, 2017).

Uma vez que os dissidentes foram identificados e afastados, sob o pretexto de obediência às leis, as novas estruturas permitiriam cortar os laços com Roma e, portanto, estabelecer responsáveis submissos ao poder central do PCCh. A reação do Vaticano era prevista, mas também controlada, visando não atingir todos os fiéis, que continuarão a praticar sua fé no quadro imposto. A ideia principal estava focada na hipótese de que os protestos formulados pelo Vaticano contra as consagrações de bispos só atingiriam a hierarquia da Igreja e, conseqüentemente, a ruptura entre a Igreja Católica na China e o Vaticano só seria importante aos olhos dos teólogos estudiosos da área.

Para conquistar os teólogos, seria necessário elaborar um discurso visando legitimar a ruptura, se utilizando de todos os argumentos possíveis para obter a adesão dos intelectuais católicos à ideia de que a ruptura com o Vaticano representava um progresso e não um retrocesso. Entre esses argumentos, a recordação dos laços existentes outrora entre os missionários e as nações imperialistas permitiria mostrar que a ruptura com Roma é em benefício da pureza da fé, como uma espécie de cisma natural.

O objetivo perseguido, confessado no final do documento fundador da organização, consiste em usar a APCC para acelerar ao enfraquecimento da fé cristã confinando-a à esfera privada, sob o pretexto de proteção das atividades religiosas:

Sabemos bem que uma prática religiosa dependente apenas da responsabilidade individual e dos sentimentos pessoais é esquecida em pouco tempo e finalmente desaparece. Uma nova geração sucederá à antiga e as religiões representarão apenas um elemento do passado, algo digno de ser mencionado nos livros de história.⁷⁸ (Meixiu, 2019, p. 110, tradução minha)

Um equívoco deve ser evitado quando se fala da Igreja Católica na China: aquele que consiste em caracterizá-la como Igreja patriótica. Estaria se falando, então, de Sacerdotes, Bispos ou

⁷⁸ We know very well that a religious practice that depends only on individual responsibility and personal feelings is forgotten in a short time and finally disappears. A new generation will succeed the old one and religions will represent only an element of the past, something worthy of being mentioned in history books.

fiéis patrióticos, deixando supor que eles endossam a política em vigor, o que está longe de ser o caso para a maioria deles. Seria mais conforme à realidade e à legislação falar de uma Igreja Católica submetida à APCC. Submissão que não significa aqui consentimento, mas sim o fato de estar abaixo em uma hierarquia verticalizada e que sempre culmina na cúpula do PCCh.

3.3 As nomeações episcopais no epicentro do embate

3.3.1 A gradual aproximação entre Francisco e Xi Jinping

Um dos eventos mais importantes para a Igreja Católica na China, embora tenha passado um tanto despercebido, foi a publicação, em 15 de junho de 1926, da carta apostólica *Ab Ipsis Pontificatus Primordiis*⁷⁹, do Papa Pio XI. Ela foi dirigida a “todos os Vigários Apostólicos e Prefeitos que trabalham na China, contra algumas opiniões enganosas entre as pessoas em relação ao trabalho missionário da Igreja”.

Com este documento, o Papa Pio XI tinha três objetivos: i) esclarecer alguns mal-entendidos sobre a Igreja; ii) criticar o envolvimento de alguns missionários na política e apoiar o amor pelo próprio país; e iii) apontar os deveres do governo civil chinês para com seus cidadãos, incluindo os fiéis religiosos, pondo fim ao patrocínio civil especial sobre as missões católicas, exercido principalmente pela França na época (Guopeng, 2019). O patrocínio civil permitia ao país europeu um domínio burocrático sobre as viagens e outras atividades dos missionários católicos dentro da China. Com uma história que remonta ao meio do século XVII, o fim desse *status* especial demorou a acontecer e foi lento para ter efeito. Mas a mudança sinalizou uma nova era para as missões católicas e um passo importante para o desenvolvimento de uma Igreja local mais autônoma e amadurecida (Chang, 2018).

O fator China desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento das relações bilaterais entre a Santa Sé e Taiwan, à exceção do período que se estendeu de 1949 a 1978. Isso se deveu, principalmente, ao fato da China continental, sob a liderança de Mao Zedong, estar envolvida em uma série de purgas políticas e movimentos sociais, negligenciando tais fatores “minoritários”. Consequentemente, a falta de abertura para o diálogo (Santini, 2003) tornou a

⁷⁹ “Desde o Início do Pontificado, em tradução literal. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_28021926_rerum-ecclesiae.html

era maoísta (1949-1976), bem como seus anos imediatamente posteriores, um terreno infértil para o contato prolífico entre Beijing e a Santa Sé (López, 2020; 2021).

A maré virou quando Deng Xiaoping, que liderou o país entre 1978 e 1992, lançou a Política de Portas Abertas. A Santa Sé iniciou, então, negociações com Beijing, a partir das quais as relações triangulares — China-Santa Sé-Taiwan — começaram a se desenvolver, substituindo as relações bilaterais até então exclusivas. Desde o reinício das negociações sino-vaticanas, Beijing tem exigido o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan como condição *sine qua non* para formalizar qualquer ponte diplomática. Assim, pode-se argumentar que o problema central — ou ao menos um importante problema — das relações sino-vaticanas advém da pequena província rebelde.

Como debatido anteriormente, o conflito de autoridade tem sido um tema tradicional das relações entre religião e Estado nos últimos quatro séculos na China. Ao longo do século XX, posicionamentos no campo do idealismo religioso, incluindo o catolicismo, entraram em rota de colisão com o materialismo dialético do marxismo-leninismo (Bento, 2017) e do pensamento maoísta (Leung, 1992). A abordagem dialética do PCCh para a “política de liberdade religiosa” deixa a impressão para a maioria dos observadores externos de que a liberdade religiosa prevalece na China, assim como no Ocidente. No entanto, o controle das organizações religiosas, incluindo a Igreja Católica na China, tem sido praticado desde Mao Zedong até Xi Jinping, enquanto o grau de controle depende do clima político (Leung 2005, 894-913, tradução minha).

Herança direta da mudança de poder supracitada, as relações entre Taiwan e Santa Sé têm Estado constantemente sob ameaça vinda da RPC, especialmente desde 1978. Isso se deve ao fato de que um dos objetivos de Beijing ao negociar com o Vaticano é o rompimento das relações diplomáticas entre Taiwan e mais um dos já poucos Estados no mundo que as mantêm. Isso causaria um duro golpe no Estado insular, ao isolá-lo ainda mais da comunidade internacional e, eventualmente, forçá-lo à mesa de negociações para conversas de unificação. Taipé perdeu sua cadeira na ONU em 1971, sendo substituído pela RPC. Isso não significa que Taiwan deixou de gozar seu direito legal de estabelecer relações diplomáticas com os Estados-membros da ONU como um Estado soberano ou de participar de qualquer organização internacional com requisitos de adesão que incluem o reconhecimento de soberania estatal, mas tornou o cenário muito mais instável. Essa reformulação também abriu uma verdadeira enxurrada de representações diplomáticas sendo transferidas de Taipé para Beijing.

Antes de Taiwan sair da ONU, havia a possibilidade de que pudesse manter sua cadeira na organização se Chiang Kai-shek tivesse se demonstrado propenso a aceitar a representação dupla, seguindo os exemplos das Coreias do Norte e do Sul e das Alemanhas Oriental e Ocidental, conforme sugerido por Washington. Devido à intransigência de Chiang com relação à manutenção de “uma só China”, a política externa inflexível e emocional de Taipé resultou na supracitada perda em massa de relações bilaterais. Frustrados pelo isolamento imposto por Beijing, parte dos cidadãos de Taiwan exigem que o governo busque formas e meios de se reintegrar à comunidade internacional para uma participação ativa e significativa. Assim, os líderes políticos de Taiwan precisam refletir o desejo dessa parcela populacional e afrouxar a pressão vinda de Beijing. Ma Ying-jeow, do Partido Nacionalista Chinês, em seu discurso de posse presidencial de 2008, clamou pelo fim do isolamento da ilha (Pullella, 2018b).

Uma potencial perda do relacionamento diplomático com a Santa Sé, ainda que não represente significativa mudança no cenário cotidiano taiwanês, seria um revés considerável na política externa do Partido Democrático Progressista (PDP), uma vez que se trata do partido no poder desde 2016. Foram dois mandatos consecutivos de Tsai Ing-wen, bastante conectada ao desenvolvimento econômico, sucedidos pela recente eleição de Lai Ching-te, um político bastante alinhado ao movimento independentista e observado de perto pelas autoridades chinesas.

Há uma percepção recente de que o valor da religião, em geral, incluindo o catolicismo, tem diminuído na China. Há, também, sinais que mostram que a liderança de Beijing não deseja ter uma aliança e cooperação próximas com religiões que detém potencial de mobilização social elevado. Na campanha nacional de construção da moralidade durante a administração de Hu Jintao, presidente chinês de 2003 a 2013, líderes religiosos na China foram solicitados a promover apenas o desenvolvimento econômico e a harmonia social, mas não a construção de moralidade socialista. Pode-se dizer que, até mesmo através de exemplos no governo Xi Jinping, a RPC tem priorizado o confucionismo como meio para propagar sua moralidade. Em outras palavras, tem sido recorrente o reforço à autoridade do PCCh ao promover valores confucionistas como lealdade ao Estado, devoção à família e virtudes públicas e privadas (Guo apud Mello, 2021, online). Partindo do princípio de que tal movimento filosófico não se equipara a uma religião, é mais importante ainda estabelecer que o confucionismo é apenas um elemento na eclética mistura de características da China contemporânea (Giunipero, 2019). Tal escolha é um forte indicativo de que a China gostaria de manter uma distância segura da

religiosidade, a fim de evitar um choque sobre a autoridade de ensino entre o materialismo dialético do marxismo-leninismo e o idealismo religioso.

3.3.2 O Acordo Provisório de 2018 e as subsequentes conturbadas renovações

No dia 22 de setembro de 2018, em Beijing, durante uma reunião entre o Monsenhor Antoine Camilleri, Subsecretário para as Relações da Santa Sé com os Estados, e Wang Chao, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, respectivamente Chefes das Delegações da Santa Sé e da China, foi assinado o chamado Acordo Provisório Sobre Nomeações Episcopais na China, questão que já vinha há décadas se demonstrando central na continuidade do aprofundamento das relações entre o governo chinês e o papado (Kim-kwong, 2019).

O acordo é, sem sombra dúvidas, um primeiro fruto importante desse diálogo promissor encabeçado por Francisco e seu Cardeal Secretário de Estado, Pietro Parolin, que abre caminho para um novo tipo de relacionamento interestatal (Menichetti, 2022). Os termos do documento, renovado bienalmente, são mantidos sob absoluto sigilo, porém, é possível fazer algumas observações externas sobre o documento, geralmente e justamente chamado de “histórico”, e esboçar, de maneira indutiva, os pontos que as partes tentaram abordar (Díaz-Mayordomo, 2021). A maior perspectiva da contribuição imediata está no campo do CDC. Nesse contexto, as fontes jurídicas predominantes são: i) o próprio CDC, promulgado por João Paulo II em 1983; ii) o acordo diplomático mencionado acima e outros possíveis sobre o assunto aqui recortado, entre a RPC e a Santa Sé, como os que podem conter disposições que vão além daquelas do Código mencionado, até mesmo contradizendo-o, mas dentro dos limites estabelecidos pela mesma regulamentação; e iii) O Direito Constitucional da Igreja Católica, que, embora não tenha uma “Constituição” formal — uma vez que foi frustrada a tentativa proposta da *Lex Ecclesiae Fundamental*⁸⁰ há cerca de quarenta anos —, possui uma constituição material baseada no *direito divino* estabelecido, segundo a teologia católica, por Jesus Cristo, contra o qual seria impensável ir.

Esta subseção se propõe, assim, a destacar elementos úteis para uma normalização jurídica satisfatória, tanto para o Estado quanto para a Igreja, sobre suas relações recíprocas, especialmente em relação à nomeação de Bispos na China (Díaz-Mayordomo, 2021). As

⁸⁰ Lei Fundamental da Igreja, em tradução literal, se trata de uma iniciativa que abarcaria todo o CDC, possui inspiração nos resultados do Concílio Vaticano II e frequentemente retorna ao debate institucional.

seguintes considerações se desdobram em níveis distintos, mas intrinsecamente interligados, como o alcance do acordo assinado, a validade, a legitimidade e a adequação dos Bispos na terra de Confúcio (Yanli, 2019).

A extrema confidencialidade desejada pela Santa Sé e pela RPC sobre o acordo por elas firmado em Beijing não impede que sejam captados alguns aspectos relevantes dele, levando em consideração, de modo particular, seu contexto. Antes de tudo, é importante destacar que as partes signatárias são dois sujeitos de Direito Internacional, independentemente do reconhecimento formal mútuo e do estabelecimento de plenas relações diplomáticas entre elas, que, no fundo, parece ser a meta do processo iniciado.

Dessa premissa deriva a posição paritária das partes, absolutamente não comparável àquela assimétrica que se configura entre um Estado e uma confissão religiosa diferente da católica. Acordos desse tipo permanecem dentro do ordenamento que os produziu, não se colocando no plano internacional e, portanto, superior das relações entre ordenamentos independentes e soberanos, como ocorreu no caso em questão. No respeito da posição paritária, acima mencionada, nenhum dos dois signatários reivindicou para si o princípio da preeminência: a Santa Sé não apelou para *direitos divinos*, embora consciente de não poder derogá-los, por motivos teológicos, e a RPC renunciou, ainda que parcialmente, ao princípio de sua autoridade exclusiva também em matéria religiosa dentro de sua entidade estatal (Santa Sé, 2022).

Outro aspecto relevante diz respeito à identificação dos dois sujeitos contratantes. De um lado da relação, figura a Santa Sé que tem a subjetividade jurídica internacional de toda a Igreja Católica, incluindo a presente na China, e não o Vaticano (Comunidades, 2023). A Sé Apostólica é um sujeito original, único em seu gênero, não de natureza estatal, embora se valha também do Estado da Cidade do Vaticano, mas de forma apenas instrumental, para a proteção de sua liberdade no exercício de sua missão soberana e independente de outras autoridades humanas. Do outro lado, figura a República Popular da China, que age através de seu governo, mas em representação de todo o Estado, sem limitar sua responsabilidade a esse poder executivo (China, 2022; Santa Sé, 2022).

A natureza do acordo é a de um tratado bilateral no plano do Direito Internacional. Seu caráter contratual, porém, é peculiar, porque diz respeito a pessoas dependentes de ambas as autoridades signatárias: são cidadãos pertencentes à RPC, mas são fiéis que seguem a Igreja Católica. Além disso, devido à indisponibilidade consolidada da Sé Apostólica, o tratado

firmado não admite recurso a árbitros superiores, conforme previsto pelo CDC, que afirma categoricamente a impossibilidade de o Papa ser julgado por alguém.⁸¹

O procedimento seguido, de provisoriedade, é o típico para esse tipo de relações que admitem negociações, a assinatura dos plenipotenciários no acordo alcançado, eventuais ratificações e, finalmente, a data da entrada em vigor. É o próprio comunicado oficial da Santa Sé que faz referência às negociações, ocorridas sem intermediários, com as seguintes expressões: “No quadro dos contatos entre a Santa Sé e a RPC, que estão em andamento há algum tempo para tratar de questões eclesiais de interesse comum.” O mesmo comunicado continua dizendo que “[...] o referido Acordo Provisório, que é fruto de uma aproximação gradual e recíproca, é celebrado após um longo processo de tratativa ponderada.”

É presumível que o tratado tenha entrado em vigor na data da assinatura, 22 de setembro de 2018 (Shijiang, 2019), sem previsão de ratificações, com base em uma aprovação prévia da autoridade suprema de cada uma das partes envolvidas. Deve-se esclarecer a esse respeito que, para a Santa Sé, não é concebível uma ratificação após a aprovação de órgãos legislativos, porque o Sumo Pontífice possui todos os três poderes: legislativo, executivo e judiciário. No que diz respeito à RPC, é importante lembrar que, com as emendas à sua Constituição de 1999, foi introduzido o princípio da *rule of law*. Isso resultou em uma considerável produção legislativa, mas toda essa produção deve ser enquadrada no ordenamento próprio do país mais populoso do mundo, onde a lei, por sua vez, é considerada um instrumento de ação política do PCCh e da ação ordinária do governo, que podem agir legitimamente acima da lei, ao contrário do que ocorre nas democracias liberais. Consequentemente, não é necessária uma ratificação autorizada por sua aprovação prévia pelo poder legislativo (Shijiang, 2019).

O acordo foi qualificado como provisório, um adjetivo ambivalente que, dependendo das interpretações, pode ter um significado reducionista, pela instabilidade que implica, ou pode indicar um sentido positivo, pois aponta um ponto de partida e não de chegada, uma etapa de um processo que tende a se desenvolver ainda mais (Zhao, 2023). Fato é que o comunicado supracitado, após sinalizar que o acordo prevê avaliações periódicas sobre sua implementação, continua:

É desejo compartilhado que tal acordo favoreça um frutífero e visionário caminho de diálogo institucional e contribua positivamente para a vida da Igreja Católica na China, para o bem do povo chinês e para a paz no mundo.

⁸¹ Do original, em latim, *Prima Sedes a nemine iudicatur*.

A provisoriedade se mostra justificada também por outros elementos que entram em jogo na nomeação dos Bispos. Em primeiro lugar, a reorganização administrativa das dioceses às quais estes são designados (Shih, 2017). Na China, existe uma dupla lista de circunscrições eclesiais - 139 para a Santa Sé, menos de 100 para o Estado - e uma configuração geográfica diferente das mesmas. Para a Sé Apostólica, a estrutura territorial estabelecida pela constituição apostólica *Quotidie Nos*⁸² permaneceu substancialmente inalterada, enquanto para o governo chinês valem as modificações feitas pela autoridade estatal do país ao longo de cerca de meio século. Sobre isso, não parece difícil encontrar um acordo futuro entre as duas partes, mas ele deverá levar em consideração diferentes aspectos e interesses, dependendo da perspectiva de referência: estatal e/ou eclesial, que nem sempre coincidem.

Um elemento importante nesse sentido, e que suscita boas expectativas para soluções futuras, é representado pelo anúncio da Santa Sé, feito simultaneamente ao do acordo sobre a nomeação dos Bispos: do estabelecimento da diocese de Chengde sob a égide da autoridade papal, ainda que, certamente, em consonância com o governo chinês — embora isso não seja mencionado na nota publicizada pelo Vaticano (Parolin, 2023a; 2023b). A nova Diocese tem como líder um dos Bispos oficiais readmitidos à plena comunhão com Roma, conforme nota informativa de 22 de setembro de 2018, que até agora é Secretário da Conferência Nacional dos Bispos Católicos da China — organismo não reconhecido pela Santa Sé. A notícia foi assim comunicada:

No desejo de promover o cuidado pastoral do rebanho do Senhor e para atender mais eficazmente ao seu bem espiritual, o Sumo Pontífice decidiu constituir, na China Continental a Diocese de Chengde, sufragânea de Beijing, com sede episcopal na Igreja Catedral de Jesus Bom Pastor, situada na Divisão Administrativa de Shuangluan, cidade de Chengde.

O entendimento alcançado versa sobre a nomeação dos Bispos (Parolin, 2023a). No momento, nada mais se sabe sobre o conteúdo. Mas pode-se deduzir que essas nomeações dependem do consenso sobre os candidatos das duas autoridades soberanas, a RPC e a Santa Sé, sendo reservada ao Pontífice a última palavra, como afirmado pelo próprio Papa Francisco: “As coisas se fazem em diálogo, mas nomeia Roma, nomeia o Papa [...]”, através do mandato pontifício prévio à ordenação episcopal (Hairuo; Mingming, 2022). Esse ato jurídico é essencial para a licitude da consagração, para a entrada do nomeado no Colégio Episcopal presidido pelo

⁸² Bula do Papa Pio XII, de 11 abril de 1946, que, entre outras coisas, elevou parte do território referido à Diocese de Jinzhou.

Papa e para a missão canônica⁸³, que especifica o mandato de reger uma determinada circunscrição eclesiástica ou outro ofício, uma vez que não se admitem ordenações absolutas, desprovidas de serviço pastoral na Igreja.

Tudo indica que o acordo não prevê que outros sujeitos estejam envolvidos no processo para as nomeações mencionadas. Isso vale especialmente para a APCC, que até pouco tempo teve considerável influência na escolha dos candidatos ao episcopado no gigante asiático. Caso essa Associação ainda tenha título jurídico, mesmo que reduzido, para intervir nos processos de nomeações em questão, será possível inferi-lo das modalidades de elevação de novos presbíteros à dignidade episcopal. Mas, presumivelmente, qualquer título desse tipo pode ser excluído.

Não se deve deixar de destacar o que foi declarado pelo Secretário de Estado do Papa, Cardeal Pietro Parolin (apud Benjumea, 2018, n.p., tradução minha), ao comentar o acordo firmado:

Ele reveste grande importância para a vida da Igreja Católica na China e para o diálogo entre a Santa Sé e as autoridades civis daquele país, mas também para a consolidação de uma ordem internacional de paz. Para que desfrutem de condições de maior liberdade, autonomia e organização e encontrem a unidade superando os mal-entendidos do passado, inclusive do passado recente, em um espírito de reconciliação. Pela primeira vez após muitas décadas, hoje todos os Bispos na China estão em comunhão com o Bispo de Roma.

3.4 Esperanças de diálogo colocadas à prova através da circunvizinhança chinesa

3.4.1 O budismo tibetano e a nova postura do papado frente ao Dalai Lama

Em pouco mais de dez anos, budistas de diversas origens foram recebidos no Vaticano, desde os da Mongólia até os da Tailândia (Colli, 2019). Mais recentemente, o Papa cumprimentou budistas japoneses e taiwaneses, pregando a importância do diálogo inter-religioso, mas ainda não há lugar para o Dalai Lama⁸⁴ neste círculo (Sanchez, 2015). O tibetano, líder budista mais seguido em todo o planeta, símbolo de paz e historicamente emblema

⁸³ Do original, em latim, *missio canonica*.

⁸⁴ Do original, em tibetano, ཏཱ་ལའི་བླ་མ་, este trabalho se refere especificamente ao 14º Dalai Lama, nascido Lhamo Thondup e com nome espiritual de Jetsun Jamphel Ngawang Lobsang Yeshe Tenzin Gyatso.

corajoso de todo um povo que alega sofrer perseguição por parte do governo da China continental, já nem sequer pede audiência. De qualquer forma, o Papa Francisco provavelmente seguiria se esquivando de tal encontro, ao contrário do que fizeram os seus antecessores. A mais provável causa é que o argentino não quer estragar as relações diplomáticas com Beijing.

Desde que partiu para o exílio, o atual Dalai Lama continua a promover discursos que pregam a harmonia e a paz a partir de Dharamsala, na Índia, onde boa parte da população é constituída por seguidores seus e de onde repete que

O Tibete passou por grandes dificuldades, mas tentamos preservar a nossa cultura e tradições budistas em benefício dos povos chinês, mongol e tibetano. Ao mesmo tempo, o interesse pelo Ocidente cresceu e os cientistas estavam ansiosos por aprender sobre o funcionamento interno da mente e das emoções. Pretendo continuar fazendo o que puder nas próximas décadas.

Desde que chegou ao trono papal, Francisco trancou as portas ao Dalai Lama e tentou de todas as maneiras evitá-lo. Até agora, ele nunca quis recebê-lo, embora seja o líder de um povo sob o domínio da China e as pautas de Direitos Humanos estejam entre as prioritárias do Pontífice. Para não ofender o frágil diálogo em construção com governo chinês, até agora nenhuma voz no Vaticano se levantou para denunciar as perseguições no Tibete, desde 2013 (Shih, 2017). Há alguns anos, em entrevista ao periódico italiano *La Repubblica*, o secretário do líder budista, Tenzin Tethong, foi direto ao ponto dizendo: “O Papa Francisco recusa receber o nosso líder porque está negociando com Beijing o reconhecimento dos Bispos de Roma”. Completando ainda que “[...] a *realpolitik*⁸⁵ de Francisco sempre prevaleceu sobre a defesa dos Direitos Humanos no Tibete”.

Anteriormente, Bento XVI, no entanto, expressou repetidas vezes “tristeza e dor diante do sofrimento de tantas pessoas” (Bento XVI, 2023) no Tibete e desejou que o caminho do diálogo fosse escolhido. “Com a violência os problemas pioram”, disse Bento XVI. Karol Wojtyła fizera o mesmo quando convidou Dalai Lama para cúpula de líderes religiosos, em Assis, em meio a um período de grande violência na região.

Acompanho com grande apreensão as notícias que chegam do Tibete nos últimos dias. O coração de meu Pai sente tristeza e dor diante do sofrimento de tantas pessoas. Convido você a se juntar a mim em oração. Pedimos a Deus Todo-Poderoso, fonte de luz, que ilumine a mente de todos e dê a todos a coragem de escolher o caminho do diálogo e da tolerância.

⁸⁵ Abordagem de conduzir políticas diplomáticas com base principalmente em considerações de circunstâncias e fatores dados, em vez de seguir estritamente premissas ideológicas, morais ou éticas. Sendo assim, ela compartilha aspectos de sua abordagem filosófica com aqueles do realismo e do pragmatismo.

Ainda perpassando as complexas relações sino-vaticanas, uma delegação de mais de cem monges budistas taiwaneses, pertencentes à Associação Unida do Budismo Humanista⁸⁶, foram recebidos pelo Papa Francisco, juntamente com o delegado da Igreja Católica em Taiwan, por ocasião da sua peregrinação educativa inter-religiosa a os lugares sagrados da religião católica.

A sua visita, que definem como uma peregrinação educativa, representa uma oportunidade valiosa para fazer avançar a cultura do encontro, na qual corremos o risco de nos abrir aos outros, confiando em descobrir neles amigos, irmãos e irmãs, e em assim aprendermos e descobrimos mais sobre nós mesmos. Na verdade, ao experimentar os outros na sua diversidade, somos encorajados a sair de nós mesmos e a aceitar e abraçar as nossas diferenças. (Vaticano, 2023, online)

Aos monges budistas das escolas *Theravada*⁸⁷ e *Mahayana*⁸⁸, por ocasião do quinquagésimo aniversário do histórico encontro do décimo sétimo Patriarca Budista Supremo da Tailândia⁸⁹ com Paulo VI, em 5 de junho de 1972, Bergoglio, SJ, falou em profusão sobre a importância do diálogo e a colaboração entre as duas tradições religiosas (Jie, 2017).

3.4.2 A estratégica nomeação cardinalícia do honconguês Stephen Chow Sau-yan, SJ

No último dia 9 de julho, após celebrar o Angelus, oração que remete ao momento da Anunciação do Anjo Gabriel a Maria e é realizada dominicalmente na Praça São Pedro, o Papa Francisco anunciou um Consistório para a criação de 21 novos Cardeais. A informação da assembleia cardinalícia, que ocorrerá no dia 30 de setembro, chegou como uma considerável surpresa mesmo para os vaticanistas mais atentos. Francisco tem promovido reformas estruturais relevantes (Miranda, 2017) em uma Igreja que cada vez tem mais dificuldade em

⁸⁶ Levantando o mote de promoção da paz mundial, esta associação budista taiwanesa realiza frequentes peregrinações a fim de manter ativo o diálogo inter-religioso (Colli, 2019).

⁸⁷ Transliteração do páli थेरवाद, é o nome da escola mais antiga do budismo ainda existente. Os adeptos deste segmento seguem versão direta dos ensinamentos de Siddharta Gautama (Bueno, 2021).

⁸⁸ Transliteração do sânscrito महायान, é um termo utilizado para classificar amplo grupo de tradições, textos, filosofias e práticas budistas desenvolvidas na Índia antiga (século I AEC em diante) (Bueno, 2021).

⁸⁹ Também chamado de Sangharaja, transliteração do tailandês สังฆราช, é o chefe da ordem dos monges budistas na Tailândia (Bueno, 2021).

manter sua relevância de outrora, mas poucos poderiam apostar que em uma só tacada o Sul Global viria com tanta força ao Colégio de Cardeais.

Em meio à longa lista de nomes anunciados, incluindo latinos, africanos e asiáticos em profusão — comparando-se com outros momentos recentes da Igreja —, um prelado chamou atenção especial: o honconguês Stephen Chow Sau-yan, SJ. Sua escolha foi acolhida com imensa alegria em Hong Kong, bem como em muitas comunidades católicas na China continental (Spadaro, 2023b).

O jesuíta, de 64 anos, é atualmente Bispo da Diocese de Hong Kong desde 2021, quando o próprio Papa Francisco o incumbiu do cargo através das mãos do célebre Cardeal e Bispo emérito, também honconguês, John Tong Hon. Sua ascensão ao posto veio no difícil contexto construído em Hong Kong através da Lei de Segurança Nacional imposta por Beijing a fim de desbaratar o movimento pela democracia, oficialmente chamada de Lei da República Popular da China sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional na Região Administrativa Especial de Hong Kong⁹⁰. Após o anúncio papal do dia 9 de julho, a Diocese emitiu uma declaração exortando os fiéis a continuarem a rezar pelo futuro Cardeal e pelas lutas diárias daquela região.

De acordo com portais de notícias que buscam manter informadas as comunidades católicas da China continental, o anúncio virou manchete com um tom de felicidade “em dose dupla”, pois, há alguns dias, Stephen Chow, SJ, já havia sido nomeado como membro do Sínodo. Essa decisão é de suma importância para o atual momento das relações sino-vaticanas, uma vez que, apesar da renovação do Acordo Provisório entre as partes acerca das nomeações episcopais, nenhum prelado da China continental está autorizado a viajar a Roma para este evento.

Chow, SJ, é visto por especialistas como um dos religiosos de Hong Kong mais empenhados na construção de pontes com Beijing. Além de ter realizado recente viagem à capital chinesa, a primeira visita oficial de um Bispo de Hong Kong desde que o território foi devolvido pelo Reino Unido à China, em 1997, o provincial jesuíta sabidamente mantém contato com membros da Igreja na China continental. Apesar disso, o portal oficial de notícias da APCC não divulgou a notícia de imediato.

Apesar das altas expectativas pela construção de um novo cenário, Dom Stephen Chow, SJ, será o quarto Cardeal na história de Hong Kong. Dois ainda estão vivos: o sempre combativo Joseph Zen Ze-kiun, SDB, (1932-) e o supracitado John Tong Hon (1939-). O primeiro de todos,

⁹⁰ Do original, em chinês, 中华人民共和国香港特别行政区维护国家安全法, trata-se de legislação aprovada em 2020 pelo PCCh. Entre outros, estabeleceu quatro crimes específicos: separatismo, subversão, terrorismo e conspiração com organizações estrangeiras. Qualquer discurso aberto, promoção verbal ou intenção de independência de Hong Kong em relação à China também é considerado um crime.

John Baptist Wu Cheng-chung, criado Cardeal por João Paulo II em 1988, faleceu em 2002 (Jiang, 2017; Jie, 2017).

Cauteloso por natureza, Chow, SJ, está firmemente convencido da importância de evitar maiores segregações. No entanto, nos últimos meses, ele não se esquivou das dificuldades que Hong Kong enfrenta hoje. Em artigo publicado no fim de 2022 pelo periódico diocesano *Sunday Examiner*, ele reconheceu a mudança da situação, motivando os fiéis a “serem tão resilientes quanto a grama” e agirem “rompendo as rachaduras” (Campisi; Donnini, 2022).

Na sua última mensagem de Páscoa, Chow, SJ, mencionou as mais de seis mil detenções relacionadas com os protestos pró-democracia de 2019 e expressou corajosamente a esperança de que “os que estão na prisão possam ver a luz um dia”. Vale lembrar que uma das prisões recentes que mais chamou atenção, ainda que tenha sido relativamente curta, foi do próprio Cardeal Joseph Zen Ze-kiun, SDB, (Encontro, 2023) que foi pego em meio aos protestantes de rua e teve sua liberação condicionada a uma série de comprometimentos e sua idade avançada — 91 anos.

Também em vista disso, sua nomeação assume um significado particular para Hong Kong. O anúncio da nomeação do Bispo Stephen Chow, SJ, como Cardeal é importante porque a cidade e a Diocese de Hong Kong vivem um dos momentos mais difíceis da sua história. Esta nomeação indica que o Papa e a Santa Sé estariam próximos e atentos ao Bispo, à Diocese e ao povo daquela região.

O silêncio do Papa diante das detenções e repressões promovidas pela Lei de Segurança Nacional ofendeu muitos católicos. Também o longo hiato antes da nomeação do novo Bispo — a Diocese de Hong Kong estava vaga há quase três anos — foi visto com grande preocupação pela comunidade católica da região. Com a sua escolha, o Pontífice indica que Hong Kong ocupa um lugar importante entre as suas prioridades, tal como o repercutido e caloroso encontro com o Cardeal Zen, no dia 6 de janeiro, na ocasião do falecimento de Bento XVI (Encontro, 2023).

Como referido anteriormente, em abril passado, juntamente com os seus assessores mais próximos, Dom Chow, SJ, viajou para Beijing, onde se encontrou com Dom Joseph Li Shan⁹¹, Arcebispo da Arquidiocese de Beijing, e com a comunidade católica local, em memória do Padre Matteo Ricci, SJ, hoje considerado venerável pela Santa Sé. É possível que, com esta nomeação, o Papa queira que o Bispo de Hong Kong faça a tão complexa ponte entre a Igreja

⁹¹ Do original, em chinês, 李山, o prelado foi nomeado pelo governo chinês, posteriormente aprovado pelo Vaticano, e exerce concomitantemente o cargo de Presidente da APCC.

Católica Apostólica Romana, na pessoa jurídica da Santa Sé, e a Igreja Chinesa, representada pela APCC (Riccardi, 2019).

Por fim, é de se destacar simbolicamente que o brasão episcopal escolhido por Stephen Chow, SJ, há dois anos, possui o lema jesuíta, em latim⁹², juntamente com a representação da ponte Tsing Ma, que conecta Hong Kong ao continente. Segundo o próprio religioso, tal brasão passa a mensagem de que “a missão da Igreja é ser uma ponte para diferentes partes se encontrarem passando por ela”.

3.5 Conclusões parciais do capítulo

Como trabalhado ao longo do capítulo, a política externa da Santa Sé para a China no século XXI é marcada por um esforço significativo para superar as tensões históricas e construir uma relação mais estável e cooperativa. Historicamente, as relações entre os dois entes passaram por períodos de colaboração e conflito, com desafios particularmente decorrentes das diferenças entre o sistema político comunista da China e a estrutura eclesial da Igreja Católica. Um marco inicial importante nessas relações foi a atuação do missionário jesuíta Matteo Ricci, SJ, no final do século XVI e início do XVII, que foi pioneiro no estabelecimento de uma presença católica significativa na China. Ricci, SJ, não só traduziu textos importantes para o chinês como também adaptou elementos do cristianismo à cultura chinesa, estabelecendo um diálogo intercultural profundo.

No entanto, a história das relações entre a China e a profissão da fé católica também é marcada por períodos de intensa perseguição e restrição. Após a fundação da RPC, em 1949, o governo comunista, sob a liderança de Mao Zedong, promoveu a estatização do catolicismo, estabelecendo a APCC em 1957. Este órgão foi criado para supervisionar a prática católica e garantir a lealdade ao Estado, resultando na divisão entre a Igreja “oficial”, reconhecida pelo governo, e a Igreja “clandestina”, que permaneceria leal ao Vaticano. Essa divisão persiste por décadas, gerando um ambiente de desconfiança e repressão que complica enormemente os esforços diplomáticos entre a Santa Sé e a China (Jiang, 2017).

No século XXI, a Santa Sé tem demonstrado uma clara intenção de renovar o diálogo e encontrar um terreno comum para avançar em questões críticas, como a nomeação de Bispos, em especial durante o papado de Francisco. O Acordo Provisório de 2018, sobre a nomeação

⁹² *Ad Majorem Dei Gloriam*, ou “Pela Maior Glória de Deus”.

de Bispos, representou um marco importante nessas relações. Este acordo, embora provisório e com pontos constantemente sujeitos a desgastes e ajustes, estabeleceu um processo que permitiu uma maior colaboração entre a Santa Sé e o governo chinês na seleção de líderes eclesiais. Este desenvolvimento foi visto como um passo significativo para a unificação da Igreja Católica na China, que permanece dividida entre as terminologias de “oficial” e “clandestina” (Parolin, 2023b).

Outro aspecto relevante da política externa da Santa Sé para a China, também levantado com mais detalhes ao longo deste capítulo, é o distanciamento estratégico entre Papa Francisco e o atual Dalai Lama. Esta abordagem é vista por analistas como uma tentativa de evitar tensões desnecessárias com o governo central chinês, que vê na figura de Dalai Lama uma liderança separatista perigosa. Ao manter uma distância respeitosa do líder espiritual tibetano, Francisco busca demonstrar um comprometimento com a estabilidade das relações sino-vaticanas, evitando ações que poderiam ser interpretadas como uma provocação ou interferência nos assuntos internos da China. Este distanciamento, portanto, não apenas reflete uma escolha diplomática prudente, mas também sublinha o esforço da Santa Sé em construir uma confiança mútua com Beijing.

A nomeação de Stephen Chow, SJ, como Cardeal, em 2023, foi outro símbolo significativo do desenvolvimento positivo na política externa da Santa Sé em relação à China. Chow, SJ, Bispo de Hong Kong, é visto como uma figura capaz de promover o diálogo e a reconciliação em um contexto politicamente sensível. Sua nomeação foi amplamente interpretada como um sinal da importância que Bergoglio, SJ, atribui ao papel de Hong Kong como uma ponte entre a Igreja na China continental e o resto do mundo. A escolha de Chow, SJ, conhecido por sua abordagem moderada e diplomática, sugere uma continuidade na estratégia do Vaticano de favorecer líderes eclesiais que possam facilitar o diálogo e a cooperação com as autoridades chinesas, ao mesmo tempo em que defendem os interesses da comunidade católica leal ao papado.

Além do Acordo Provisório e da nomeação de líderes estratégicos como Stephen Chow, SJ, a política externa da Santa Sé para a China envolve um delicado equilíbrio entre a diplomacia e a defesa dos Direitos Humanos e da liberdade religiosa (Coelho, 2022). A Santa Sé tem buscado promover um diálogo construtivo ao mesmo tempo em que levanta preocupações sobre questões de liberdade religiosa e a situação dos católicos na China. Este equilíbrio reflete uma abordagem pragmática que visa tanto a melhoria das relações bilaterais quanto a proteção dos interesses e direitos dos fiéis católicos na China.

O protagonismo do Papa Francisco na questão é evidente não apenas em suas decisões estratégicas, mas também em sua visão pastoral e diplomática. Francisco tem se mostrado um líder disposto a arriscar e inovar em busca da reconciliação e do diálogo. Sua liderança foi crucial para a assinatura do Acordo Provisório de 2018 e ele tem pessoalmente impulsionado iniciativas que buscam a união da Igreja na China, além de reforçar o compromisso com a diplomacia e a paz. Ao nomear figuras moderadas e diplomáticas como Stephen Chow, SJ, Francisco demonstra sua capacidade de reconhecer e promover líderes que podem atuar como pontes entre culturas e sistemas políticos diferentes, bem como ao delegar nomes como o de Pietro Parolin, Cardeal Secretário de Estado do Vaticano, para encabeçar boa parte das negociações de alto nível envolvendo esse delicado caso.

Em suma, a política externa hodierna da Santa Sé para a China é caracterizada por um esforço contínuo para construir pontes e promover a cooperação, reconhecendo as complexidades e desafios inerentes a essa relação. O progresso alcançado com o Acordo Provisório de 2018, o distanciamento estratégico do Dalai Lama, a nomeação de Stephen Chow, SJ, como cardeal, e a herança histórica da atuação de Matteo Ricci, SJ, juntamente com a resposta à estatização do catolicismo, são apenas alguns pontos demonstrativos de que, apesar das diferenças significativas, há espaço para o diálogo e a busca por soluções que beneficiem ambas as partes e contribuam para a paz e a estabilidade na comunidade católica chinesa. O papel ativo e transigente do atual Papa tem sido central para esses avanços, sublinhando seu compromisso com a “reconciliação” e a “construção de pontes entre culturas e nações”, segundo suas próprias palavras por repetidas vezes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser observado ao longo desta dissertação, é dado que a ascensão do argentino Jorge Mario Bergoglio, SJ, ao mais alto cargo da Igreja Católica Apostólica Romana impactou significativamente a maneira com que o Estado da Cidade do Vaticano passou a lidar com a reivindicação de autonomia proveniente do Partido Comunista da China. Ao contrário do que o senso comum frequentemente sugere, não há indícios significativos de que o atual Papa possua qualquer tipo de vínculo com movimentos comunistas, sendo esta suposição, muitas vezes, apontada como justificativa para o movimento de aproximação bilateral supracitado. O que, de fato, é inferido logicamente através do conteúdo aqui apresentado é o protagonismo das origens sociais e teológicas de Bergoglio, SJ, como Pontífice pioneiro do Sul Global na era contemporânea, na construção de seu pensamento internacional. Uma vez que, conforme explicitado no primeiro capítulo, o Papa exerce soberania total e absoluta dentro do contexto monárquico do Vaticano, a política externa da Santa Sé, como personalidade jurídica da Igreja, passou a olhar com maior cuidado para os países historicamente periféricos no contexto católico.

Seguindo a cronologia adotada pela pesquisa, já sob o título de Francisco, o argentino tem evidenciado essa reformulação em modelo *top-down* ao enfatizar, por exemplo, suas preocupações com o meio-ambiente e a crise climática em curso, destacando a responsabilidade que precisa ser assumida pelos países do chamado Norte Global. Outro fator chave na política externa de Francisco é o diálogo inter-religioso, largamente exemplificado aqui através da construção de pontes com religiões orientais, como o budismo, o hinduísmo e o islamismo. Todos esses esforços de diálogo culminam no objeto central de estudo: a reabertura de conversas diplomáticas em prol de solução pacífica referente ao imbróglio das nomeações episcopais não reconhecidas e consequente cisão na prática católica chinesa.

A presença *in loco* de Francisco em diversos países até então deixados à margem da política externa da Santa Sé, independente dos motivos históricos que possam justificar tal postura contemporânea, demonstra de maneira indubitável o redesenho liderado majoritariamente por Bergoglio, SJ, e seu Cardeal Secretário de Estado, Pietro Parolin. Uma série de exemplos foram escolhidos como representações magnas desse processo, a se destacar as visitas apostólicas em países médio-orientais de maioria populacional esmagadoramente muçulmana e a escolha da Coreia do Sul como próxima sede da Jornada Mundial da Juventude.

Conforme detalhado anteriormente, o quantitativo de fiéis alcançados em algum destino tem se tornado um fator cada vez menos determinante na construção da agenda papal, que tem priorizado os fatores alegadamente estruturais da fé cristã católica sob uma ótica de reconstrução de valores outrora desvalorizados em detrimento de fatores estritamente políticos. Destacam-se dentre eles o diálogo inter-religioso (*Fratelli tutti*), trazendo consigo a centralidade da pessoa humana na pluralidade cultural e, também, o cuidado com o meio-ambiente (*Laudato si'*).

Por fim, é razoável afirmar que o trato diferenciado dado pela Santa Sé, sob os cuidados de Francisco, ao imbróglcio das nomeações episcopais na República Popular da China se tornou um debate incontornável para um Estado — ainda que diminuto — que intencione manter ou reassegurar sua relevância no cenário global, uma vez que os fiéis que representa têm migrado quantitativamente para nações periféricas ao sistema e distanciadas da centralização até então inquestionável.

Realizado o Acordo Provisório de 2018, muitas dúvidas ainda pairam sobre como, de fato, as relações sino-vaticanas estão regulamentadas nos mais diversos documentos que regem essa conturbada relação, mas é dado que houve uma melhora sensível no trato que se arrastava há séculos. Grupos políticos do gigante asiático, como a influente Associação Patriótica Católica Chinesa, e a alta cúpula política dos partidos independentistas de Taiwan seguem representando uma resistência substancialmente forte à aproximação entre o papado e o PCCh. No entanto, o que mais parece preocupar Francisco, a esta altura, são os debates dentro da própria Igreja, como instituição submissa ao Vaticano. Não são poucos os membros das práticas “clandestinas” do catolicismo na China a acusarem o argentino de alinhamento com a ideologia que os oprime há décadas, mas Bergoglio, SJ, insiste incessantemente que o melhor caminho para qualquer disputa é o diálogo. Em suma, segundo seu próprio Cardeal Secretário de Estado, Pietro Parolin, “[...] a guerra nunca é um evento inelutável” (Menichetti, 2022).

Esta dissertação contribui significativamente para a literatura ao oferecer uma análise aprofundada das mudanças implementadas pelo papado de Francisco na política externa da Santa Sé, com um foco particular no relacionamento com a China. Ao explorar a singularidade do Vaticano como um Estado, a influência do Sul Global no papado e a complexidade das relações com a China, este trabalho fornece uma visão abrangente e multifacetada das estratégias diplomáticas contemporâneas do Vaticano. A dissertação enriquece o entendimento acadêmico das dinâmicas internas e externas da Igreja Católica, destacando como as

experiências e prioridades do Papa Francisco têm reorientado a política externa da Santa Sé em direção a uma maior inclusão e diálogo com nações periféricas.

Em termos de agendas futuras de pesquisa, várias linhas de investigação podem ser exploradas. Primeiramente, estudos comparativos entre a política externa da Santa Sé sob diferentes pontificados podem revelar continuidades e rupturas nas abordagens diplomáticas do Vaticano. Em segundo lugar, pesquisas mais detalhadas sobre o impacto das políticas de Francisco em outras regiões do Sul Global, como a África e a América Latina, podem oferecer uma visão mais completa da influência global do seu papado. Além disso, investigações sobre a resposta das comunidades católicas locais às mudanças nas políticas do Vaticano podem fornecer *insights* valiosos sobre a recepção e implementação dessas diretrizes nas bases da Igreja. Por fim, o acompanhamento contínuo das relações entre a Santa Sé e a China pode revelar desenvolvimentos futuros e desafios persistentes, contribuindo para uma compreensão dinâmica e evolutiva deste importante relacionamento internacional.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, H. et al. **Manual de Direito Internacional Público**. 24^a ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- ANDRADE, J. **Relações ecumênicas e inter-religiosas: construindo uma ponte entre as religiões**. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- AQUINO JÚNIOR, F. de. **Nas Periferias do Mundo: Fé, Igreja e Sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2017.
- AQUINO JÚNIOR, F. de; ABDALLA, M.; SÁVIO, R. **O Papa Francisco com os movimentos populares**. São Paulo: Paulinas, 2018.
- ARCEBISPO francês abençoará casais do mesmo sexo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 3 jan. 2024. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/635613-arcebispo-frances-abencoara-casais-do-mesmo-sexo-mais-respostas-positivas>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- ARON, R. **Paz e Guerra Entre as Nações**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- ARRASTÃO de Pequim no Seminário Católico, O: Preso um Bispo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 24 mai. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609515-o-arrastao-de-pequim-no-seminario-catolico-presoum-bispo>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- ALBERT, M. Beyond Integration and Differentiation? The Holy See and the Pope in the System of World Politics. **The Review of Faith & International Affairs**, v. 15, n. 4, 2017, p. 21-30. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/taf/rfiaxx/v15y2017i4p21-30.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- ALBERTO, F. V. B. O catolicismo na China: um eterno limbo entre o histórico conturbado e as demandas contemporâneas. **Terracota: a Revista do GECHINA**, v. 1, n. 3, 2023, p. 20-34. Disponível em: <https://terracotagechina.wordpress.com/2023/07/24/edicao-de-julho-2023-v-1n-3/>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- ALMEIDA, J. D. L. de. **Quantas divisões tem o Papa?** O papado e o Estado do Vaticano no sistema internacional. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2001.
- ALTEMEYER, F. Perfil da Cidade-Estado do Vaticano. **Consolata América**, 16 mar. 2024. Disponível em: <https://consolataamerica.org/pt/perfil-da-cidade-estado-do-vaticano/>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- AUMENTAM os católicos no mundo, são 1 bilhão e 390 milhões. **Vatican News**, 5 abr. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2024-04/aumentam-catolicos-mundo-anuario-pontificio.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. Two Faces of Power. **The American Political Science Review**, v. 56, n. 4, 1962, p. 947-952. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/two-faces-of-power/0642CFB6AFD6EBF4312DF34CF1556671>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BADIE, B. Public Opinion's International Advance. **Raisons Politiques**, v. 19, n. 3, 2005, p. 9-24. Disponível em : <https://www.cairn-int.info/journal-raisons-politiques-2005-3-page-9.htm>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BARBATO, M. (ed.). **The Pope, the Public, and International Relations: Postsecular Transformations**. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

BARBERINI, G. **Le Saint-Siège: Sujet Souverain de Droit International**. Paris: Le Cerf, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Almedina, 2011.

BARTMANN, J. B. Sovereignty and Questions of Legitimacy: Problems of Status for Micro-states in the International System. In: BARTMANN, J. B. **Micro-states in the International System**, Londres: Proquest, 2014, p. 70-93.

BENJUMEA, R. Cardenal Parolin: “Por primera vez, todos los obispos en China están en comunión con el Papa”. **Alfa & Omega**, 22 set. 2018. Disponível em: <https://alfayomega.es/cardenal-parolin-por-primera-vez-todos-los-obispos-en-china-estan-en-comunion-con-el-papa/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BENTO, F. R. **Marxismo e Religião: Revolução e Religião na América Central**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BENTO, F. R. **Frei Betto e o socialismo pós-ateísta**. Porto Alegre: Nomos, 2018.

BENTO XV. Carta Apostólica “*Maximum Illud*” do Sumo Pontífice aos Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos do Mundo Católico Sobre a Atividade Desenvolvida Pelos Missionários no Mundo. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 30 nov. 1919. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xv/pt/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum-illud.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

BENTO XVI. Carta do Santo Padre aos Bispos, aos Presbíteros, às Pessoas Consagradas e aos Fiéis Leigos da Igreja Católica na República Popular da China. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 27 mai. 2007. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2007/documents/hf_ben-xvi_let_20070527_china.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

BENTO XVI: sua Carta aos católicos chineses uma obra-prima de lucidez. **Vatican News**, 5 jan. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2023-01/bento-xvi-carta-aos-catolicos-chineses.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BERGOGLIO, J. M. **Dialogos entre Juan Pablo II y Fidel Castro**. Buenos Aires: Editorial de Ciencia y Cultura, 1998.

BERNARDONI, M. Sisci: Parolin and the vision of the Pope on China. **SettimanaNews**, Bologna, 17 mai. 2019. Disponível em: <http://www.settimananews.it/papa/sisci-parolin-and-the-vision-of-the-pope-on-china/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BERTOLI, P. Le Saint-Siège et les Organisations Internationales. **Revue des Deux Mondes**, 1961, p. 197-203. Disponível em: <https://www.revuedesdeuxmondes.fr/article-revue/le-saint-siege-et-les-relations-internationales/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BETTO, F. Pequim: Catolicismo na China. In: **Paraíso Perdido: Viagens ao Mundo Socialista**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 301-310, 2015.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Ave Maria**, São Paulo: Editora Ave Maria, 2023.

BISPO de Hong Kong: Viagem a Pequim em Nome da Unidade, O. **Vatican News**, Cidade do Vaticano, 21 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2023-04/o-bispo-de-hong-kong-viagem-a-pequim-em-nome-da-unidade.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BLEVIN, P.A. **Les Micro-Etats Européens**: Etude Historique, Juridique et Fiscale (Andorre, Liechtenstein, Monaco, Saint-Marin, Vatican). Paris: L'Harmattan, 2017.

BORGHESI, M. **Jorge Mario Bergoglio: uma biografia intelectual**. Petrópolis: Vozes, 2018.

BOUSSAGUET, L. et al (org.). **Dictionnaire des Politiques Publiques**. Paris: Presses de Sciences Po, 2014.

BOXER, C. R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRIEF biographies of 21 future Cardinals. **Vatican News**, 9 jul. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2023-07/get-to-know-the-future-cardinals.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BROCKHAUS, H. Next World Youth Day to be in South Korea in 2027. **Catholic News Agency**, 6 ago. 2023. Disponível em: <https://www.catholicnewsagency.com/amp/news/255018/next-world-youth-day-to-be-in-south-korea-in-2027>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BROGLIO, F. M. Santa Sede, lo Stato della Città del Vaticano e l' UE, **L'Année Canonique**, p. 255-269, 2008.

BUENO, A. **Religiões no Oriente Contemporâneo**: adaptações, transformações e influências. Curitiba: InterSaberes, 2021.

BYRNES, T. Sovereignty, Supranationalism, and Soft Power: The Holy See in International Relations. **The Review of Faith & International Affairs**, v. 15, n. 4, p. 6-20, 2017. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/taf/rfiaxx/v15y2017i4p6-20.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CAMAROTTI, G. **Segredos do Conclave**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

CAMPISI, T.; DONNINI, D. Em 2022 sequestrados, presos ou mortos mais de 100 religiosos e religiosas. **Vatican News**, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-12/ajuda-igreja-que-sofre-perseguiacao-religiosos-2022.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CAPPELLE, M. C. A. et al. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v.5, n. 1, 2003.

CARDINAL Swears He Won't Speak a Word if Pope Francis Signs China Deal. **Global Times**, Beijing, 9 fev. 2018. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/201802/1088986.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CARDINAL Zuppi in Ukraine, exploring “ways to achieve a just peace”. **Vatican News**, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/vatican-city/news/2023-06/cardinal-zuppi-peace-mission-kyiv-ukraine-listening-pope-francis.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CARLETTI, A. **Diplomacia e Religião**: Encontros e Desencontros nas Relações entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005. Brasília: FUNAG, 2008.

CARLETTI, A. **O Internacionalismo Vaticano e a Nova Ordem Mundial**: A Diplomacia Pontificia da Guerra Fria aos Nossos Dias. Brasília: FUNAG, 2012.

CARLETTI, A. Do Centro às Periferias: o Deslocamento Ideológico da Diplomacia da Santa Sé com o Papa Francisco. **Austral**, v. 4, n. 7, jan./jun. 2015, p. 218-239.

CARLETTI, A. A *Faith Diplomacy* de Xi Jinping: as Implicações Político-Religiosas do Acordo Provisório sobre a nomeação dos bispos católicos na China. **Conjuntura Internacional**, v. 16, n. 3, 1 dez. 2019, p. 24-33.

CARLETTI, A.; NOBRE, F.; FERREIRA, M. A. (orgs.) **Relações Internacionais e Religião**: Reflexões Rumo a um Contexto Pós-Laicista. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

CARVALHO, E. M. de. Reflexões Sobre o Confucionismo no Socialismo com Características Chinesas. In: CARVALHO, E. M. de; SILVEIRA, J. C. da (orgs.) **A China por Sinólogos Brasileiros**: Visões sobre Economia, Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Batel, 2019, p. 99-124.

CAZAQUISTÃO que acolhe o Papa, O: Preso um Bispo. **Vatican News**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2022-09/o-pais-cazaquistao.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CERASO, G. Cardeal Parolin: Acordo com a China a caminho de renovação. **Vatican News**, 3 set. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-09/parolin-china-entrevista-telejornal.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CERNUZIO, S. Cardeal Zen condenado a multa por defender manifestantes em Hong Kong. **Vatican News**, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-11/crdeal-zen-china-hong-kong-condenado.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CERNUZIO, S. O Papa: “Desejo o melhor ao nobre povo chinês”. **Vatican News**, 3 set. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-09/papa-francisco-hong-kong-tong-hon-chow-apelo-china-mongolia.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CERNUZIO, S. Papa voltará ao local que testemunhou encontro pela paz com Peres e Abbas. **Vatican News**, 31 mai. 2024a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-05/terra-santa-papa-jardins-vaticanos-paz-dez-anos-peres-abbas.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CERNUZIO, S. Parolin: se ci fosse un'apertura il Papa andrebbe anche subito in Cina. **Vatican News**, 20 jun. 2024b. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/it/vaticano/news/2024-06/parolin-urbaniana-libro-costantini-dialogo-cina-viaggio-papa.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CHAMBON, M. **Making Christ Present in China: Actor-Network Theory and the Anthropology of Christianity**. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

CHANG, M. C.S. The Internal Development of the Taiwan Catholic Church: 1950s-1960s. In: SO, F.; LEUNG, B.; MYLOD, E. M. (eds.). **The Catholic Church in Taiwan: Problems and Prospects**. Singapura: Palgrave Macmillan, 2018, p. 27-56.

CHELINI-PONT, B.; DUBERTRAND, R.; ZUBER, V. **Géopolitique des Religions: Un Nouveau Rôle du Religieux dans les Relations Internationales?**. Paris: Le Cavalier Bleu Editions, 2019.

CHELINI-PONT, B. La Diplomatie du Pape François: Entre Révolution et Réactions. **Revue Internationale et Stratégique**, v. 117, 2020, p. 99-107. Disponível em: <https://amu.hal.science/hal-02516402/document>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CHINA: paróquia em Pequim em caminho sinodal rumo à Solenidade da Assunção. **Vatican News**, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-08/china-paroquia-pequim-caminho-sinodal-rumo-solenidade-assuncao.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CHONG, A. Small State Soft Power Strategies: Virtual Enlargement in the Cases of the Vatican City State and Singapore. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 23, n. 5, 2010, p. 383-405.

CHONG, A.; TROY, J. A Universal Sacred Mission and the Universal Secular Organization: The Holy See and the United Nations. **Politics, Religion & Ideology**, v. 12, n. 3, 2011, p. 335-354.

CHU, C. Y.Y. Chinese Catholicism: An Overview. In: **Catholicism in China, 1900-Present: The Development of the Chinese Church**, Nova York: Palgrave Macmillan, 2014a, p. 3-12.

CHU, C. Y.Y. China and the Vatican, 1979-present. In: **Catholicism in China, 1900-Present: The Development of the Chinese Church**, Nova York: Palgrave Macmillan, p. 147-167, 2014b.

CHU, C. Y.Y. (ed.). **The Catholic Church, The Bible, and Evangelization in China**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2022.

CLARK, A. **China's Catholics in an Era of Transformation: Observations of an "Outsider"**. Singapura: Palgrave Macmillan, 2020.

COELHO, H. S. **História da Liberdade Religiosa: da Reforma ao Iluminismo**. Petrópolis: Vozes Acadêmica, 2022.

COLLET, A. Papa encontra grupo de coreanos, como produtores do filme sobre o santo André Kim. **Vatican News**, 16 nov. 2022. Disponível em:

<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-11/papa-francisco-filme-coreano-andrea-kim-taegon.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

COLLI, G. A. **Religiões do Oriente**: China e Japão. Curitiba: InterSaberes, 2019.

COMPÊNDIO da Doutrina Social da Igreja. **Pontifício Conselho “Justiça e Paz”**, 2004.

Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

COMUNIDADES católicas chinesas celebram a Quaresma com intensidade. **Vatican News**, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2023-03/china-comunidades-catolicas-quaresma-catecumenos-missionarios.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

COREIA: Testemunhas de uma Igreja “jovem” que floresceu graças ao compromisso dos leigos. **Vatican News**, 20 set. 2022. Disponível em:

<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-09/martires-coreanos-venerados-santos-coreia.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CORIDEN, J. Diplomatic Recognition of the Holy See. **Jurist**, v. 48, 1988, p. 483.

COUTROT, A. Religião e Política. In: RÉMOND, R. (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 331-364.

CRESPO, R.; GREGORY, C. The Doctrine of Mercy: Moral Authority, Soft Power, and the Foreign Policy of Pope Francis. **International Politics**, v. 57, 2020, p. 115-130.

CRIVELLER, G. Benedetto XVI, la sua Lettera ai Cattolici Cinesi e Pechino. **AsiaNews**, Milão, 4 jan. 2023. Disponível em: <https://www.asianews.it/notizie-it/Benedetto-XVI,-la-sua-Lettera-ai-cattolici-cinesi-e-Pechino-57455.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

DAHL, R. The Concept of Power. **Behavioral Science**, v. 2, n. 3, 1957, p. 201-215.

DÍAZ-MAYORDOMO, J. L. V. Los católicos chinos se lanzan a la calle. **Alfa & Omega**, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://alfayomega.es/los-catolicos-chinos-se-lanzan-a-la-calle/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

DIEZ, T. Normative Power as Hegemony. **Cooperation and Conflict**, v. 48, n. 2, 2013, p. 194-210.

DIEZ, T. Diplomacy, Papacy, and the Transformation on International Society. **The Review of Faith & International Affairs**, v. 15, n. 4, 2017, p. 31-38.

DUCORNET, E. **La chiesa e la Cina**. Milão: Editoriale Jaca Book, 2008.

DYSON, S. B. Personality and Foreign Policy: Tony Blair’s Iraq Decisions. **Foreign Policy Analysis**, v. 2, n. 3, 2006, p. 289-306.

D’ONORIO, J.B. Le Saint-Siège dans la Communauté Internationale. **Revue Générale de Droit**, v. 28, n. 4, 1997, p. 495-521.

EMBAJADOR de Taiwan ve “importante” para los católicos chinos el acuerdo Vaticano-China. **Embassy of the Republic of China (Taiwan) to the Holy See**, Cidade do Vaticano, 10 out. 2022. Disponível em: https://www.taiwanembassy.org/va_en/post/4547.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

ENCARNAÇÃO, J. M.; YIU, J. Bispos de Macau e Hong Kong estiveram com o Papa Francisco na Mongólia. **O Clarim**, 8 set. 2023. Disponível em: <https://www.oclarim.com.mo/todas/bispos-de-macau-e-hong-kong-estiveram-com-o-papa-francisco-na-mongolia/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ENCONTRO com representantes do budismo, hinduísmo, jainismo e siquismo. **Atividade do Santo Padre Francisco**, 16 mai. 2018. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/events/event.dir.html/content/vaticanevents/pt/2018/5/16/religioni-dharmiche.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ENCONTRO do Papa Francisco com o cardeal Zen, O. **Vatican News**, 7 jan. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-01/papa-francisco-audiencia-cardeal-zen.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ESTATÍSTICAS da Igreja Católica na Coreia do Sul, As. **Vatican News**, 3 mai. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2024-05/coreia-sul-estatisticas-igreja-catolica.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FAIRBANK, J. K. **China: A New History**. 2ª ed. Cambridge: Belknap Press, 2005.

FARR, T. Religious Realism in Foreign Policy: Lessons from Vatican II. **The Review of Faith & International Affairs**, v. 3, n. 3, 2005, p. 25-34.

FERLAN, C. **Os Jesuítas**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

FERRARI, S. The Holy See and the Post-war Palestine Issue: The Internationalization of Jerusalem and the Protection of the Holy Places. **International Affairs**, v. 60, n. 2, 1984, p. 261-283.

FERRARI, S. The Middle East Policy of the Holy See. **The International Spectator**, v. 39, n. 2, 2004, p. 79-88.

FONSECA, T. Felicitações do Papa Francisco para o Ano Novo Chinês. **Vatican News**, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-02/papa-audiencia-federacao-nacional-italia-china-02-02-24.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. **A Igreja da Misericórdia**: minha visão para a Igreja. São Paulo: Paralela, 2014a.

FRANCISCO. Discurso do Santo Padre ao Parlamento Europeu, **Vatican.va**, Strasbourg, 25 nov. 2014b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141125_strasburgo-parlamento-europeo.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato si'* Sobre o Cuidado da Casa Comum. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 24 mai. 2015. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. *Angelus*. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 22 mai. 2016. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2016/documents/papa-francesco_angelus_20160522.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. Conferência de Imprensa Durante o Voo de Regresso de Viagem Apostólica a Bangladesh. **Boletim da Sala de Imprensa da Santa Sé**, Cidade do Vaticano, 2 dez. 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/december/documents/papa-francesco_20171202_viaggioapostolico-bangladesh-voloritorno.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. **O futuro da fé**: entrevistas com o sociólogo Dominique Wolton. Rio de Janeiro: Petra, 2018a.

FRANCISCO. Audiência Geral. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 26 set. 2018b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2018/documents/papa-francesco_20180926_udienza-generale.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. Mensagem do Papa Francisco aos Católicos Chineses e à Igreja Universal. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 26 set. 2018c. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2018/documents/papa-francesco_20180926_messaggio-cattolici-cinesi.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. Audiência Geral. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 22 mai. 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2019/documents/papa-francesco_20190522_udienza-generale.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. *Regina Caeli*. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 24 mai. 2020a. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2020/documents/papa-francesco_regina-coeli_20200524.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. Carta Encíclica *Fratelli Tutti* Sobre a Fraternidade e a Amizade Social. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 3 out. 2020b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO rumo ao Cazaquistão: iniciada 38ª Viagem Apostólica do Pontificado. **Vatican News**, 13 set. 2022a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-09/papa-francisco-viagem-apostolica-cazaquistao-partida-aeroporto.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. Coletiva de Imprensa do Santo Padre Durante o Voo de Regresso de Viagem Apostólica ao Cazaquistão. **Boletim da Sala de Imprensa da Santa Sé**, Cidade do Vaticano, 15 set. 2022b. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2022/september/documents/20220915-kazakhstan-voloritorno.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANCISCO. Audiência Geral. **Dicastério para a Comunicação**, Cidade do Vaticano, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2023/documents/20230517-udienza-generale.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANGUELLI, B. Por que o jovem Jorge Bergoglio se fez jesuíta?. **Vatican News**, 11 mar. 2021a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-03/papa-francisco-porque-se-fez-jeuista-bergoglio.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FRANGUELLI, B. Cardeal Parolin em livro sobre a China: “tudo está dentro de um plano de Deus”. **Vatican News**, 14 mai. 2021b. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-05/cardeal-parolin-em-livro-sobre-a-china.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GAETAN, V. The Political Pope. How Francis Was Thrust Into The World’s Most Intractable Conflict, **Foreign Affairs**, Nova York, 25 set. de 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-09-25/political-pope>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GAETAN, V. **God’s Diplomats: Pope Francis, Vatican Diplomacy, and America’s Armageddon**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2021.

GIOVAGNOLI, A. Pope Francis: A New Way of Looking at the World. **Journal of Modern Italian Studies**, v. 24, n. 3, 2019a, p. 456-467.

GIOVAGNOLI, A. Santa Sede e Cina dal 1978 al 2018. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L’Accordo tra Santa Sede e Cina: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro**. Roma: Urbaniana University Press, 2019b, p. 35-70.

GIRIBALDI, E. Pope Francis: ‘Next World Youth Day in Seoul, South Korea’. **Vatican News**, 6 ago. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2023-08/wyd-lisbon-pope-francis-angelus.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GIUNIPERO, E. M. et al. **Chiesa Cattolica e Cina Comunista: Dalla Rivoluzione del 1949 al Concilio Vaticano II**. Brescia: Editrice Morcelliana, 2007.

GIUNIPERO, E. “Sinizzazione” e politica religiosa nella Cina di Xi Jinping. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L’Accordo tra Santa Sede e Cina: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro**. Roma: Urbaniana University Press, 2019, p. 89-100.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change**. Nova York: Cornell University Press, 1993.

GOMES, C. F. **O Concílio em resumo: os 16 Documentos do Vaticano II em forma abreviada e simplificada**. Rio de Janeiro: Benedictus e Edições Lumen Christi, 2021.

GONÇALVES, F. N.; PINHEIRO, L.. **Análise de Política Externa: o que estudar e por quê?**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

GROTIUS, H. **O Direito da Guerra e da Paz**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

GSTÖHL, G.; NEUMANN, I. **Lilliputians in Gulliver's World? Small States in International Relations**. University of Iceland, Institute of International Affairs. Centre for Small State Studies, 2004.

GUOPENG, L. L'indigenizzazione della Chiesa cattolica in China. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L'Accordo tra Santa Sede e Cina: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro**. Roma: Urbaniana University Press, 2019, p. 135-152.

GUTIÉRREZ MERINO, G. **Teología de la Liberación: Perspectivas**. Lima: CEP, 1971.

HAIRUO, C.; MINGMING, D. China, Vatican extend agreement on bishop appointment: spokesperson. **People's Daily Online**, 25 out. 2022. Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2022/1025/c90000-10162998.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

HAYNES, J. Religion and Politics in Europe, the Middle East and North Africa. In: **Religion and Politics in Europe, the Middle East and North Africa**. Londres: Routledge, 2009, p. 17-36.

HAYNES, J. **Introduction to International Relations and Religion**. 2ª ed. Londres: Pearson Education, 2013.

HAYNES, J. Religião nas Relações Internacionais: Teoria e Prática. In: CARLETTI, A.; FERREIRA, M. A. (org.) **Religião e Relações Internacionais: dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá, 2016a, p. 21-51.

HAYNES, J. **Religious Transnational Actors and Soft Power**. 2ª ed. Londres: Routledge, 2016b.

HAYNES, J. **Religion, Conflict and Post-Secular Politics**. Londres: Routledge, 2020.

HEHIR, J. B. Papal Foreign Policy. **Foreign Policy**, n. 78, 1990, p. 26-48.

HEUNG-SIK, L. Y. **Come la folgore viene da Oriente**. Milão: San Paolo, 2023.

HUA, C. X.; VERMANDER, B. Giovani cattolici delle città cinesi: un esame della situazione attraverso le loro voci. In: SPADARO, A. (ed.). **Nell'anima della Cina: Saggezza, storia, fede**. Milão: Ancora Editrice, 2017, p. 226-234.

HUDSON, V.; DAY, B. The Individual Decisionmaker: The Political Psychology of World Leaders. In: HUDSON, V.; DAY, B. **Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2019, p. 39-74.

INTERRELIGIOUS friendships are consolation amid wars, pope says. **Catholic Review**, 3 jun. 2024. Disponível em: <https://catholicreview.org/interreligious-friendships-are-consolation-amid-wars-pope-says/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

IRELAND, G. The State of the City of the Vatican. **The American Journal of International Law**, v. 27, n. 2, 1933, p. 271-289.

JABBOUR, E. Liberdade religiosa na China: existe ou não?. YouTube, 20 set. 2021. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=gsQKWxQ3tSQ&ab_channel=TVGrabois. Acesso em: 28 jun. 2024.

JALICS, F. **Obra Completa**. Manual de oración. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2022.

JIANG, J. Y. G. Il cattolicesimo in Cina nel XXI Secolo. In: SPADARO, A. (ed.). **Nell'anima della Cina**: Saggezza, storia, fede. Milão: Ancora Editrice, 2017, p. 203-211.

JIE, J. Expectations high for China-Vatican relations in 2017. **People's Daily Online**, 26 jan. 2017. Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2017/0126/c90000-9172052.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

JING, S. Senior official calls for independent Chinese Catholic Church. **People's Daily Online**, 30 dez. 2016. Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2016/1230/c90000-9161054.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

JOÃO PAULO II. Discurso do Papa João Paulo II na Assembleia Geral Das Nações Unidas, **Vatican.va**, Nova York, 2 out. 1979. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1979/october/documents/hf_jp-ii_spe_19791002_general-assembly-onu.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

JOUBERT, B. Holy See Diplomacy. **Pouvoirs**, v. 162, n. 3, 2017, p. 47-61.

KIM-KWONG, C. La soluzione del conflitto tra le comunità cattoliche “aperte” e “sotterranee” in Cina. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L'Accordo tra Santa Sede e Cina**: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro. Roma: Urbaniana University Press, 2019, p. 211-224.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOLSTØ, P. National Symbols as Signs of Unity and Division. **Ethnic and Racial Studies**, v. 29, n. 4, 2006, p. 676-701.

KORTE, G. Catolicismo na China. **Embaixada da República Popular da China no Brasil**, Brasília, 12 ago. 2009. Disponível em: http://br.china-embassy.gov.cn/por/zggk/200408/t20040817_4348841.htm. Acesso em: 28 jun. 2024.

KUAN, H.C. Religion and Politics in China. In: **Universal Rights in a World of Diversity**: The Case of Religious Freedom, 2012, p. 155-192.

KUNZ, J. L. The Status of the Holy See in International Law. **American Journal of International Law**, v. 46, n. 2, 1952, p. 308-314.

KURTH, J. The Vatican's Foreign Policy. **The National Interest**, n. 32, 1993, p. 40-52.

LAJOLO, G. **Nature & Function of Papal Diplomacy**. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies, 2005.

LAVEN, M. Mission to China: Matteo Ricci and the Jesuit Encounter with the East. Londres: Faber & Faber Ltd., 2011.

LEBEC, E. **História Secreta da Diplomacia Vaticana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEI fundamental do Estado da Cidade do Vaticano. **Sala de Imprensa da Santa Sé**, 26 nov. 2000. Disponível em: https://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sp_ss_scv/informazione_generale/legge-fondamentale_po.html. Acesso em: 28 jun. 2024.

LEIGO brasileiro Francisco de Castro Holzwarth dá mais um passo para ser beatificado, O. **Vatican News**, 17 dez. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-12/leigo-brasileiro-franz-de-castro-holzwarth-beatificado.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LEUNG, B. The News Triangular Relations Among the Vatican, Taiwan and China in the Tsai Ing-wen Administration. In: SO, F.; LEUNG, B.; MYLOD, E. M. (eds.). **The Catholic Church in Taiwan: Birth, Growth and Development**. Singapura: Palgrave Macmillan, 2018, p. 233-254.

LEVINE, D. What Pope Francis Brings to Latin America. **CLALS Working Paper Series**, v. 11, 2016.

LÓPEZ, M. M. “Los católicos chinos están aburridos de divisiones”. **Alfa & Omega**, 20 mai. 2020. Disponível em: <https://alfayomega.es/los-catolicos-chinos-estan-aburridos-de-divisiones/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LÓPEZ, M. M. China exige a sacerdotes y obispos “apoyar el liderazgo del Partido Comunista”. **Alfa & Omega**, 4 mai. 2021. Disponível em: <https://alfayomega.es/china-exige-a-sacerdotes-y-obispos-apoyar-el-liderazgo-del-partido-comunista/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LÖWY, M. **The War of Gods: Religion and Politics in Latin America**. Verso, 1996.

LÖWY, M. **O que é o Cristianismo da Libertação: Religião e Política na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LUBOV, D. C. Pope Francis announces Consistory for creation of new Cardinals. **Vatican News**, 9 jul. 2023a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2023-07/pope-announces-consistory-for-creation-of-new-cardinals.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LUBOV, D. C. Pope to UAE Sikhs: Faith and service are intimately linked. **Vatican News**, 11 nov. 2023b. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2023-11/pope-receives-sikh-delegation-from-united-arab-emirates.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LUKES, S. **Power: A Radical View**. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

LUXIAN, A. J. Amore per la patria cinese. In: SPADARO, A. (ed.). **Nell'anima della Cina: Saggezza, storia, fede**. Milão: Ancora Editrice, 2017, p. 132-134.

LYNCH, A. **Beijing and the Vatican: Catholics in China and the Politics of Religious Freedom**. SAGE Open, v. 4, n. 4, 2014, p. 1-10.

MAJEROWICZ, E.; PARANÁ, E. (orgs.). **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MALEK, R. Jidu Zongjiao: Expressões e Situação Atual do Cristianismo no Contexto da Política Religiosa da República Popular da China. In: **Liberdade Religiosa em Questão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 27-48.

MALOVIC, D. **Le Pape Jaune**: Mgr Jin Luxian soldat de Dieu en Chine communiste. Paris: Perrin, 2006.

MALOVIC, D. **Senza Diplomazia**: Il Cardinale Zen, Vescovo di Hong Kong, e la Cina Comunista. Milão: Edizioni San Paolo, 2008.

MANGUEIRA, A. B. O Olhar do Papa Francisco para o Sul Global: Uma Análise Sobre o Diálogo entre o Vaticano e a República Popular da China. **Conjuntura Internacional**, v. 16, n. 3, 1 dez. 2019, p. 7-14.

MANIFESTAÇÕES de apoio e repúdio a papa Francisco dividem argentinos. **BBC News Brasil**, 14 mar. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130314_argentina_reacao_papa_marcia_rw. Acesso em: 28 jun. 2024.

MARTÍNEZ-BORDIÚ, A. Cardeais apresentam “dubia” ao papa Francisco antes do Sínodo da Sinodalidade. **Agência Católica de Informações**, 2 out. 2023. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticia/56320/cardeais-apresentam-dubia-ao-papa-francisco-antes-do-sinodo-da-sinodalidade>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MASON, C. **Uma Breve História da Ásia**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MATLARY, J. H. The Just Peace: The Public and Classical Diplomacy of the Holy See. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 14, n. 2, 2001, p. 80-94.

MCLARREN, K.; STAHL, B. The Holy See as Hybrid Actor: Religion in International, Transnational, and World Society. In: **The Pope, the Public, and International Relations: Postsecular Transformations**, 2020, p. 189-201.

MEIXIU, W. La Fondazione dell’Associazione patriottica dei cattolici cinesi nel 1957. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L’Accordo tra Santa Sede e Cina: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro**. Roma: Urbaniana University Press, 2019, p. 101-118.

MELGUIZO, S. La Revolución Política del Papa Francisco Apunta Hacia China. **El Mundo**, Roma, 13 mar. 2018. Disponível em: <https://www.elmundo.es/internacional/2018/03/13/5aa6b473268e3e49548b45d2.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MELLO, P. C. Com resgate de Confúcio, Xi busca legitimar poder mais concentrado em sua figura. **Folha de S. Paulo**, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/07/com-resgate-de-confucio-xi-busca-legitimar-poder-mais-concentrado-em-sua-figura.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MENDELSON, M. Diminutive States in the United Nations. **International and Comparative Law Quarterly**, v. 21, 1972, p. 609-630.

MENICHETTI, M. Parolin: a guerra nunca é um evento inelutável. **Vatican News**, 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-09/entrevista-cardeal-pietro-parolin-viagem-papa-cazaquistao.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MERCER, J. Rationality and Psychology in International Politics. **International Organization**, v. 59, n. 1, 2005, p. 77-106.

MERLO, F.; JONES, T. Seoul Archbishop: WYD 2027 will offer new experience of unity in Christ. **Vatican News**, 6 ago. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/church/news/2023-08/world-you-day-south-korea-2027-archbishop-seoul-interview.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MIRANDA, M. de F. **A Reforma de Francisco**: Fundamentos teológicos. São Paulo: Paulinas, 2017.

MONG, A. **Sino-Vatican Relations**: From Denunciation to Dialogue. Cambridge: James Clarke & Co, 2019.

MONTBRIAL, T. de. **Le Défi des Émergents**. Paris: Ramses, 2014.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Editora UNESP, 2023.

MÜLLER, G. L.; GUTIÉRREZ MERINO, G. **Ao Lado dos Pobres**: Teologia da Libertação. São Paulo: Paulinas, 2014.

MÜLLER, G. L. **Pobre para os Pobres**: a Missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2014.

MUSSE, R. (org.). **China Contemporânea**: Seis Interpretações. São Paulo: Autêntica, 2021.

MUTIRÃO de Confissões 2023. **Diocese de Mossoró**, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://www.diocesedemossoro.com/2023/03/mutirao-de-confissoes-2023.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NASR, A. A. **Un Ponte con la Cina**: Il Papa e la Delegazione Apostolica a Pechino (1919-1939). Roma: Marcianum Press, 2021.

NDUKONG, K. H. Understanding how China manages its potpourri of religious beliefs. **People's Daily Online**, 20 set. 2017. Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2017/0920/c90000-9271426.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NIEBUHR, D.; RIECK, C. Microstate and Superpower: The Vatican in International Politics. **KAS International Reports**, v. 10, 2015, p. 38-60.

NOÉ, J.B. **Géopolitique du Vatican**: La Puissance de l'Influence. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

NOUAILHAT, Y.H. The Holy See, the UN and the Defence of Human Rights Under the Pontificate of John-Paul II. **Relations Internationales**, v. 127, n. 3, 2006, p. 95-110.

NOVA geopolítica do Vaticano: perto da China, longe dos EUA. **Instituto Humanitas Unisinos**, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias->

[2018/576278-nova-geopolitica-do-vaticano-perto-da-china-longe-dos-eua](#). Acesso em: 28 jun. 2024.

NYE, J. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Nova York: PublicAffairs, 2005.

NYE, J. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

ORAÇÃO dos católicos da Ásia pelo Papa Emérito Bento XVI, A. **Vatican News**, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-12/papa-bento-xvi-oracao-catolicos-asia.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

OSHCHYPOK, I. Foreign Policy of the Holy See Under the Pontificate of Pope Francis. **Periodyk Naukowy Akademii Polonijnej**, v. 38, n. 1, 2020, p. 276-287.

O'CONNELL, G. Pope Francis meets with Hong Kong's Cardinal Zen the day after Benedict XVI's funeral. **America**, 6 jan. 2023. Disponível em: <https://www.americamagazine.org/faith/2023/01/06/pope-francis-cardinal-zen-meeting-244478>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PALERMO, A. Cazaquistão: equilíbrios geopolíticos em um cruzamento de etnias e religiões. **Vatican News**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2022-09/papa-francisco-viagem-cazaquistao-cruzamento-etnias-religioes.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PANKE, D. Dwarfs in International Negotiations: How Small States Make Their Voices Heard. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 25, n. 3, 2012, p. 313-328.

PAPA Francisco pede reforma da ONU em novo livro. **G1**, 16 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/10/16/papa-francisco-pede-reforma-da-onu-em-novo-livro.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PAPA aos coreanos 70 anos após o armistício: sejam profetas de reconciliação. **Vatican News**, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-07/papa-coreanos-70-anos-armisticio-sejam-profetas-paz.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PAROLIN: o Papa nomeia bispo de Xangai para o bem da diocese e para o diálogo. **Vatican News**, 15 jul. 2023a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2023-07/parolin-entrevista-china-nomeacoes-bispos-chineses.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PAROLIN: Acordo Santa Sé-Vietnã não é apenas uma meta, mas um novo começo. **Vatican News**, 28 jul. 2023b. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2023-07/parolin-acordo-santa-se-vietna-um-novo-comeco-entrevista.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PELIKAN, J. **O Espírito do Cristianismo Oriental (600-1700)**. A Tradição Cristã: Uma História do Desenvolvimento da Doutrina, Vol. 2. São Paulo: Shedd Publicações, 2015.

PETERSON, J. E. Qatar and the World: Branding for a Micro-State. **Middle East Journal**, v. 60, n. 4, 2006, p. 732-748.

PINENT, C. **Breve Introdução à História da China: Da Formação da Civilização Chinesa ao Século XXI**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PINEZI, A. K. M.; FRANCO, C. de (orgs.). **Dinâmicas Religiosas Transnacionais e Processos Identitários: Olhares socioantropológicos e multiculturais sobre o fenômeno religioso**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

PINI, J.T. “Vatican Law”: The Laws of Gravity in the Legal Universe. **Pouvoirs**, v. 162, 2017, p. 89-103.

PIPPIN, R. Mine and Thine? The Kantian State. In: GUYER, P. (org.), **The Cambridge Companion to Kant and Modern Philosophy**. Londres: Cambridge University Press, 2006, p. 416-446.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PORFIRI, A. **Una Calma Apparente: Vaticano, Cina e L’insorgenza di Hong Kong**. Chieti: Edizioni Solfanelli, 2020.

POUTHIER, J.L. The Holy See and the Vatican City State. **Pouvoirs**, v. 162, 2017, p. 5-14.

PULLELLA, P. Bispos da China Comparecerão a Sínodo do Vaticano pela Primeira Vez. **Reuters**, Cidade do Vaticano, 1 out. 2018a. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/religiao-china-sinodo-vaticano-idBRKCN1MB2Q0-OBRTTP>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PULLELLA, P. After Vatican-China Deal, Taiwan Says Beijing Wants to Make it Irrelevant. **Reuters**, Cidade do Vaticano, 2 out. 2018b. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKCN1MC2BH>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PULLELLA, P. Bispos Chineses Presentes em Reunião no Vaticano Convidam Papa para Visita Histórica. **Reuters**, Cidade do Vaticano, 12 nov. 2018c. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/religiao-china-convite-papa-idLTAKCN1MQ1SG-OBRTTP>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PULLELLA, P. Papa Defende Acordo com China e Diz que Diálogo é Necessário. **UOL**, Cidade do Vaticano, 1 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2021/09/01/papa-defende-acordo-com-china-e-diz-que-dialogo-e-necessario.htm>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PULLELLA, P. Vatican Says China Violated Pact on Bishops, Wants Explanation. **Reuters**, Cidade do Vaticano, 26 nov. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/vatican-says-china-violated-pact-bishops-expresses-regret-2022-11-26/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PUREZA, F. **História da Ásia**. São Paulo: Contexto, 2023.

QUEM são os novos cardeais. **Vatican News**, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-07/papa-francisco-consistorio-2023-biografias-novos-cardeais.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

QUINTANAL, G. A. **Las relaciones entre el Vaticano y la República Popular China: ¿El retorno de la “Ostpolitik”?**. Razón y Fe, v. 274, n. 1413-1414, 2016, p. 23-30.

RAMANZINI JÚNIOR, H.; FARIAS, R. de S. **Análise de Política Externa**. São Paulo: Contexto, 2021.

RAMBAUD, T. La Politique du Saint-Siège: Ressorts, Enjeux et Limites d’une Puissance Atypique. **Société, Droit et Religion**, v. 5, 2015, p. 69-93.

RAPPORT, A. Cognitive Approaches to Foreign Policy Analysis. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, 2017.

REES, J. The Four Religions of Foreign Policy. In: HERRINGTON, L. et al (eds.). **Nations under God: The Geopolitics of Faith in the Twenty-First Century**. Bristol: E-International Relations, 2015, p. 45-55.

REIS, T. No Iraque, Papa Francisco busca aliviar as tensões entre muçulmanos e cristãos e redimensionar sua influência no Oriente Médio. **Diário das Nações**, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://diariodasnacoes.wordpress.com/2021/03/13/no-iraque-papa-francisco-busca-aliviar-as-tensoes-entre-muculmanos-e-cristaos-e-redimensionar-sua-influencia-no-orientemedio/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

REVELEZ, L. B. La Vision Géopolitique du Pontificat de François dans un Monde Globalisé. **Outre-Terre**, v. 45, 2015, p. 142-146.

RICCARDI, A. Il vescovo Jin Luxian e l’Associazione patriottica cattolica di Shanghai. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L’Accordo tra Santa Sede e Cina: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro**. Roma: Urbaniana University Press, 2019, p. 27-34.

RICCI, M. **Descripción de China**. Madrid: Editorial Trotta, 2023.

ROMAG, D. **História da Igreja: a Idade Moderna**. Sertanópolis: Calvariae Editorial, 2019.

ROMANO, M. Chinese Bible Translation by the Catholic Church. **China Source**, 10 set. 2018. Disponível em: <https://www.chinasource.org/resource-library/articles/chinese-bible-translation-by-the-catholic-church/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ROURKE, T. **The Roots of Pope Francis’s Social and Political Thought: From Argentina to the Vatican**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

RUBIN, S.; AMBROGETTI, F. **El Jesuita: La historia de Francisco, el Papa argentino**. Buenos Aires: Vergara, 2010.

SANCHEZ, W. L. **Vaticano II e o Diálogo Inter-Religioso**. São Paulo: Paulus, 2015.

SANCHEZ, W. L.; FIGUEIRA, E. (orgs.). **Uma Igreja de portas abertas: nos caminhos do Papa Francisco**. São Paulo: Paulinas, 2016.

SANDAL, N. Religion and Foreign Policy. In: **Routledge Handbook of Religion and Politics**. Londres: Routledge, 2016, p. 284-298.

SANTA SÉ: instalação de bispo na China não em conformidade com o Acordo. **Vatican News**, 26 nov. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-11/china-bispo-nomeado-diocese-nao-reconhecida-santa-se.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SANTINI, A. **Cina e Vaticano**: Dallo Scontro al Dialogo. Roma: Editori Riuniti, 2003.

SANTORO, M. China e Coreia do Norte. In: **Ditaduras Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 41-60.

SCANNONE, J. C. La Teología de la Liberación. **Stromata**, v. 38, n. 1/2, 1982, p. 3-40.

SCANNONE, J. C. **A Teologia do Povo**: Raízes Teológicas do Papa Francisco. São Paulo: Paulinas, 2019.

SHELLEDY, R. The Vatican's Role in Global Politics. **The SAIS Review of International Affairs**, v. 24, n. 2, 2004, p. 149–162.

SHELLEY, B. **História do Cristianismo**: Uma Obra Completa e Atual Sobre a Trajetória da Igreja Cristã Desde as Origens Até o Século XXI. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

SHENG, S. **A História da China Popular no século XX**. Série História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SHIH, J. La Chiesa Cattolica in Cina: una testimonianza. In: SPADARO, A. (ed.). **Nell'anima della Cina**: Saggezza, storia, fede. Milão: Ancora Editrice, 2017, p. 220-225.

SHIJIANG, Z. Dal dialogo alla riconciliazione. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L'Accordo tra Santa Sede e Cina**: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro. Roma: Urbaniana University Press, 2019, p. 225-234.

SHRIVER, M. **Peregrino**: Minha busca pelo verdadeiro Papa Francisco. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

SILVA, D. C. da; HERNÁNDEZ, L. G. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.33, 2020, p. 1-48.

SISCI, F. Cina-Vaticano: Vigilia di un Possibile Accordo. **SettimanaNews**, 18 fev. 2018. Disponível em: <http://www.settimananews.it/italia-europa-mondo/cina-vaticano-vigilia-possibile-accordo/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SISCI, F.; STRAZZARI, F. Holy See and the New “Ostpolitik” with China. **SettimanaNews**, Bologna, 28 fev. 2018. Disponível em: <http://www.settimananews.it/italia-europa-mondo/holy-see-and-the-new-ostpolitik-with-china/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SMINK, V. Por que Argentina não sabe quantas pessoas 'desapareceram' na ditadura militar 40 anos após fim do regime. **BBC News Brasil**, 10 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cm5p4zk0jm2o>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SOETENS, C. **L'Église catholique en Chine au XX^e siècle**. Paris: Editions Beauchesne, 1997.

- SOUZA, N. de. **História da Igreja**: notas introdutórias. Petrópolis: Vozes, 2020.
- SPADARO, A. (ed.). **La Chiesa in Cina**: Un Futuro da Scrivere. Milão: Ancora Editrice, 2019.
- SPADARO, A. (ed.). **Anticipare il Futuro della Cina**: Ritratto di Mons. Aloysius Jin Luxian S.I.. Ancora Editrice, 2020.
- SPADARO, A. **L'atlante di Francesco**: Vaticano e Politica internazionale. Veneza: Marsilio Editori, 2023a.
- SPADARO, A. Un ponte praticabile. **La Civiltà Cattolica**, 20 mai. 2023b. Disponível em: <https://www.laciviltacattolica.it/articolo/un-ponte-praticabile/>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- SPENCE, J. **The Memory Palace of Matteo Ricci**. Londres: Faber & Faber Ltd., 1985.
- SPENCE, J. **The Search for Modern China**. 3ª ed. Nova York: W. W. Norton & Company, 2013.
- STANDAERT, N. Chinese Patriotic Churches. In: TIEDEMANN, R. G. (ed.). **Handbook of Christianity in China**, Volume Two: 1800-present. Leiden: Brill, 2010.
- SUPPORT for Independence and Initiative in Management of Religious Affairs, IV. **White Papers of the Government**, 16 out. 1997. Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/Freedom/f-4.htm>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- TAIWAN. Pe. Chan: “após visita de Pelosi, as relações com a China não serão como antes”. **Vatican News**, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2022-08/taiwan-chan-apos-visita-pelosi-relacoes-com-china-nao-como-antes.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- TAVARES, M. Papa aos budistas da Mongólia: com o diálogo, promover a cultura da paz. **Paróquia Nossa Senhora da Saúde**, 28 mai. 2022. Disponível em: <https://paroquiadasaude.com.br/papa-aos-budistas-da-mongolia-com-o-dialogo-promover-a-cultura-da-paz/>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- TAVARES, M. O Papa: o futuro não se constrói com a força das armas, mas com a força suave da solidariedade. **Vatican News**, 16 set. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-09/papa-francisco-fieis-coreanos-andre-kim-taegon-paz-jovens-seul.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- TAVARES, M.; LIMA, R. de. Francisco na COP28: ouçamos os gemidos da terra e o grito dos pobres. **Vatican News**, 2 dez. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-12/papa-francisco-cop-28-oucamos-gemidos-terra-grito-pobres-parolin.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- TEIXEIRA, F. **Buscadores cristãos no diálogo com o islã**. São Paulo: Paulus, 2014.
- TEOLOGIA do povo: as chaves para entender a "Igreja dos pobres". **Instituto Humanitas Unisinos**, 17 fev. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/576155-teologia-do-povo-as-chaves-para-entender-a-igreja-dos-pobres>. Acesso em: 28 jun. 2024.

TICOZZI, S. **La Perla d'Oriente**: Evoluzione della Chiesa Cattolica in Hong Kong. Roma: ChoraBooks, 2020.

TOMASI, S. Solidarity with all Humanity. In: TOMASI, S., **The Vatican in the Family of Nations**: Diplomatic Actions of the Holy See at the UN and other International Organizations in Geneva, Londres: Cambridge University Press, 2017, p. 580-592.

TORNIELLI, A. Pope's surprise announcement of new cardinals from across globe. **Vatican News**, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/vatican-city/news/2023-07/pope-consistory-cardinals-universal-church.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

TREVISAN, C. **Os Chineses**. Coleção Povos e Civilizações. São Paulo: Contexto, 2021.

TROY, J. The Pope's Own Hand Outstretched: Holy See Diplomacy as a Hybrid Mode of Diplomatic Agency. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 20, n. 3, 2018, p. 521-539.

TZOGOPOULOS, G. China-Vatican Relations Look Up After Deal. **Global Times**, Beijing, 14 out. 2018. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/201810/1122901.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

UNZER, E. **História da Ásia**. Columbia & San Bernadino: Amazon, 2021.

VATICAN should not honor Shanghai's fake bishop. **Union of Catholic Asian News**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.ucanews.com/news/vatican-should-not-honor-shanghais-fake-bishop/105200>. Acesso em: 28 jun. 2024.

VATICANO: Papa fala em necessidade de construir pontes, em audiência a monges budistas de Taiwan. **Agência Ecclesia**, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/portal/vaticano-papa-fala-em-necessidade-de-construir-pontes-em-audiencia-a-monges-budistas-de-taiwan/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

WANG, S., The Chinese Communist Party's Atheistic Approach to Religious Freedom in China. **Politics, Religion & Ideology**, v. 23, n. 2, 2022, p. 204-225.

WARNER, C.; WALKER, S. Foreign policy and religion: An overview. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, 2019.

WEBER, M. **Politics as a Vocation**. Melbourne: Hassell Street Press, 2021.

WENDT, A. Anarchy is what States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, 1992, p. 391-425.

WENDT, A. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 2, 1994, p. 384-396.

WILGES, I. **Cultura Religiosa**: as religiões no mundo. Petrópolis: Vozes, 2010.

XIAOHONG, Z. Il vescovo Jin Luxian e l'Associazione patriottica cattolica di Shanghai. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L'Accordo tra Santa Sede e Cina**: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro. Roma: Urbaniana University Press, 2019, p. 119-134.

YANLI, R. Sulle relazioni sino-vaticane. Una testimonianza. In: GIOVAGNOLI, A.; GIUNIPERO, E. **L'Accordo tra Santa Sede e Cina: i Cattolici Cinesi tra Passato e Futuro**. Roma: Urbaniana University Press, 2019, p. 153-160.

YEUNG, J.; SEO, Y. Com menor taxa de natalidade do mundo, Coreia do Sul se prepara para o envelhecimento da população. **CNN Brasil**, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/com-menor-taxa-de-natalidade-do-mundo-coreia-do-sul-se-prepara-para-o-envelhecimento-da-populacao/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

YI, T.; WENXING, Z. World celebrates the Year of Dragon, gaining better understanding of Chinese culture. **People's Daily Online**, 6 fev. 2024. Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2024/0206/c90000-20131382.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ZEN, J.; PORFIRI, A. **L'Agnello e il Dragone: Dialoghi su Cina e Cristianesimo**. Roma: ChoraBooks, 2017.

ZEN, J. **For Love of My People I Will Not Remain Silent: On the Situation of the Church in China**. San Francisco: Ignatius Press, 2019.

ZHAO, M. Acadêmicos chineses redescobrem a atualidade do primeiro Delegado Apostólico na China. **Vatican News**, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-12/academicos-chineses-primeiro-delegado-apostolico-china.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ZHAO, M. Il tempo di Natale dei cattolici cinesi. Quando la luce di Gesù incrocia i giorni del dolore. **Agenzia Fides**, 10 jan. 2023. Disponível em: http://www.fides.org/it/news/73269-ASIA_CINA_Il_tempo_di_Natale_dei_cattolici_cinesi_Quando_la_luce_di_Gesu_incrocia_i_giorni_del_dolore. Acesso em: 28 jun. 2024.